

Apresentação

As diretrizes gerais da versão preliminar do Plano de Governo do PSB-Rede foram concebidas durante a realização de oito seminários temáticos, promovidos pelo Instituto Pensar, com o propósito de refletir sobre os principais problemas da Bahia e a necessidade de se adotar urgentemente novas práticas políticas que possibilitem o resgate da dívida social e a redução das desigualdades em nosso Estado.

A Bahia chegou ao século XXI com algumas de suas regiões apresentando indicadores sociais que as remetem ao início do século XX. Nos últimos 50 anos, o nosso estado cresceu economicamente, mas os frutos desse desenvolvimento não se reverteram em benefícios para a maioria da população.

As nossas desigualdades sociais estão incorporadas na própria paisagem urbana. Nas grandes cidades do Estado os arranha-céus convivem com favelas e invasões, cujos habitantes não têm as mesmas oportunidades e nem desfrutam dos mesmos serviços públicos.

Temos a segunda cidade do Brasil com o maior PIB per capital, mas 80% da sua população recebe apenas um salário mínimo por mês, não frequenta escolas de qualidade e recebe um péssimo serviço de saúde.

O esforço do PSB-Rede, portanto, é o de reverter essa situação e resgatar essa imensa dívida social. Mas não achamos que um programa de governo deva ser simplesmente elaborado internamente e submetido à aprovação das urnas. Um compromisso como esse deve e precisa contar com a participação da população.

Por isso, essas diretrizes agora serão difundidas para que as pessoas possam conhecer as suas linhas gerais e, junto conosco, propor ações, projetos e programas que usem e, de fato, contribuam para o desenvolvimento social integrado dos baianos e por uma Bahia integrada e sustentável.

PSB-Rede - PSL - PPL

Sumário

1	INTRODUÇÃO	05
2	DIAGNÓSTICO: A BAHIA QUE TEMOS	12
2.1	COMO AS PESSOAS ESTÃO VIVENDO	12
2.2	COMO AS CIDADES ESTÃO CRESCENDO	33
2.3	COMO A ECONOMIA ESTÁ SE DESENVOLVENDO	63
3	POR UMA BAHIA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL: A BAHIA QUE QUEREMOS	74
3.1	UMA CONCEPÇÃO SOCIALISTA DE GOVERNO	74
3.2	DIRETRIZES GERAIS	76
3.3	EIXO CENTRAL	76
3.4	PRINCÍPIOS NORTEADORES	76
3.4.1	Transparência administrativa	76
3.4.2	Participação popular	77
3.4.3	Sustentabilidade	77
3.4.4	Integralidade e transversalidade	78
3.4.5	Governabilidade: política de alianças	78
3.5	MECANISMOS DE GESTÃO	79
3.5.1	Planejamento, monitoramento e avaliação	79
3.5.2	Comunicação pública	79
3.5.3	Qualidade dos serviços públicos	79
3.5.4	Valorização do servidor público	79
3.5.5	Estímulo ao uso de conhecimento e tecnologias apropriadas às condições locais	80
3.6	EIXOS ARTICULADORES	80
3.6.1	Educação como motor de desenvolvimento social	80
3.6.2	Saúde e bem estar	80
3.6.3	Urbanismo, espaço público e habitação	81
3.6.4	Inclusão econômica e igualdade social	81
3.6.5	Arte e cultura cidadã	82
3.6.6	Segurança, convivência e cultura da paz	82
3.7	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	82
3.7.1	Gestão Democrática	82
3.7.2	Desenvolvimento social integrado	82
3.7.3	Desenvolvimento econômico sustentável	82
3.7.4	Proteção e direitos humanos	82
4	DIRETRIZES SETORIAIS	83
4.1	GESTÃO DEMOCRÁTICA	83
4.1.1	Planejamento	83
4.2.2	Administração	84
4.1.3	Casa Civil	85
4.1.4	Fazenda	86

4.1.5	Comunicação	86
4.2	DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTEGRADO	88
4.2.1	Educação	88
4.2.3	Saúde	94
4.2.4	Cultura	98
4.2.5	Desenvolvimento urbano	102
4.2.6	Ação social e combate à pobreza	105
4.2.7	Promoção da igualdade	108
4.2.8	Proteção à Mulher	109
4.2.9	Trabalho e renda	109
4.2.10	Desenvolvimento regional	111
4.3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	112
4.3.1	Agricultura, irrigação e reforma agrária	116
4.3.2	Meio Ambiente	119
4.3.3	Recursos hídricos	122
4.3.4	Infraestrutura e logística	123
4.3.5	Energia	123
4.3.6	Transporte	124
4.3.7	Indústria	125
4.3.8	Ciência e tecnologia	126
4.3.9	Turismo	127
4.5	PPROTEÇÃO E DIREITOS HUMANOS	133
4.5.1	Segurança	133
4.5.2	Justiça	135

Introdução

Onze anos depois da assunção de Lula à Presidência da República, o Brasil registrou conquistas econômicas e sociais importantes, principalmente aquelas geradas pelos programas de renda mínima e pelo crescimento do salário mínimo e dos proventos de aposentadoria acima dos índices de correção monetária. Formou-se uma nova classe média, que passou a adquirir bens de consumo que antes pareciam inimagináveis.

O governo Dilma ampliou tais conquistas através de medidas como a expansão do crédito e desoneração de impostos para a indústria de eletrodomésticos e automotivos. Essas medidas levaram a nova classe média a ter acesso a habitação, automóveis e eletrodomésticos, como televisão, DVDs, som e geladeiras, entre outros.

Entretanto, os investimentos públicos em saúde, educação e infraestrutura como transporte, água e saneamento não aconteceram na mesma velocidade. O resultado direto dessa política é que, hoje, nos grandes centros urbanos esses segmentos da população possuem geladeira, televisão, máquina de lavar roupa e outros bens desse tipo, mas moram em ruas com esgoto a céu aberto, onde o serviço de abastecimento de água é precário; desfrutam de um péssimo serviço de saúde; seus filhos frequentam escolas de baixa qualidade e gastam boa parte do salário nos deslocamentos, porque o sistema de transporte é caro, além de ser de péssima qualidade.

A melhoria do poder aquisitivo dessa nova classe média implicou também em demandas por segurança. Se antes esses segmentos não tinham bens que pudessem despertar cobiça, hoje eles passaram a fazer parte dos grupos que compõem as estatísticas de vítimas de assaltos. Obviamente, as questões relacionadas ao aumento da violência são bem mais amplas e remetem a outras questões. Entretanto, a demanda gerada pelos bens adquiridos pelos

novos segmentos não deve ser desconsiderada em nenhuma análise de conjuntura.

Aliada à cultura mais participativa que emergiu com a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação, a política de renda mínima do governo federal produziu segmentos populacionais muito mais exigentes, que passaram a cobrar serviços mais qualificados e mais ações dos poderes públicos, inclusive de forma mais organizada e ruidosa.

Por outro lado, os avanços econômicos e sociais desses segmentos, contudo, não vieram acompanhados de ações que contribuíssem para a evolução da consciência política da população. Apesar de estar mais consciente dos seus direitos, essa nova classe média não foi motivada a desenvolver valores éticos e morais, como identidade de classe, solidariedade e cidadania.

Trata-se de um defeito estrutural do modelo petista, que não demonstrou, nesse período, qualquer nível de preocupação com a evolução da dimensão humana da sociedade. Ao contrário. Apenas produziu exemplos nefastos, como o episódio que ficou conhecido como *Mensalão*.

E é nesse contexto que as eleições de 2014 serão realizadas. O eleitorado quer mudança, porque reivindica a melhoria dos serviços públicos. Deseja governos mais comprometidos com a sua qualidade dos serviços públicos, que ouçam seus anseios e expectativas, que minimizem as condições de seus deslocamentos, que invistam na educação, na saúde, na segurança, no saneamento básico, no abastecimento de água, entre outros serviços, mas que também conduzam o executivo de forma honesta e transparente.

No plano local, a vitória de Jaques Wagner nas eleições de 2006 interrompeu o ciclo do carlismo, mas a governabilidade exigiu a composição de amplo arco de alianças que acabou por deformar o governo. A fragmentação de objetivos provocou um distanciamento do governo com os seus próprios compromissos de campanha, com as antigas bandeiras dos partidos de

esquerda, como o resgate da dívida social e a redução das desigualdades, e om os valores e princípios exigidos do sistema político para com a sociedade, seja em relação à prestação de serviços públicos de qualidade, à transparência administrativa, à representação das minorias e segmentos mais vulneráveis da população ou à participação popular nas decisões políticas.

Observa-se hoje na Bahia um grande descompasso entre as práticas políticas e as práticas administrativas adotadas. Enquanto na primeira pode-se verificar mudança de estilo e comportamento do principal dirigente, no segundo, se mantiveram praticamente as mesmas dinâmicas, com até pequenos retrocessos.

Ao contrapor-se ao modelo político que prevaleceu anteriormente, Jaques Wagner comprometeu-se a adotar uma nova concepção da máquina administrativa, sobretudo, com relação ao patrimonialismo com que o setor público vinha sendo conduzido. Passados mais de sete anos desta transição, porém, verifica-se que o estilo do comando político mudou, mas grande parte das práticas e procedimentos manteve-se inalterada.

O estilo do atual governador do Estado e a sua condução dos processos políticos são bem diferentes do anterior e se caracterizam pela negociação, pela busca do entendimento e pela afabilidade no trato com seus pares. Mas para conservar o amplo arco de aliança na sua base de apoio, o governo tem se eximido da responsabilidade de comandar um processo de avanço social, inclusive tolerando práticas nefastas e submetendo-se a chantagens públicas dos seus aliados.

A concepção de governabilidade, portanto, tem se traduzido na busca pela unanimidade política e, nesse contexto, só é opositor quem ainda não foi cooptado. A ambição pelo melhor cenário político é a perspectiva de universalização de apoios e, com isso, o partido que está no governo passou a reconhecer todos os partidos como iguais, independente dos princípios político-ideológicos. No entendimento dominante, os adversários de hoje

podem ser os companheiros de amanhã. Não se cobra adesão a um projeto político ou a um programa de governo, mas apenas transferência de votos e aquiescência e aprovação aos projetos de interesse nas instâncias legislativas.

Em suma, apesar das mudanças de estilo e comportamento, o governo não chegou a produzir uma metamorfose nas práticas políticas, principalmente no que se refere ao exercício da cidadania e à participação da sociedade nas decisões de governo. Muitos conselhos que não haviam saído do papel foram instalados no atual governo, mas isso não chegou a representar um incremento na participação política nem na formação para a cidadania.

Apesar de instalados, esses conselhos não operaram nem são valorizados. Pelo contrário. O esforço do governo tem sido o de excluir os discordantes e reunir os concordantes em torno dos dirigentes. Os grandes temas da atualidade não são debatidos com a sociedade, e as decisões do governo não são compartilhadas com a população nem com suas entidades representativas.

Observa-se ainda uma desconfiança intrínseca nos quadros funcionais dos órgãos públicos estaduais, que vem sendo compensada pelo que se convencionou chamar de *aparelhamento partidário*. A cada mudança de comando, funcionários meramente técnicos são sumariamente substituídos; programas e projetos, engavetados e esquecidos; e novas ações lançadas para novamente consumirem recursos públicos que, numa próxima mudança, deverão escorrer pelo ralo da negligência administrativa.

O modelo político adotado impacta diretamente na ação administrativa. Apesar de algumas intervenções de alcance, como as de mobilidade urbana, o Porto Sul e a Rodovia Leste-Oeste, não se avançou no sentido de diminuir as desigualdades sociais e regionais. As conquistas obtidas na redução da pobreza estão diretamente vinculados aos programas de renda mínima do governo federal.

Alardeia-se a diminuição dos índices de analfabetismo, mas o grosso da população continua sem acesso à educação. Inauguram-se, com grande estardalhaço, novos hospitais, mas o atendimento nas unidades já existentes remete ao inferno. Anistias e isenções são concedidas ao empresariado, mas o funcionalismo público recebe reajustes abaixo da inflação. Enfim, a política de crescimento econômico do Estado continua igual à adotada nos governos antecessores, ou seja, não se reverte em desenvolvimento social da população.

Sem planejamento de médio e longo prazos, com exceção dos estudos para a construção da ponte Salvador-Itaparica, as ações do governo não se cruzam em torno de objetivos comuns. Cada Secretaria e seus órgãos vinculados se constituem em verdadeiras capitânicas hereditárias, cujos donatários definem e operam a partir dos seus próprios interesses e sem qualquer alinhamento com o programa de governo e nem mesmo com o orçamento do Estado. Trata-se de um emaranhado de ações, umas boas, outras nem tanto e algumas muito ruins e despropositadas.

A opção por um governo político em detrimento da composição de equipes técnicas acabou por fragilizar setores econômicos importantes. Isso porque se privilegiou e apoiou a execução de programas e projetos das áreas sob o comando do partido do governo.

Aos aliados foi facultado o direito de produzir qualquer tipo de ação, mas não se exigiu o cumprimento de metas nem sintonia com as propostas de campanha. O apoio e suporte aos partidos aliados só chegam quando há interesse eleitoral. Com isso, os partidos que se dispuseram a trabalhar dentro da plataforma de campanha acabaram por merecer o mesmo tratamento dado àqueles considerados fisiológicos.

A avaliação do governo Wagner aferida em pesquisas recentes reflete esse diagnóstico. Primeiro, nota-se que o governo atual não deixou marca administrativa. Nada menos que 62,7% dos entrevistados não sabem identificar a ação mais importante dos seus dois governos e 13,5% afirmam

que não houve nenhuma ação importante. Neste mesmo ranking, 5,4% dos entrevistados disseram ter sido a construção de estradas e 1,3% apontaram a construção de casas populares. As ações de saúde são apontadas por 6,2% dos entrevistados como as mais negativas, seguidas pelas de segurança, indicadas por 5,7% da amostra.

Vale ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado tem apontado que o governo Wagner não está aplicando o mínimo constitucional em saúde, que é de 12% das receitas próprias (transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos + operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior) e ainda os recursos de que tratam os artigos 157 e 159, incisos I e II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios, a saber: o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; 20% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154; e 48% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Nesse contexto, a candidatura de Lídice emerge como diferencial e visa agregar aqueles que, como ela, estão desencantados com o governo do PT, mas não querem a volta do carlismo. Lídice e o PSB integraram a base aliada do governo até dezembro de 2013. A discordância com a política de centro adotada pelo governo, porém, não foi recente. Dentro da coligação, o PSB sempre defendeu o alinhamento das ações de governo com o programa vitorioso nas eleições de 2006 e 2010.

Foi o que o partido colocou em prática na Secretaria do Turismo e na Bahiatursa. A nova política de turismo do Estado, que culminou na edição da Lei Estadual de Turismo, prevê três eixos de atuação – inovação, qualificação

e integração econômica - que convergem para a inclusão da população local no sistema de geração de riqueza proporcionada pela atividade turística.

Aliados à promoção e divulgação do destino turístico Bahia, essa nova política privilegiou ações de interiorização do turismo e a geração de emprego e renda para a população local, com vistas a reduzir a pobreza e combater a concentração de renda gerada pela atividade e que era provocada por enclaves hoteleiros, desvinculados das economias regionais.

De fato, a candidatura de Lídice emergiu em função de o partido ter um candidato à Presidência da República. Sem isso, dificilmente se teria condições políticas e financeiras de lançar candidatura própria, porque o PT mantém uma cultura de buscar aliados apenas para referendar nomes do próprio partido, ou seja, uma política exclusivista.

A chapa do PSB-Rede, liderada por Lídice da Matta, Eduardo Vasconcelos e Eliana Calmon, se constitui na terceira via, que evitará a polarização da campanha entre o PT e o Democrata, agregando os votos daqueles que estão desencantados com o modelo petista, mas que não querem o retorno das velhas oligarquias baianas que estão apoiando Paulo Souto.

Lídice, Eduardo e Eliana representam um novo modelo político, que se apoia na responsabilidade com a gestão pública, no resgate da dívida social e na redução das desigualdades, enfim, das antigas bandeiras da esquerda brasileira que hoje parecem esquecidas pelo PT.

Diagnóstico: A Bahia que temos

.....

COMO AS PESSOAS ESTÃO VIVENDO

Descrição da condição demográfica, social e econômica da população. Identificação dos principais desafios que se colocam para a prestação de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, segurança pública, habitação e emprego/renda.

A marca mais visível da paisagem humana da Bahia é a desigualdade. Apesar de sua posição de destaque na região nordestina a Bahia ocupa a posição desconfortável no que se refere à situação social de sua população. Detém a primeira posição, dentre todos os estados brasileiros no ranking dos contemplados com os programas de renda mínima do governo federal.

Quase metade de sua população encontra-se em condição de indigência. A exclusão se reproduz ao longo do tempo, sem respostas efetivas de sucessivos governos, embora os programas assistencialistas representem sangue na veia desse imenso contingente necessitado de transfusão para sobreviver, eles se revelam incapazes de “curar” o mal da miséria.

A gravidade do quadro é tal que mesmo em espaços urbanos como Salvador, onde estão concentrados o capital e a renda do estado, não mais que 15 mil pessoas ganham mais de 20 salários mínimos por mês. É assustador constatar que quase três milhões de famílias baianas, ou seja, cerca de 12 milhões de pessoas ou 86% da população, vivem com até meio salário mínimo per capita mensal. Essas pessoas estão vivendo com algo em torno de 12 reais por dia, a dizer, estão na lista dos mais miseráveis do mundo.

Uma prova irrefutável dessa falta de oportunidade e perda de dinamismo econômico é a permanência da Bahia como o estado que mais envia pessoas como emigrantes do país, desde 1986. Entre 2005 e 2010 o **saldo**

líquido entre entrada (imigração) e saída (emigração) de pessoas foi de perda de população de 237.135 baianos. No total, 466.360 baianos foram embora, principalmente para o Sudeste (68,5%), para o Centro-Oeste (13,7%) e para outros estados do Nordeste (12,1%).

Portanto, governar a Bahia é antes de mais nada um compromisso de amor com as pessoas dessa terra. Que trazem na pele, no coração, no olhar, no riso aberto, uma fé natural na vida e na força da sua comunidade. Esses valores e a cultura participativa e cooperativa têm sido secularmente, desconsiderados pelas elites locais e as de fora que operam aqui. Governar a Bahia a partir das pessoas é uma nova forma de fazer política, cooperada, inconcebível para os que praticam um modelo autoritário de gestão.

A nossa proposta de gestão leva em conta a cultura, os valores locais, o patrimônio imaterial e as expectativas de todos os baianos, na luta contra o inimigo comum: a desigualdade.

Quem são e como estão as pessoas na Bahia? A partir do Censo 2010 (IBGE), podemos construir uma paisagem humanizada das estatísticas. Afinal, estamos falando de cerca de 15 milhões de pessoas (estimativa IBGE para 2013) que ocupam os 564,7 mil quilômetros quadrados de território, organizados em 417 municípios.

Dessas milhares de pessoas, 72% vivem em áreas urbanas, sendo que em Salvador, nossa capital, habitam 2,67 milhões e em toda a Região Metropolitana alcançamos 3,57 milhões de moradores. Temos a maior população dentre os estados do Nordeste e a quarta maior população dentre os estados brasileiros. Essa população está com a distribuição etária semelhante à do Brasil, isto é, está envelhecendo. São 1,4 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade (10,3% da população), enquanto os jovens entre 0 e 29 anos representam 54% da população (7,6 milhões de pessoas).

Os baianos se auto declaram assim: 17,1% pretos, 59,2% pardos, 22,2% brancos e 0,4% indígenas. As mulheres representam 50,9% da população. O

perfil etário, como em todo o Brasil, está mudando a forma da nossa pirâmide para um barril, conforme Figura 01, devido à redução da taxa de fecundidade e maior esperança de vida. Um baiano espera alcançar a idade de 67,7 anos se for homem e de 76,4 anos se for mulher.

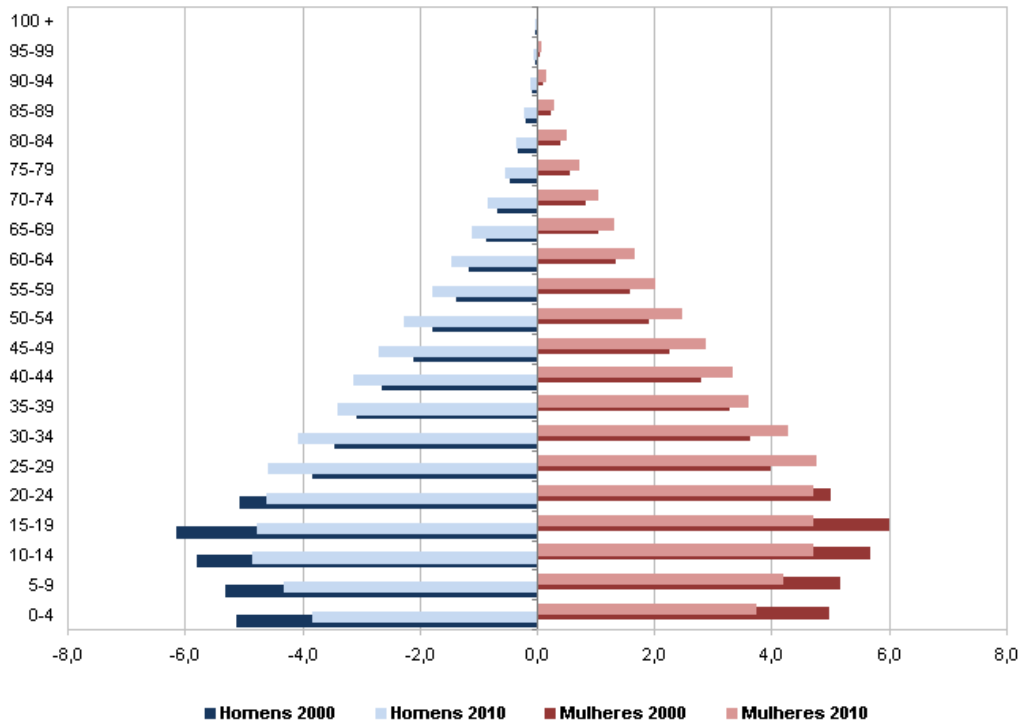
Esses dados elevaram a Bahia da 18^a para 15^a posição entre os estados brasileiros, mas a esperança de vida aumentou em todo o Brasil nos últimos 30 anos (de 1980 a 2010)¹. A mortalidade infantil caiu de 83 mortes por mil nascidos vivos para 23,1 mortes por mil nascidos vivos entre 1980 e 2010, fenômeno ocorrido nacionalmente por melhorias na cobertura de vacinação, ação do Programa Saúde da Família e urbanização.

No Brasil esse índice é de 16,7 mortes e o semiárido é a principal área do estado responsável por esse indicador ser tão alto, deixando a Bahia como 5^o pior estado brasileiro, pela falta de saneamento e instrução das mães. Também a mortalidade materna na Bahia é elevada, e deve-se, em primeiro lugar, à falta de acompanhamento pré-natal, pois as mulheres grávidas na Bahia fazem menos consultas que a média brasileira – o Brasil tem 57% das gestantes com 7 consultas e 7,7% com 1 a 3 consultas, enquanto as gestantes baianas só 37% fazem 7 consultas ao longo da gravidez e 11,6% fazem somente entre 1 e 3 consultas. Em segundo lugar, conforme mostra o Cartograma 01, as parturientes em risco são deslocadas de suas cidades para serem atendidas em hospitais distantes, resultando em óbito pela demora do atendimento.

FIGURA 01 – Pirâmide Etária baiana, comparativo 2000 e 2010, por sexo.

¹ O IBGE calcula as tábuas de mortalidade a partir dos dados do Censo, do Registro Civil e do SIM (sistema de informação de mortalidade) do Ministério da Saúde.

Distribuição etária da população por sexo, segundo a Bahia

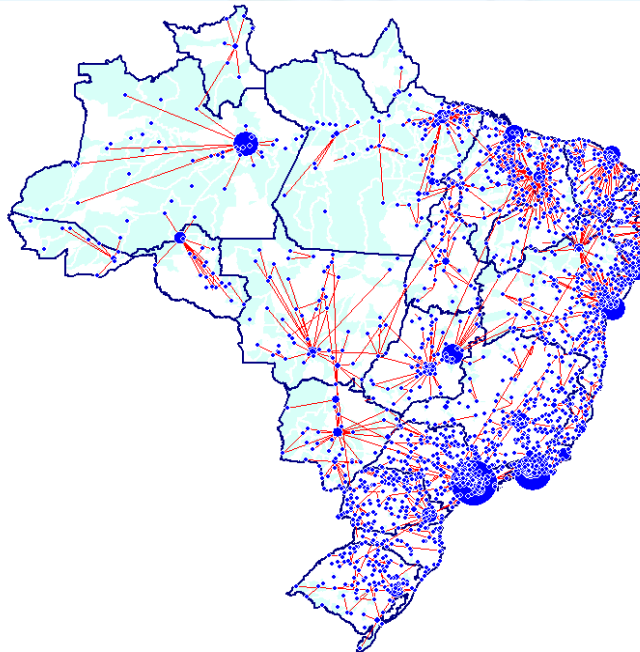


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010.

Elaboração: SEVIDPEQ/COPESP. Dados sistematizados a partir de BME: 2000.

Ocorrência de Óbitos Maternos e diagrama de fluxo (do município de residência para o de ocorrência do óbito) Brasil, 2008 a 2011*

Aproximadamente
42% dos óbitos
maternos ocorreu
fora do
município de
residência da
gestante



* Para 2011 são dados preliminares
Fonte: CGIAE/DASIS/SVS/MS
Data: 11 de julho de 2012

Cartograma 01 – Ocorrência de óbitos maternos

São cerca de 12,3 milhões de trabalhadores num exército de reserva, na PIA (população em idade ativa), com idade a partir de 10 anos. Segundo estudo feito pelo DIEESE e Ministério do Trabalho, em 2011, a PEA (população economicamente ativa) na Bahia alcança 7,8 milhões de pessoas, sendo 57% homens e 43% mulheres. Dentre as pessoas ocupadas, 66,4% são assalariados com e sem carteira de trabalho, 20,5% são trabalhadores por conta própria (empreendedores) e 4,3% são empregadores.

O rendimento nominal médio mensal das pessoas ativas é de R\$ 1.008,35 (mil e oito reais e trinta e cinco centavos) e das pessoas não ativas é de R\$ 584,90 (quinhentos oitenta e quatro reais e noventa centavos). Se estratificado por cor, os baianos pretos tem renda nominal media mensal de R\$ 740,25 (setecentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos) e os baianos brancos tem R\$ 1.446,40 (mil quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

Observando o rendimento das famílias baianas, ainda segundo o Censo 2010, fica patente a gritante situação da desigualdade: das 4.094.405 domicílios permanentes, 2.984.105 ou 72,8% tem renda até 1 salário mínimo, enquanto que 496.591 domicílios ou 16,6% tem renda entre 1 e 2 salários mínimos. Apenas 2,6% dos domicílios baianos ou 105.364 habitações tem rendimento acima de 5 salários mínimos de renda. (Dados da Sinopse do Censo 2010/IBGE).

Quanto aos desempregados, temos uma taxa de 9,3% no total, sendo que as mulheres alcançam maior taxa de desemprego, de 12,7%, contra 6,6% dos homens. Os brancos tem taxa de desemprego de 7% e os pretos de 11,7%, ficando os pardos com 9,4%. Segundo a idade, o desemprego atinge os mais jovens de forma intensa, a taxas semelhantes à maior crise europeia: 21,45% dos nossos jovens entre 15 e 19 anos estão desempregados, e 17,2% dos jovens entre 20 e 24 anos encontram-se na mesma situação. A Bahia vem gerando menos emprego que o resto do Nordeste, o que resulta em maiores taxas de desemprego, como mostram os Gráficos 01 e 02 .

Esses dados já colocam os baianos diante do seu primeiro desafio: o que estamos fazendo com as nossas crianças e jovens só encontra paralelo na

história nos países colonizados pelos europeus nos séculos XVIII e XIX na África, Ásia e América Central. O que se assiste é o comprometimento de milhões de vidas e o futuro de milhares de jovens sem que isso cause qualquer constrangimento. 13,5% dos meninos e meninas entre 10 e 17 anos trabalham e outros 7% deles não trabalham nem estudam. 8,5% desses jovens baianos são pretos ou pardos que não frequentam a escola. São 111.023 mulheres e 179.613 homens que foram trabalhar cedo, quase a metade (48,3%) sem carteira assinada, 10% sem receber nenhuma remuneração e outros 17% trabalham para consumo próprio.

Apesar de alguns analistas apontarem a elevação da renda familiar como sendo um benefício do bolsa família, que teria retardado a entrada dos jovens no mercado de trabalho, os dados publicados pela SEI a partir da PNAD 2011, mostram uma história de maior indigência, com a migração dos jovens mais pobres do mercado de trabalho e da escola para a absoluta desocupação.

“entre os homens baianos de 15 a 24 anos, em 2011, 24,7% estavam fora do mercado de trabalho, porém na escola, enquanto 8,4% estavam fora do mercado de trabalho e da escola, índice maior que em 2001, que era de 5,5%, como mostra o Gráfico 6. Entre as mulheres de 15 a 24 anos, 31,3% estavam fora do mercado de trabalho, porém na escola, em 2011, enquanto 18,8% estavam fora do mercado de trabalho e da escola.” (SEI, 2013; p.05).

Os domicílios permanentes, onde moram os baianos, são construída com alvenaria (revestida ou não) e madeira aparelhada, representando 96% dos lares. Outros 4% são habitações precárias, construídas de taipa, madeira, palha e outros. 74,2% dos domicílios são urbanos e 25,9% são rurais. 24% dos lares possuem computador e 19,6% possuem computador e internet. A televisão está presente em 90,3% dos lares baianos e o rádio em 76,2%. Já o telefone celular existe em 73% dos domicílios. Esses dados dizem muito sobre os canais de comunicação com a população, por onde todas as transformações devem começar: disseminação de informações e debate de ideias.

Porém, como fica a necessidade de produção de novas moradias? Segundo a Fundação João Pinheiro e o Ministério das Cidades, o déficit habitacional na

Bahia é um dos mais altos do Brasil e foi calculado, em 2013, em 521 mil novas unidades habitacionais, das quais 106 mil são necessárias, só em Salvador. Esse total representa 12,7% do estoque hoje existente de domicílios, sendo 12,8% urbanos e 12,5% rurais. As famílias mais necessitadas são as que estão dividindo a moradia com outras pessoas (coabitação), as que estão pagando aluguel caro e as que residem em habitações precárias (falta água, ou energia, ou esgotamento, etc).

Os aglomerados subnormais² constituem áreas onde estão 302.232 domicílios onde moram 970.940 pessoas, das quais 87% são pardos e pretos. Salvador está em quinto lugar dentre as capitais com mais aglomerados subnormais e cujo tamanho, em termos de quantidade de domicílios, é elevado, resultando em mais complexidade e necessidade de maiores investimentos para sua urbanização. Esse é o resultado de anos de prática de planejamento urbano voltado aos habitantes de maior poder aquisitivo, tendo os mais pobres sido preteridos nas políticas públicas para essa área. Aliás, a Bahia ainda não publicou seu Plano Estadual de Habitação, que é condição de acesso aos recursos federais do FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

O mercado imobiliário dificilmente atenderá essa população, que precisa de acesso à terra urbanizada, a preços viáveis e com financiamento em condições subsidiadas. O programa Minha Casa Minha Vida será mais amplamente discutido no tópico seguinte, mas suas maiores deficiências referem-se exatamente à essa “solução via mercado”. Os movimentos pela moradia pedem acesso ao estoque de terras públicas e investimentos em infraestrutura, bem como financiamento à autoconstrução.

Quanto às questões culturais e costumes, mais de 9 milhões de baianos são católicos, representando 65,3% da população. Outros 17,4% são evangélicos, 12% sem religião, 0,33% professam umbanda ou candomblé e 1,1% são

² Na definição do IBGE, aglomerado subnormal é um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (público ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

espíritas. Os baianos e baianas estão predominantemente envolvidos com casamento ou outras formas de união estável. Dos 11, 7 milhões de pessoas em idade reprodutiva, 47% declaram-se em união conjugal e 21,6% em união consensual. 16,8% casaram-se em cerimônia religiosa. 2,9% declaram-se desquitados/divorciados/separados e 4,4% viúvos.

As mães e mulheres baianas são o centro da questão para o segundo desafio dos que estão, na verdade, comprometidos com a mudança. Foram 3.707.645 as mulheres que tiveram filhos, das quais 17,8% (ou 660.309 mulheres) são mães solteiras. 58,7% das mães (2.175.723 mulheres) não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto. Outras 13,4% tinham o fundamental completo e nível médio (em parte ou completo) e 27,7% possuíam ensino médio completo, superior completo ou incompleto.

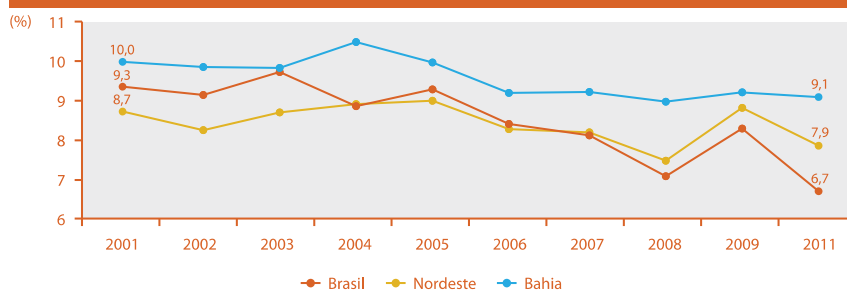
O grau de instrução e escolaridade das mães é um indicador plenamente aceito do desenvolvimento social, pois através da educação melhoram os indicadores de mortalidade infantil e materna, bem como aumentam as chances dos filhos de completar seus estudos quando as mães estudaram. Como a política de educação está enfrentando o desafio de vencer o analfabetismo e garantir a permanência dos jovens nas escolas, para que as mulheres sejam mães preparadas para assegurar uma vida melhor para seus filhos? Como está sendo tratada a questão da elevação da renda das mulheres que são chefes de 40% dos domicílios baianos (1.634.238 lares)?

As estatísticas da educação na Bahia são prova contundente da desigualdade e da falta de planejamento e iniciativa do governo estadual. Na publicação “Educação em Números Bahia 2011” da Secretaria Estadual de Educação, estão registradas 24.396 crianças matriculadas na Educação Infantil, 110.352 crianças e jovens no Ensino Fundamental, 30.001 jovens no Ensino Médio e 1.840 jovens em Ensino Profissionalizante. Para corrigir as altas taxas de evasão e repetência o EJA – Educação de Jovens e Adultos matriculou 26.220 pessoas. Aqui reside o primeiro problema no campo das políticas públicas para educação: o funil em que nossas crianças e jovens são jogados, com a

progressiva redução de acesso aos níveis e séries mais altas do sistema educacional.

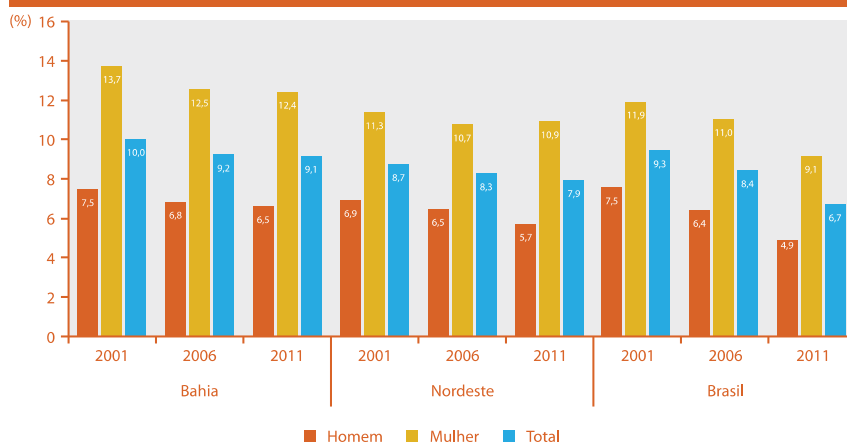
Os Gráficos 01 e 02 mostram a responsabilidade direta do governo estadual na oferta de vagas para o ensino médio e como essas vagas vem diminuindo no tempo, ao invés de aumentar. A falta de profissionalização vem agravar o quadro, impedindo a transformação na vida dos jovens de baixa renda que só o ensino profissionalizante pode oferecer.

Gráfico 1
Taxa de desemprego – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001-2011



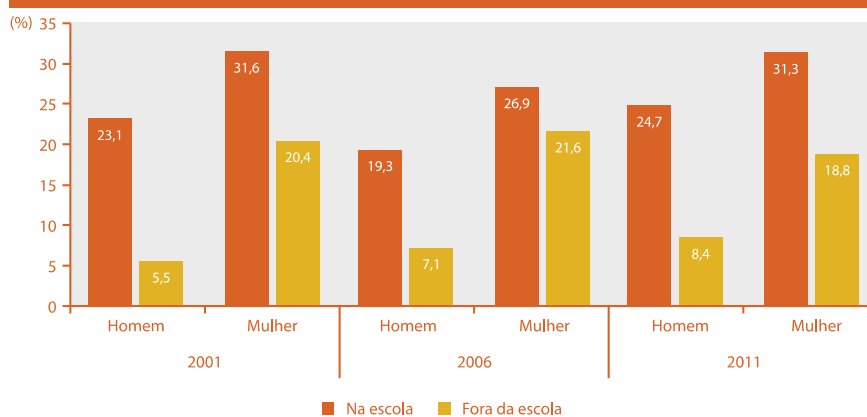
Fonte: IBGE–PNAD 2001-2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 2
Taxa de desocupação total e por sexo – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001/2006/2011



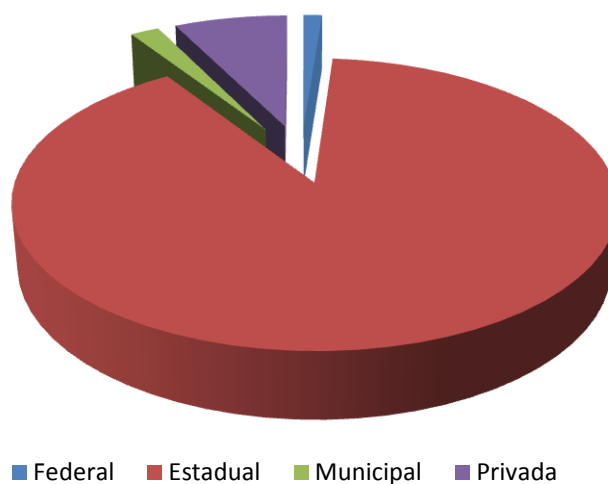
Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 6
Jovens de 15 a 24 anos de idade fora do mercado de trabalho, por gênero – Bahia – 2001/2006/2011



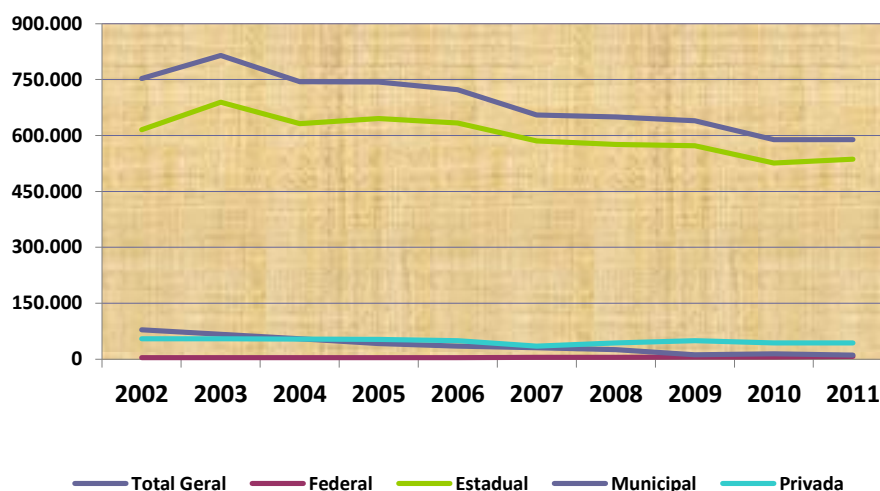
Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 4
Participação Ensino Médio por dependência administrativa.
Bahia, 2011



Fonte: SEC/ME/INEP

Gráfico 5
Evolução da Matrícula Inicial no Ensino Médio
Bahia, 2002-11



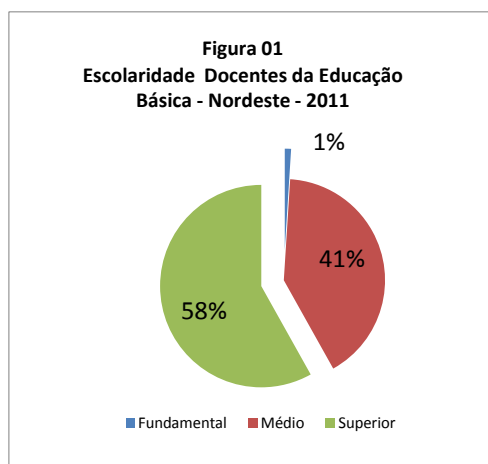
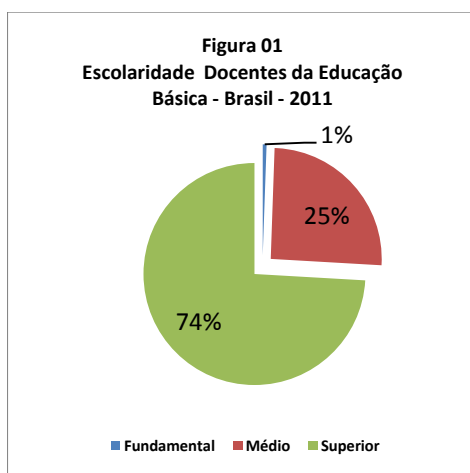
Fonte: SEC/ME/INEP

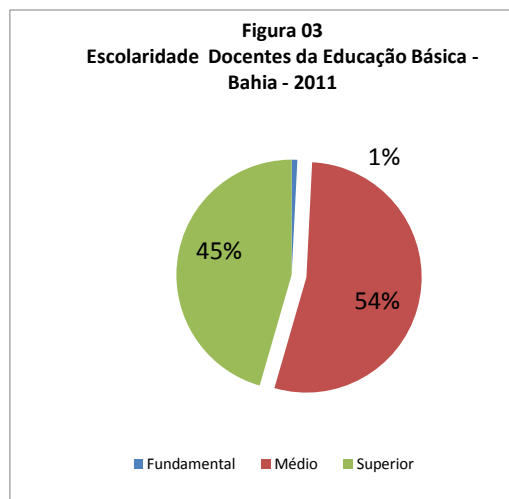
Outro problema grave é a própria qualidade da informação sobre educação. Por exemplo, o RAG-BA 2013 entregue à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura dos trabalhos em 2014, informa, no gráfico 29, que foram matriculadas 60.702 pessoas no ensino profissional na rede estadual em 2012. Matéria publicada no jornal Correio da Bahia em 24/02/14, com fonte na Secretaria Educação, informa estarem abertas matrículas para 45 mil vagas no ensino técnico da rede estadual. Porém no INEP/MEC, dados publicados do Censo Escolar 2013, só estão matriculadas 14.699 pessoas na rede estadual, outras 5.617 na rede federal e 7.808 pessoas na rede privada de ensino profissionalizante. Em qual dado pode-se confiar? Ou o conceito de educação profissional é diferente para o MEC e para o Estado da Bahia?

O ensino médio na Bahia, na rede estadual, tem uma taxa de reprovação de 16,3%, contra 10,6% no Brasil, enquanto a rede privada tem taxa de reprovação na Bahia de 7,4% e no Brasil 6,1%. Em todo o Brasil esse é o grande gargalo: mais crianças estão nas creches e pré-escola, a repetência diminuiu no ensino fundamental, porém na hora de tornarem-se cidadãos os jovens brasileiros são literalmente expulsos do sistema educacional. São jovens maiores de 17 anos, que já poderiam estar na universidade, que ainda repetem anos do ensino médio. Na verdade, esses ainda são favorecidos pela

sorte, pois quase a metade dos jovens entre 15 e 17 anos já não se matriculam mais em nenhuma escola (taxa de matrícula dessa etapa no Brasil é de 54,4% dos jovens). Entre 2013 e 2012, em todo o Brasil, 1,6 milhão de jovens abandonaram a escola.

O ensino em tempo integral, tão importante para evitar repetência e abandono, ainda é pouco oferecido na rede pública de educação: só 10,9% dos estudantes brasileiros do ensino fundamental estão matriculados em escolas de tempo integral.





Fonte: SEC/ME/INEP

Em seguida vem o problema da qualificação dos professores. Como mostram as figuras abaixo, a Bahia tem o percentual de professores com escolaridade de nível médio maior que o Nordeste e que o Brasil. Para completar esse quadro, as notas alcançadas pela Bahia no IDEB (dados de 2011), mostram que o ensino oferecido pela rede estadual no nível fundamental e médio tem notas menores que a rede municipal e privada. A rede estadual baiana de ensino fundamental em 2011 teve nota de 2,9 abaixo da meta do IDEB de 3,1; no entanto, considerando a rede pública essa nota sobe para 3,1 e a rede privada alcança 5,8.

A rede estadual baiana no ensino fundamental está abaixo da rede de estados como Ceará (3,7), Pernambuco (3,3), Minas Gerais (4,4) e Acre (4,2). No nível médio, a rede estadual baiana atingiu a meta do Ideb para 2011, com nota 3,0. A rede privada teve 5,6 e o total do estado ficou com nota 3,2. A rede estadual de nível médio teve nota abaixo de estados como Ceará (3,4), Paraná (3,7) e Minas Gerais (3,7). Assim, pode-se concluir pela necessidade urgente de melhoria da qualidade do ensino na rede estadual baiana.

O Cadastro Único da Assistência Social – Cad-Único – na Bahia tem cadastradas (segundo o site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social) 3.098.474 famílias sendo 1.877.055 delas com renda per capita familiar de até R\$ 70, 00 (setenta reais), outras 2.331.527 famílias com renda per capita de

até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e um total de 2.797.280 famílias com renda per capita de meio salário mínimo ou R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

O Bolsa Família pagou benefícios em maio de 2014 a 1.774.099 famílias baianas (43% das famílias). Aqui reside o terceiro desafio do nosso estado: elevação da renda e inserção dessas pessoas em atividades adequadas à sua vida urbana e rural, com maior valor agregado aos nossos produtos e serviços. Governos conservadores empacaram nesse quesito. E os oito anos de gestão do atual governo não lhes permitiu transpor os limites do mero assistencialismo federal. Outros estados nordestinos ofereceram programas complementares de renda para trabalhadores. Não se tem conhecimento de tais iniciativas no governo da Bahia.

Muitos baianos apresentam algum tipo de deficiência (total, parcial ou grave). Mais de 2,7 milhões tem deficiência visual (19,9% da população), outras 765 mil baianos tem deficiência auditiva (5,5%) e outras 1.025.378 pessoas apresentaram deficiência motora (7,3%). Em que medida as cidades e equipamentos públicos como escolas, repartições, praças, etc., estão em condições de atender esses baianos com dignidade e sem constrangimento? Além disso, como a rede pública de saúde provê atendimento e acompanhamento dessas pessoas com deficiência?

Finalmente, no ciclo de vida dos baianos, tem-se a mortalidade registrando as causas de óbito. Os baianos estão vindo a óbito por um perfil epidemiológico diferente do século passado, onde doenças infectocontagiosas lideravam. Agora morre-se de doenças do aparelho circulatório, com 24,8% das mortes na Bahia contra 29,5% no Brasil; em seguida estão as neoplasias, com 11,5% dos óbitos no estado contra 15,6% no Brasil; em terceiro lugar estão as mortes por causas externas, com destaque para os acidentes de trânsito, homicídios, etc., com 15% das mortes dos baianos contra 12,5% dos brasileiros. Essas causas externas incidem mais fortemente sobre os jovens e, ao contrário do que se pensa, tem um alto custo social.

Salvador foi a cidade mais violenta entre as capitais do país em 2011. A informação é do Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil, divulgado ontem. Segundo a publicação 1.671 homicídios aconteceram em Salvador em 2011, cerca de 24% do total de homicídios no Nordeste. Em relação a 2001 houve um crescimento de 215,3% no número de homicídios.

A taxa de homicídio em foi 62 homicídios por 100 mil habitantes, a terceira maior entre as capitais brasileiras. Em 2001, essa taxa era de 21,3.

Como adiantou o Bahia Econômica, a violência vem atingindo mais os jovens e afetando a economia baiana. Segundo o mapa, em 2011, houve 777 homicídios de jovens e, número mais baixo que o registrado em 2009, mas que representa um crescimento de 267,3% em relação a 2001. O Custo Social da Violência Juvenil na Bahia seria de R\$ 5,4 bilhões anuais, ou 3% do PIB segundo estudo do **IPEA**.

Em relação aos Estados, a Bahia foi o segundo estado mais violento do país em números absolutos em 2011 com 5.451 homicídios no estado naquele ano. São Paulo lidera o ranking com 5.629 homicídios. Em relação a 2001, o número de homicídios na Bahia cresceu 245,2%, o maior crescimento entre os estado brasileiros.

As 3 cidades mais violentas da Bahia são Simões Filho, taxa de homicídio de 139,4 por 100 mil, e que assume o posto de cidade mais violenta do país, seguida de Porto Seguro, com taxa de 105,9, e Mata de São João 102,8. (Portal Bahia Econômica, 19/07/2013, sobre estudo do IPEA)

Pode-se contar a história de vida de uma jovem baiana, seguindo as indicações das estatísticas oficiais: ela nasceu em Salvador, é negro-mestiça e mora num aglomerado subnormal, numa das favelas da capital. Sua casa é de alvenaria sem reboco, tem luz, radio, tv e geladeira. Não tem água encanada nem coleta de lixo, muito menos esgotamento sanitário. Divide seu quarto com outras duas irmãs e frequentou a escola do bairro.

Sua mãe é a chefe da casa, pois seu pai deixou a família. Ela sobrevive num trabalho informal, com renda de R\$ 510,00. Todos na casa são religiosos. Deixou de estudar quando fez dezesseis anos, porque engravidou do seu namorado, ficando com o ensino fundamental incompleto. Inscreveu-se no bolsa família, comprou um celular e ainda amamenta seu filho, que está com 2 anos. Como mãe solteira e com a ajuda da família está fazendo um curso

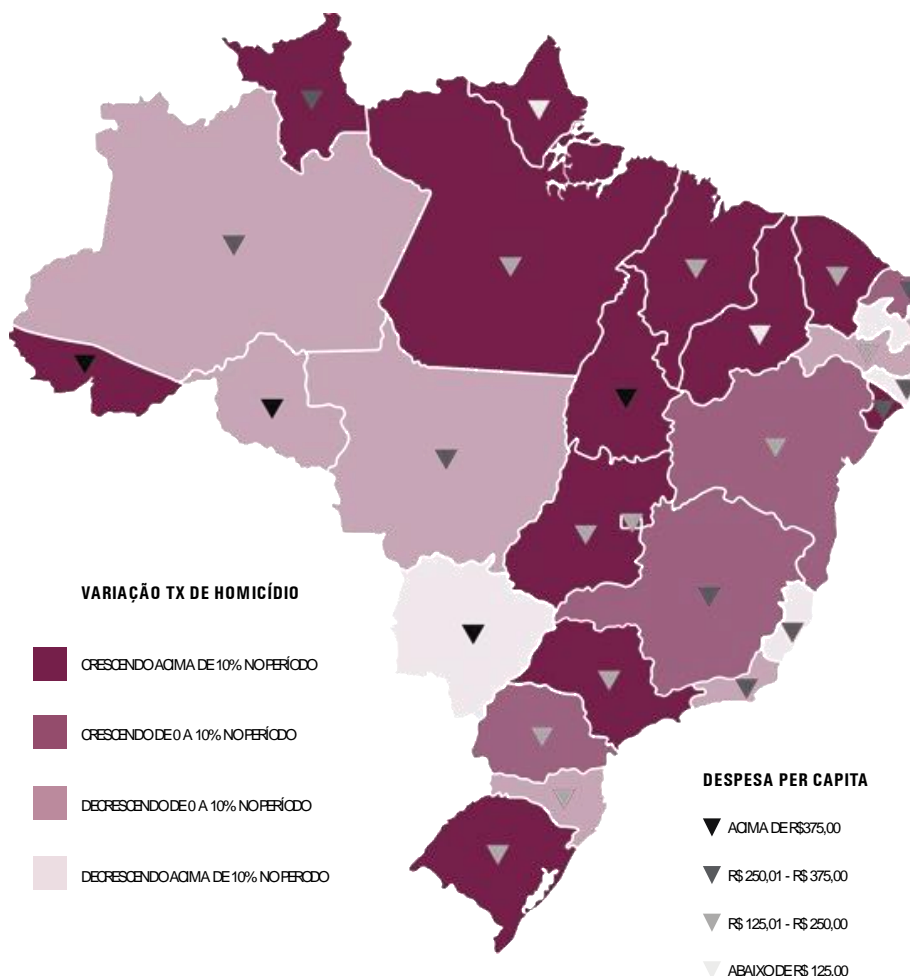
noturno e quer trabalhar, mas ainda não conseguiu uma vaga. Quer construir na laje da casa da sua mãe um puxadinho para morar com o filho. Essa hipotética garota segue um padrão de multiplicação da pobreza que empurra meninas como ela para a informalidade, ou no máximo um emprego doméstico. Mas graças às redes sociais no celular e à lan house do bairro, está atenta aos acontecimentos e informada o suficiente para entender a sua própria situação. Principalmente, ela está de olho na cidade, pelo que ela pode lhe oferecer.

Apesar da crueldade da pobreza, esse mundo ainda seria suportável caso a violência não estivesse crescendo e impactando de forma abusiva no cotidiano das pessoas na Bahia. Segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde – e com dados de 2013, no Brasil estão 16 das 50 cidades mais violentas do mundo. Salvador está no 13º lugar nesse ranking macabro, e é a 5ª cidade brasileira mais violenta. Na Bahia como um todo, são 41,9 mortes por cem mil habitantes e o estado só fica atrás de Alagoas, Espírito Santo,

Ceará e Goiás. Os jovens baianos são a principal vítima dessa condição: morrem assassinados 79,6 jovens a cada cem mil entre 15 a 19 anos; morrem assassinados 103,7 jovens por cem mil entre 20 a 24 anos e morrem 83,8 jovens entre 25 e 29 anos por cem mil. Outras estatísticas que incluem outros crimes, como roubos, estupros, lesão corporal sem morte, dentre outros, também tem taxas elevadas na Bahia, como mostra o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2012, somando todos estes tipos de crimes, foram 75.811 pessoas atingidas de alguma maneira pela violência. Para visualizar o fenômeno o Cartograma 02 mostra a evolução da condição da Bahia e dos outros estados brasileiros entre 2011 e 2012.

Cartograma 02 – Despesas com segurança pública x taxas de homicídio doloso (2011-2012)

MAPA 02 - Evolução das despesas per capita com a Função Segurança Pública e evolução das taxas de homicídio doloso Unidades da Federação - 2011 - 2012



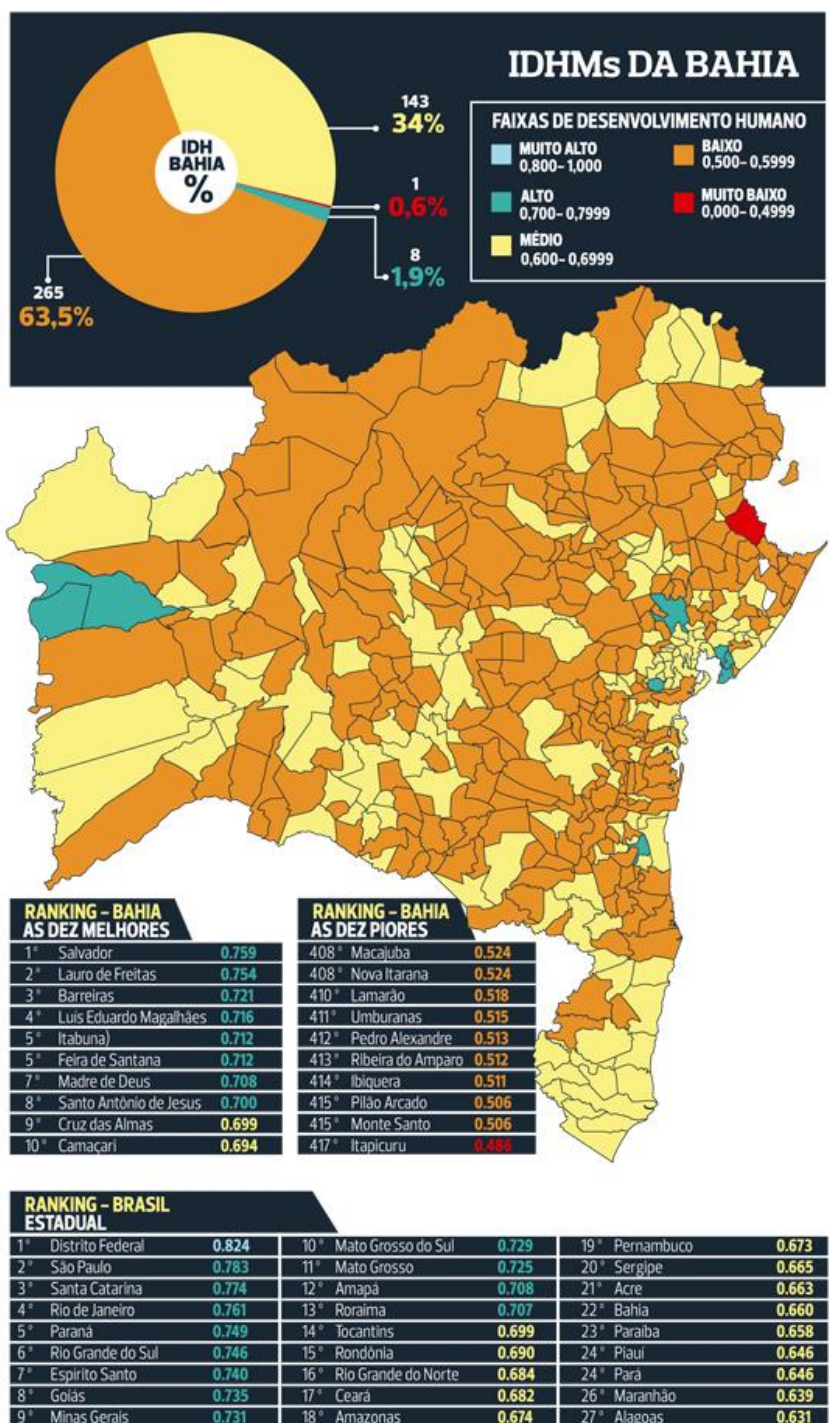
FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Finalmente, como um indicador de condição social universalmente aceito, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – expressa com clareza o que tem acontecido com o Brasil, com a Bahia e os desafios que o próximo governo estadual precisará encarar, com coragem, inovação e determinação.

O Cartograma 3 abaixo apresenta a mais recente avaliação dos municípios baianos e pode-se observar que quase 70% deles se encontra na condição de baixo e muito baixo IDH. A lista dos municípios em melhor e em pior situação completa o quadro e reafirma o diagnóstico da desigualdade como sendo a

chaga mais dolorosa aberta no tecido social da Bahia. Por outro lado, o Cartograma 4 mostra a evolução do IDH, em todo o Brasil, nos últimos 20 anos. Também é patente a continuidade da desigualdade regional, ficando o Nordeste e a Bahia, especificamente, muito atrás das condições de vida do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul.

Um governo comprometido com a Bahia e seu povo terá que trabalhar dobrado e com visão estratégica para superar essa submissão aos interesses do grande capital que drena nossas riquezas e empobrece nosso povo. Investimentos serão muito bem-vindos se tiverem efeito multiplicador para a economia baiana, capazes de melhorar o IDH em todo o território estadual.



Cartograma 03 – IDH municipal, ranking dos municípios baianos em melhor e pior condição de desenvolvimento humano.

Índice de Desenvolvimento Humano por Município



Cartograma 04 – Evolução do IDH municipal no Brasil, diferenças regionais, 1991 a 2010.

COMO AS CIDADES ESTÃO CRESCENDO

Descrição da rede de cidades, identificando as principais centralidades do ponto de vista populacional, cultural, econômico. Análise especial dos problemas da Região Metropolitana e da condição dos municípios conurbados. Identificação dos principais desafios que se colocam para a coordenação estadual de programas municipais como saneamento, resíduos sólidos, transportes e comunicação, habitação, saúde e ensino profissionalizante, energia e segurança pública/justiça.

Cidade é uma palavra tão carregada de significados que parece mágica. Vem de civilização, de cidadania, de pertencimento cultural e político, de empoderamento coletivo para sobreviver diante das mudanças ambientais e econômicas do mundo. As cidades são vivas e dialogam entre si. Podem explorar umas às outras, mas podem cooperar e serem complementares. Podem irradiar ideias e mudanças. Podem produzir riquezas que extrapolam seus territórios e se espalham no seu círculo de influência. Com seu entorno rural, elas mobilizam recursos humanos, naturais e tecnológicos para garantir a sobrevivência dos agrupamentos humanos e para promover o encontro nos mercados regionais, onde circula a riqueza, a identidade cultural se forma, os vínculos sociais se fortalecem e onde se celebra a vida.

Porém, como tudo que é vivo, as cidades também podem entrar em decadência e se degradarem. Podem crescer com desequilíbrios sociais, econômicos e espaciais, que as transformam em ambientes hostis pela insegurança, pela desigualdade ou pela poluição. Essa é a razão para que o governo tenha uma visão estratégica das cidades e de como elas se articulam, a fim de planejar ações e investimentos que reforcem os aspectos positivos e resolvam os problemas que impedem o florescimento da rede. Como estão as cidades da Bahia? Como elas se articulam e dialogam entre si? Quais são seus principais problemas?

Com 417 municípios, distribuídos em 27 territórios de identidade que deveriam auxiliar o planejamento e a interiorização dos investimentos, o Cartograma 05 mostra a rede urbana da Bahia e a sua área de influência. Deve-se registrar, olhando esse mapa, como Salvador se relaciona fortemente com Aracaju,

formando um perímetro regional de influência econômica e cultural. Além disso, a rede urbana estabelece uma malha principal, com as cidades de maior porte e influência territorial, como Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Juazeiro-Petrolina. Há também uma rede secundária formada com os municípios de influência local, como Irecê, Jacobina, Paulo Afonso, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Valença, Jequié, Guanambi, Brumado e Bom Jesus da Lapa, dentre outras menores. O Cartograma 06 mostra a classificação hierárquica das cidades baianas, com seus 10 maiores centros em população: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Lauro de Freitas, Jequié e Alagoinhas.

O padrão urbano baiano se caracteriza, portanto, como uma rede de cidades desbalanceada e desigual. As duas regiões metropolitanas – Salvador e Feira de Santana – são as únicas centralidades com mais de 500 mil habitantes. Existem 11 cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes e as demais cidades são fortemente ligadas às atividades rurais e com uma rede própria de povoados interligados localmente. Faltam à elas os instrumentos legais para um planejamento urbano, falta capacidade administrativa e técnica para elaboração de planos e projetos, faltam instrumentos efetivos de controle social e gestão participativa, e falta capacidade fiscal de investimento. Um exemplo dessa condição está na política habitacional: apenas 82 municípios baianos possuem um plano de habitação elaborado, enquanto 324 não o possuem e 11 estão em processo de elaboração, com financiamento do Ministério das Cidades. O mesmo acontece com a regularização fundiária, onde só 59 municípios tem legislação específica para enfrentar o problema da posse da terra urbana.

O Cartograma 07 demonstra claramente que, a continuar com a ausência de políticas de planejamento urbano e desenvolvimento integrado do território baiano, teremos 4 Bahias: as áreas de influências externas de outras centralidades como Aracaju/SE (no nordeste a partir de Paulo Afonso), Brasília/DF (no oeste baiano) e Vitória/ES (no extremo sul) tendem a crescer. Como espaço de influência para Salvador ficam as duas RMs e uma área

central do estado, de baixo dinamismo e predominantemente localizada no semiárido.

Quando se observa a produção econômica, essa mesma hierarquia e concentração espacial das oportunidades reaparece no diagnóstico da rede urbana da Bahia. Segundo o IBGE, com dados do PIB – Produto Interno Bruto – de 2011, cinco municípios concentravam 42% do PIB estadual: Salvador, com um produto de R\$ 38,8 bilhões (24,35%); Camaçari, com R\$ 12,3 bilhões (7,7%); Feira de Santana, com R\$ 8,3 bilhões (5,2%); Candeias, com R\$ 4,7 bilhões (2,9%); e Simões Filho, com R\$ 3,9 bilhões (2,5%).

A eles seguem-se Vitória da Conquista, S. Francisco do Conde, Lauro de Freitas, Itabuna e Luis Eduardo Magalhães. Destaca-se também o município de maior produção agropecuária, São Desiderio, com PIB de R\$ 832,8 milhões. O Cartograma 08, embora com dados de 2003, mostra esses polos dinâmicos e a relativa estagnação das demais áreas do estado.

A situação dos municípios baianos não está nada bem. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) trabalha com indicadores de saúde, educação e geração de emprego. O Cartograma 09 reflete a evolução dos municípios nos últimos 10 anos, não só na Bahia, como em todo o Brasil, medida pela Firjan.

O que se observa, apesar de 311 municípios baianos terem melhorado a sua condição, é que ainda estamos muito atrás do resto do país. Entre os 500 melhores municípios do ranking não há nenhuma cidade baiana. Entre os 500 piores, temos 172 municípios. Segundo os técnicos da Firjan, se o Brasil parasse onde está, ainda assim a Bahia precisaria de 13 anos para que seus municípios pudessem alcançar os demais, em termos de desenvolvimento. Isso reflete a situação de inércia governamental, que se beneficia das oportunidades criadas pelos programas federais mas não tem iniciativa própria para formular políticas estaduais eficientes e eficazes para melhorar a condição da nossa rede urbana.

No quesito educação, nenhuma cidade baiana alcançou o índice de alto desenvolvimento, segundo a Firjan. 297 cidades obtiveram nível regular, 102 ficaram com nível moderado e 18 permaneceram com nível baixo. Já no quesito saúde, só Salinas das Margaridas alcançou um nível de alto desenvolvimento, enquanto 95 municípios tiveram índice moderado, 205 obtiveram nível regular e 118 estão em nível de baixo desenvolvimento. Em termos de emprego, 4 municípios alcançaram nível alto (Camaçari, Lauro de Freitas, Luís Eduardo e Simões Filho), 192 tiveram classificação regular e 177 obtiveram nível de baixo desenvolvimento.

No IFDM geral, Salvador ficou em 22^o lugar entre as 27 capitais, acima apenas de Maceió, dentre as capitais nordestinas. Obteve o terceiro lugar na classificação estadual e o 1.264^o lugar no ranking nacional. Quando é feita a avaliação da condição fiscal dos municípios, através do Índice Firjan de Gestão Fiscal, a situação de Salvador se torna ainda mais grave: passa a ser a 80^a cidade no ranking estadual e a 2.796^a cidade no ranking nacional.

Dos municípios baianos, 330 estão com o índice de gestão no nível difícil ou crítico. 68 municípios estão entre os piores do Brasil. Entre os 500 piores municípios brasileiros em termos de gestão fiscal, 72% estão no Nordeste e entre os 500 melhores, 47,8% estão na região Sul. A Bahia, como um todo, ficou no 18^o lugar, dentre os 27 estados. Os problemas estão sempre na liquidez (caixa baixo em relação às obrigações a pagar) dos municípios e na baixa capacidade de investimento. O governo estadual precisa apoiar o desenvolvimento e melhoria da gestão municipal, sob pena de não poder estabelecer as parcerias necessárias ao desenvolvimento econômico e humano do estado.

Para essa rede urbana funcionar, os serviços mais importantes são transporte e comunicações. A Bahia possui uma malha viária, conforme mostra o Cartograma 10, que se interliga com outros modais de transporte: aeroviário, ferroviário e aquaviário. Através de 15 terminais para embarcações e ferries, dos quais 6 são em Salvador, a capital liga-se com as ilhas da baía de Todos os Santos.

Pelas ferrovias, que no passado foram muito importantes para a Bahia, hoje trafegam os minérios da Vale na Ferrovia Centro Atlântica e o projeto da FIOLE (Ferrovia Leste-Oeste), que deverá interligar a Bahia, desde o porto de Ilhéus, com o Centro-Oeste e a Ferrovia Norte-Sul, como mostra o Cartograma 11.

Quanto aos aeroportos, existem na Bahia, além do aeroporto internacional de Salvador, que movimenta 30% de todos os passageiros do Nordeste (35 mil pessoas/dia), mais de 75 aeródromos públicos e privados. Estão planejados no PAC a implantação, reforma ou ampliação de 20 aeródromos e a ampliação do Aeroporto de Salvador. O Cartograma 13 mostra os aeroportos planejados beneficiados com verbas do PAC.

O atraso nessas obras logísticas significa, em muitos casos, dificuldades na comercialização de produtos de maior valor agregado, na atração de recursos humanos mais qualificados, mais dificuldade no acesso à tecnologia e informação. A reprodução da concentração da atividade econômica e do acesso à qualificação técnica nas já apinhadas cidades litorâneas é um exemplo da falta de planejamento da rede urbana por parte do governo estadual.

Quando os dados analisados voltam-se para a questão da habitação, o resultado não é diferente: desigualdade, concentração espacial, falta de planejamento e de visão estratégica. O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, ainda não foi concluído ou publicado, mas uma apresentação da SEDUR, conforme Cartograma 14, informa que nem todos os municípios foram beneficiados de forma equânime pelos programas habitacionais governamentais.

O déficit habitacional calculado pela Secretaria é de 510.677 unidades, sendo 141 mil (27%) na RMS. Na primeira fase do programa MCMV foram contratadas na Bahia 100.723 mil unidades, das quais 65.107 para a faixa de renda familiar entre 0-3 salários mínimos, nas cidades acima de 50 mil habitantes. Só na segunda fase do programa os municípios menores foram

contemplados, com pequenos empreendimentos entre 40 e 50 unidades habitacionais, num total de 14.715 unidades contratadas em 352 municípios.

A concentração da oferta de moradia nas metrópoles acaba atraindo ainda mais pessoas para “tentar a vida” onde “dão casa”. Se fosse planejada, a expansão da rede urbana não teria o movimento contrário, ofertar moradia nas cidades médias e pequenas, nos povoados e assentamentos, para evitar a migração. O crescimento populacional da RMS nas últimas duas décadas já foi o dobro da taxa do estado inteiro: entre 1991 e 2000 a RMS cresceu em 20,63%, enquanto a Bahia cresceu 10,2%; entre 2000 e 2010 a RMS cresceu 14,42% enquanto a Bahia cresceu 7,28%. Esse desequilíbrio espacial precisa ser combatido com planejamento urbano e um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Vejamos os serviços que uma cidade pode e deve oferecer às pessoas e que melhoram sua qualidade de vida. Aqui se deve observar desde a infraestrutura de saneamento até a oferta de educação profissional, serviços de saúde, defesa civil e segurança pública. Alguns cartogramas facilitarão e permitirão um diagnóstico rápido dos municípios baianos nesses aspectos pois localizam onde existem os serviços no mapa.

O Cartograma 15 mostra a oferta de água na área urbana, o 16 mostra a oferta de água na área rural; o Cartograma 17 mostra o destino do esgoto na área urbana; o Cartograma 18 mostra o destino final do lixo (resíduos sólidos). Na Bahia, existem 359 lixões a céu aberto, 57 aterros sanitários e só uma unidade de compostagem e reciclagem (SEDUR, 2011). Consórcios estão sendo organizados para resolver o problema do lixo e seu destino final, mas o processo está muito lento. Apenas 7 se formaram até agora e mais 6 estão em negociação, abrangendo ao todo 231 municípios.

Segundo o CREA-BA, um sistema de abastecimento é definido por fornecer água em quantidade, qualidade e regularidade adequadas à população, e isso não acontece na área rural e até mesmo em muitas áreas urbanas e povoados. A Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) prevê a elaboração

dos Planos de Saneamento municipais ou regionais para que os recursos do Plansab (R\$ 420 bilhões em 20 anos) possam ser acessados.

Mas os municípios não conseguem cumprir essa exigência, que agrega, além de água e esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. Até 2013, só 30% dos municípios brasileiros cumpriram essa exigência e o governo federal acabou prorrogando o prazo para sua elaboração para 2015. Na Bahia, apesar da Lei 11.172/2008 estabelecer as diretrizes e princípios para a política de saneamento, nada foi implementado até agora, nem o Sistema Estadual de Saneamento nem o Sistema de Informações.

A Embasa apoiou a elaboração do Plano de Saneamento em sete cidades, inclusive Salvador, e mais seis estão em elaboração. Outros municípios estão elaborando seus planos com outras parcerias, mas esse percentual não atinge nem 10% dos municípios baianos. A Embasa opera 417 sistemas de abastecimento de água em 1.478 localidades (das quais 937 rurais e 545 urbanas) e 80 sistemas de esgotamento sanitário em 88 localidades (das quais 7 em área rural), estando presente em 364 municípios. Ainda assim, a empresa não apoiou sequer 10% dos municípios onde obtém suas receitas.

O Cartograma 19 mostra a rede federal de ensino técnico e superior e o Cartograma 20 mostra a rede estadual de universidades. São 29 campi de 4 universidades (UNEB, UEFS, UESB, UESC), com 4.171 docentes, 240 cursos ofertados. Na pós-graduação são ofertados 48 cursos. Os alunos matriculados na graduação são 38.744, no programa de qualificação de docentes são 15.259 alunos e no ensino à distância são 13.848 alunos. Sem dúvida, alguns importantes investimentos na interiorização do ensino superior e técnico foram realizados, mas ainda são insuficientes para eliminar a desigualdade de oportunidades para os jovens baianos.

A rede pública estadual de hospitais e clínicas possui 42 unidades, sendo 17 hospitais gerais, dos quais quatro estão em Salvador; 12 hospitais especializados, dos quais 10 estão em Salvador; nove clínicas/laboratórios dos

quais sete estão em Salvador; e três prontos-socorros especializados, todos em Salvador.

O Cartograma 21 mostra a disponibilidade de médicos por habitantes e o Cartograma 22 mostra a rede do Corpo de Bombeiros (defesa civil). Fica evidente, em todas essas áreas de serviços públicos essenciais, como a ausência de planejamento acentua as desigualdades, corrobora com a migração para as RMS e fragiliza a rede de cidades. Uma rede de cidades e povoados enfraquecida não é capaz de dar suporte às atividades econômicas, dificultando ou impedindo investimentos produtivos.

A política estadual tem sistematicamente reproduzido a pobreza e a concentração social e espacial das oportunidades, pelo ritmo acanhado de investimentos públicos no interior e pela falta de planejamento em todos os níveis, especialmente o estadual, que poderia estar promovendo o desenvolvimento institucional dos municípios baianos.

No quesito segurança pública e justiça, a partir dos dados do Anuário de Segurança Pública 2013, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Ministério da Justiça/SENASP), a população brasileira tem um problema fundamental a ser resolvido pelos governos: 70% das pessoas não confiam nas instituições policiais (Dados da FGV, em pesquisa do primeiro semestre de 2013, calculando o Índice de Confiança na Justiça – ICJBrasil). Há problemas de capacitação do efetivo, de remuneração, de planejamento espacial e integração das diversas forças de segurança, de transparência e qualidade das estatísticas, exigindo um novo modelo de polícia e de sua atuação.

Na Bahia (dados SENASP 2012) o efetivo policial está assim distribuído: 31.444 policiais militares, 5.716 policiais civis, 2.242 bombeiros e 9.269 guardas municipais. São 28 delegacias na RMS e 26 Coordenadorias de Polícia do Interior, além de 15 delegacias especializadas. A maioria dos municípios (61,2% ou 255 deles) não contam com estrutura especializada de segurança pública. Somente 14 municípios (ou 3,4%) possuem Fundo

municipal de segurança pública e apenas 19 municípios (4,6%) possuem um Plano Municipal de segurança pública. 170 municípios possuem efetivo de Guarda Municipal.

Destes, 52,9% não usam arma de fogo. A população carcerária é de 13.105 pessoas, sendo 10.251 no sistema penitenciário, 2.854 em custódia da polícia. São pessoas, na sua maioria, pretas e pardas (66%). As vagas nas 12 unidades prisionais da RMS e nas 11 unidades do interior, isto é, casas de detenção e penitenciárias, são 4.629, portanto a superlotação do sistema é fato, com uma taxa de 2,2 na razão presos/vaga. Seriam necessárias mais 5.622 vagas nas penitenciárias.

Outro ponto a ser compreendido na questão da segurança pública é a cada vez maior letalidade dos combates com o crime. Morrem policiais e morrem delinquentes, além de eventualmente morrerem inocentes, nos confrontos. Apesar da subnotificação (a Bahia tem nível 3, considerado baixo, nessa estatística), em 2012 registrou 344 mortes pela ação policial (dados do SIM). Já os policiais mortos em serviço e fora do serviço na Bahia superou muitos estados que até aparecem mais na mídia. A taxa de mortes/efetivo médio por cem mil, em serviço, é de 69,92 para policiais civis e 34,75 para policiais militares.

Fora do serviço as taxas são de 209,75 para policiais civis e 205,32 para policiais militares. Só a título de comparação, o estado de São Paulo tem a taxa de 73,11 para mortes em serviço de policiais civis e de 93,58 para mortes fora do serviço (Dados do Anuário de Segurança Pública/SENASP). Os policiais sofrem pela falta de treinamento para o confronto, a inadequação das condições de trabalho, precariedade de viaturas, equipamentos e armamentos, precariedade das estratégias de ação e a disposição dos delinquentes de “matar ou morrer”.

Do ponto de vista espacial, analisando a rede de cidades baianas, duas áreas merecem atenção especial em função desse diagnóstico: o semiárido e a RMS. O bloco central do estado, onde predomina o clima semiárido (ver Cartograma

23), tem a condição mais precária em termos econômicos, urbanos e humanos do estado. Abrangendo 265 municípios, ou 64% do total do estado, uma área de 393.056 km² (70% do estado), 6,7 milhões de habitantes ou 48% da população baiana, com 61% deles em condição de pobreza extrema (até R\$ 70,00 mensais), mais da metade habitando a área rural, o semiárido ainda assim produz metade da renda advinda da agricultura e responde com 28% do PIB estadual.

A RMS foi instituída pela lei complementar federal no. 14 de 08/06/1973, ampliada pela lei estadual no. 30 de 03/01/2008. Com 3.884.435 habitantes (IBGE 2013) é a mais populosa do Nordeste e a quinta maior do Brasil. Responde por 45% do PIB estadual. Possui 10 municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Sua área total é de 4.375,12 Km². Sua taxa de crescimento populacional tem sido, como visto anteriormente, o dobro da Bahia nos últimos 20 anos.

A RMS (Ver Cartograma 24), apesar da sua importância econômica e cultural, apresenta enorme desigualdade social e oferta insuficiente ou de baixa qualidade dos serviços públicos, o que transforma esse espaço numa espécie de barril de pólvora, que pode explodir a qualquer faísca, como aliás já tem sido ensaiado em conflitos e manifestações recentes.

Aqui estão os maiores gargalos de mobilidade urbana, o maior déficit habitacional, os hot points da criminalidade e violência, e é onde ficam mais evidentes as desigualdades sociais entre os bairros de classe média e alta e os assentamentos precários da periferia, bem como os bairros que surgiram de forma desordenada e sem infraestrutura, como ocupações de resistência dos imigrantes do sertão. O Cartograma 25 mostra os assentamentos precários e de movimentos pela moradia em Salvador. Segundo o Censo 2010, Salvador tem a maior proporção de domicílios em assentamentos precários (subnormais), com 25,7%, só perdendo para Belém/PA. (ver Cartograma 26 e Gráfico 03).

Os gráficos 1 e 2 mostram, respectivamente, as áreas mais ocupadas em termos espaciais e adensadas em termos populacionais. O deslocamento das pessoas entre seus domicílios e locais de trabalho ou estudo vai se agravando pelo uso do solo que o Cartograma 27 mostra, onde as áreas residenciais vão se afastando paulatinamente das áreas comerciais.

O Censo 2010 mediu, para todo o Brasil, o tempo de deslocamento das pessoas entre seus domicílios e locais de trabalho. Nas áreas urbanas, diariamente 55.121.717 pessoas se deslocam para trabalhar. Destas, 64% gastam até 30 minutos para chegar ao seu destino. Outras 24% gastam em média até uma hora e 12% gastam acima de uma hora. O transporte de massa para a RMS é um velho sonho que já completou a maioridade.

Finalmente uma linha de metrô foi inaugurada para a Copa Fifa, ligando a Lapa ao Retiro. Outra linha de metrô está prevista até 2017 ligando a Lapa ao aeroporto. As duas linhas terão 18 estações e passarão pelas quatro estações de transbordo (Lapa, Pirajá, Mussurunga e Iguatemi).

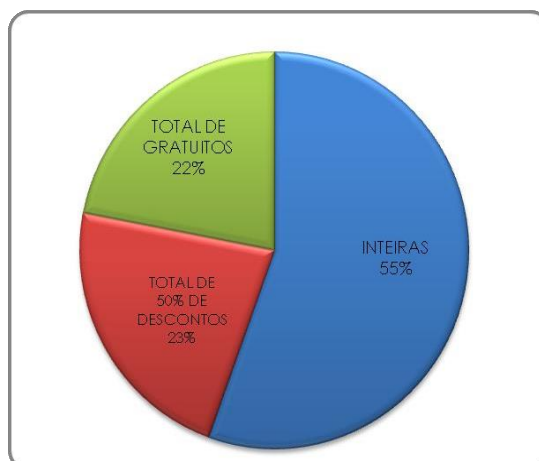
Isso é absolutamente insuficiente para as necessidades dos 26.772.646 passageiros/mês que usam transporte coletivo só em Salvador. A frota atual é de 2.398 veículos em Salvador. Num estudo da SETPS de julho 2013 sobre tarifas e viabilidade do sistema de transporte em Salvador, pode-se ver que 66% dos passageiros pagam e 34% tem gratuidade, o que acarreta um custo de R\$ 1,08 para uma tarifa de R\$ 3,20 (ver Figuras 01 e 02), mas não chegou a ser implantada. A tarifa atual é de R\$ 2,80.

Comparando-se a evolução da tarifa de transporte coletivo em Salvador entre 2003 e 2013 e a evolução do preço da gasolina e do salário mínimo (todos em termos nominais), nos Gráficos 04, 05 e 06, percebe-se que a política de transporte público tem acomodado e repassado ao passageiro os custos e ineficiências do sistema, enquanto o governo federal tem “segurado” o preço da gasolina, acomodando a classe média.

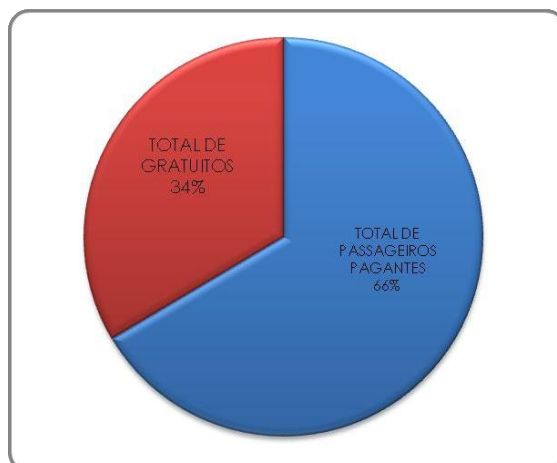
O passageiro, por sua vez, não tem intensificado os protestos contra as tarifas elevadas devido à elevação do salário mínimo. No médio prazo, tal situação é absolutamente insustentável: a gasolina deverá ser reajustada, o salário mínimo cairá em termos reais e o sistema de transporte coletivo na RMS ficará ainda mais estrangulado pela má qualidade e custos de operação elevados. Na medida em que as metrópoles crescem e as cidades de porte médio não recebem investimentos para transporte de massa enquanto estão numa escala administrável, o problema da mobilidade urbana vai se tornando a reivindicação prioritária da população, ao lado da segurança e dos serviços de saúde. A Bahia não é exceção a essa regra do subdesenvolvimento.

Figuras 01 e 02 – Passageiros pagantes e não pagantes em Salvador

TARIFAS INTEIRAS, DESCONTOS DE 50% E GRATUITOS

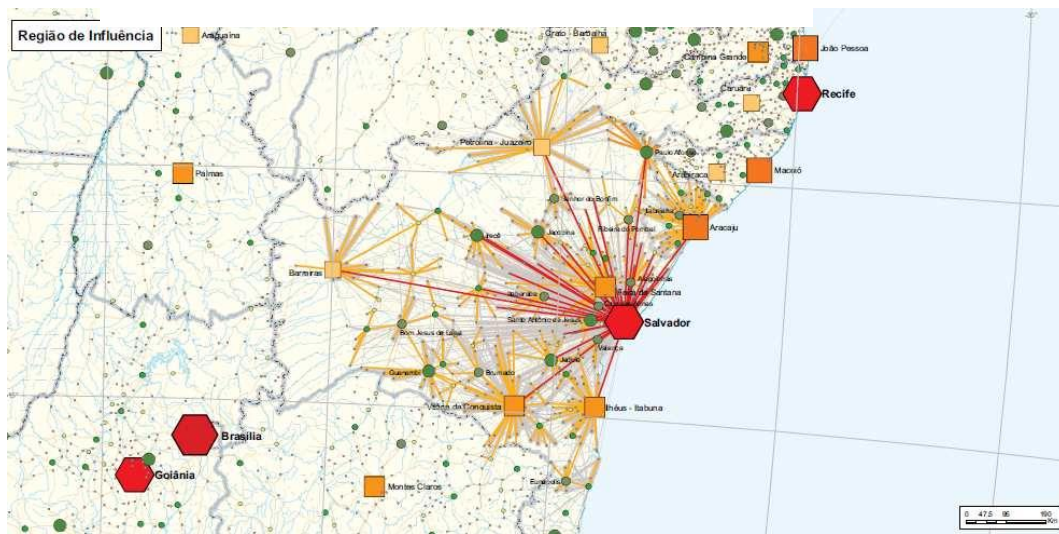


PASSAGEIROS PAGANTES E GRATUITOS



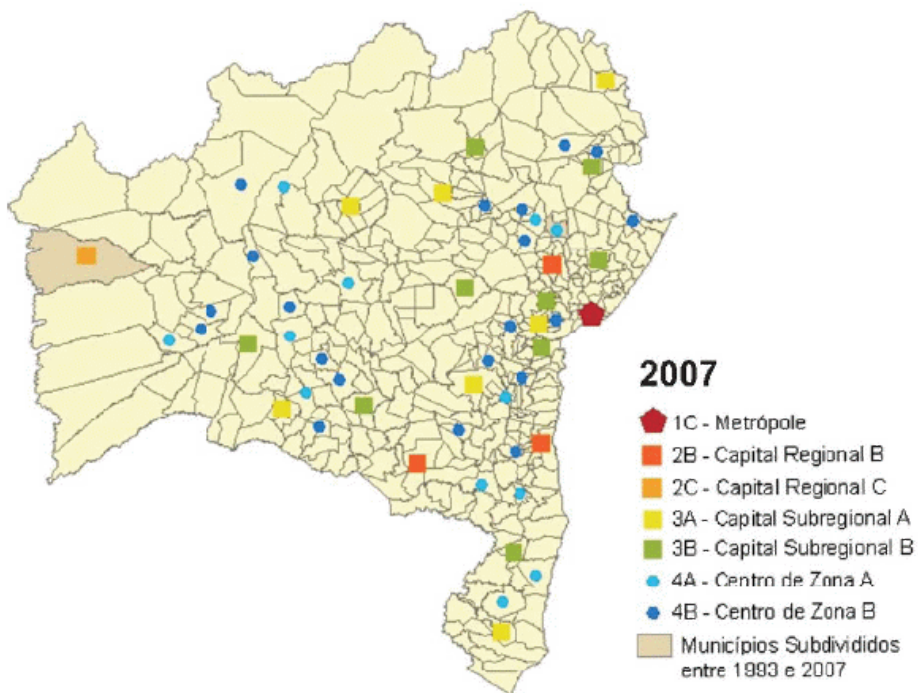
Fonte: SETPS

Cartograma 05 – Rede Urbana da Bahia

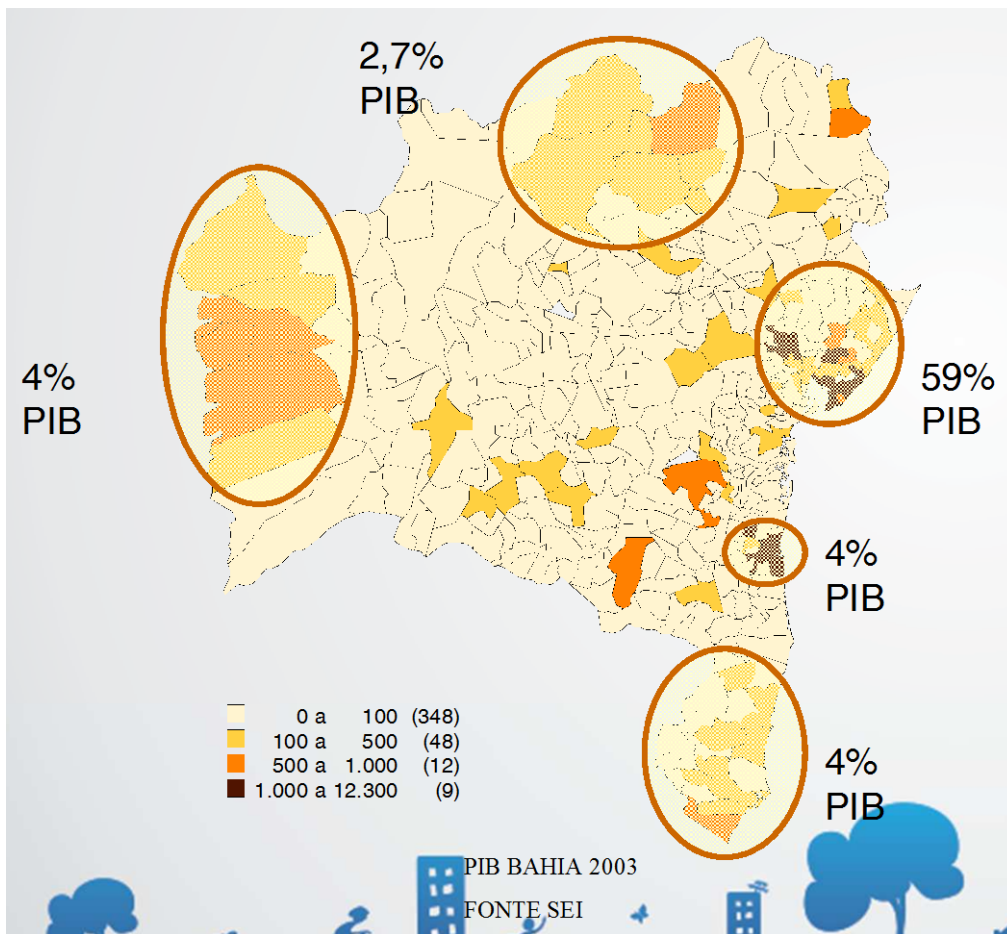


FONTE: REGIC 2007/IBGE

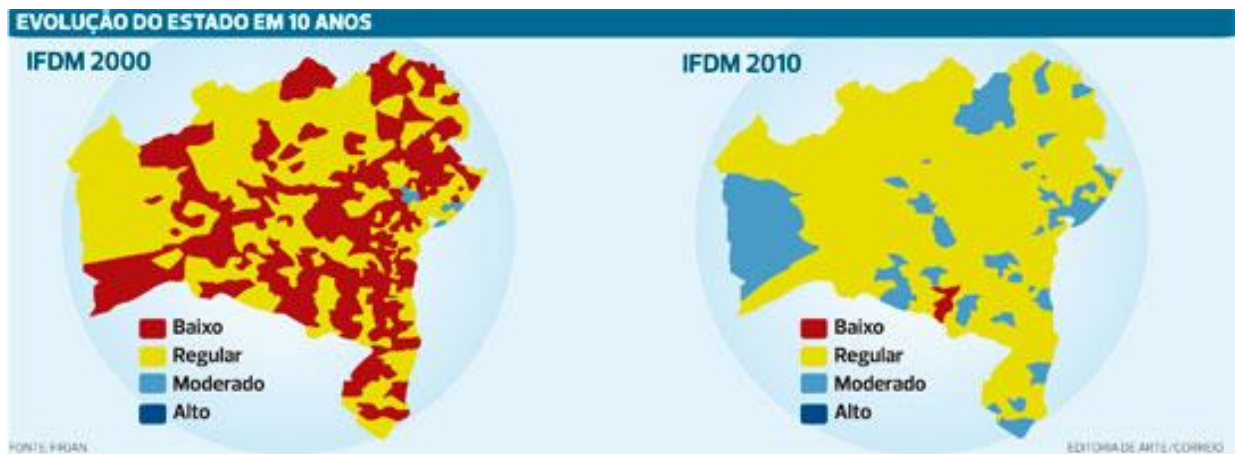
Cartograma 06- Classificação das cidades baianas para hierarquia da rede urbana



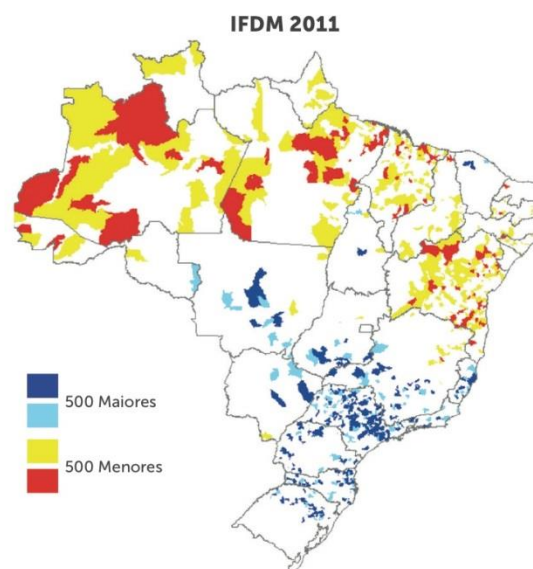
Fonte: Vertrag/2010, adaptado de REGIC/2007.



Cartograma 09 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: evolução dos municípios baianos 2000-2010



Cartograma 10- IFDM 2014 (ano-base 2011)

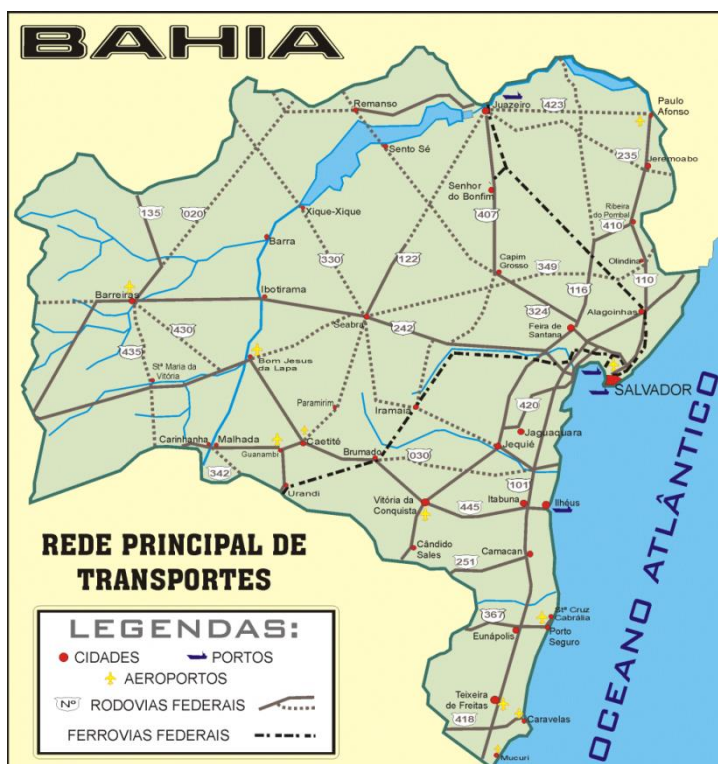


Fonte: FIRJAN

Quadro - Resumo dos Componentes do IFDM
- por Área de Desenvolvimento -

IFDM		
Emprego&Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geração de emprego formal ▪ Absorção da mão de obra local ▪ Geração de Renda formal ▪ Salários médios do emprego formal ▪ Desigualdade <p>Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matrículas na educação infantil ▪ Abandono no ensino fundamental ▪ Distorção idade-série no ensino fundamental ▪ Docentes com ensino superior no ensino fundamental ▪ Média de horas aula diárias no ensino fundamental ▪ Resultado do IDEB no ensino fundamental <p>Fonte: Ministério da Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de consultas pré-natal ▪ Óbitos por causas mal-definidas ▪ Óbitos infantis por causas evitáveis ▪ Internação sensível à atenção básica (ISAB) <p>Fonte: Ministério da Saúde</p>

Cartograma 11 – Rede principal de transporte na Bahia



Cartograma 12- Ferrovias baianas e projeto FIOLE



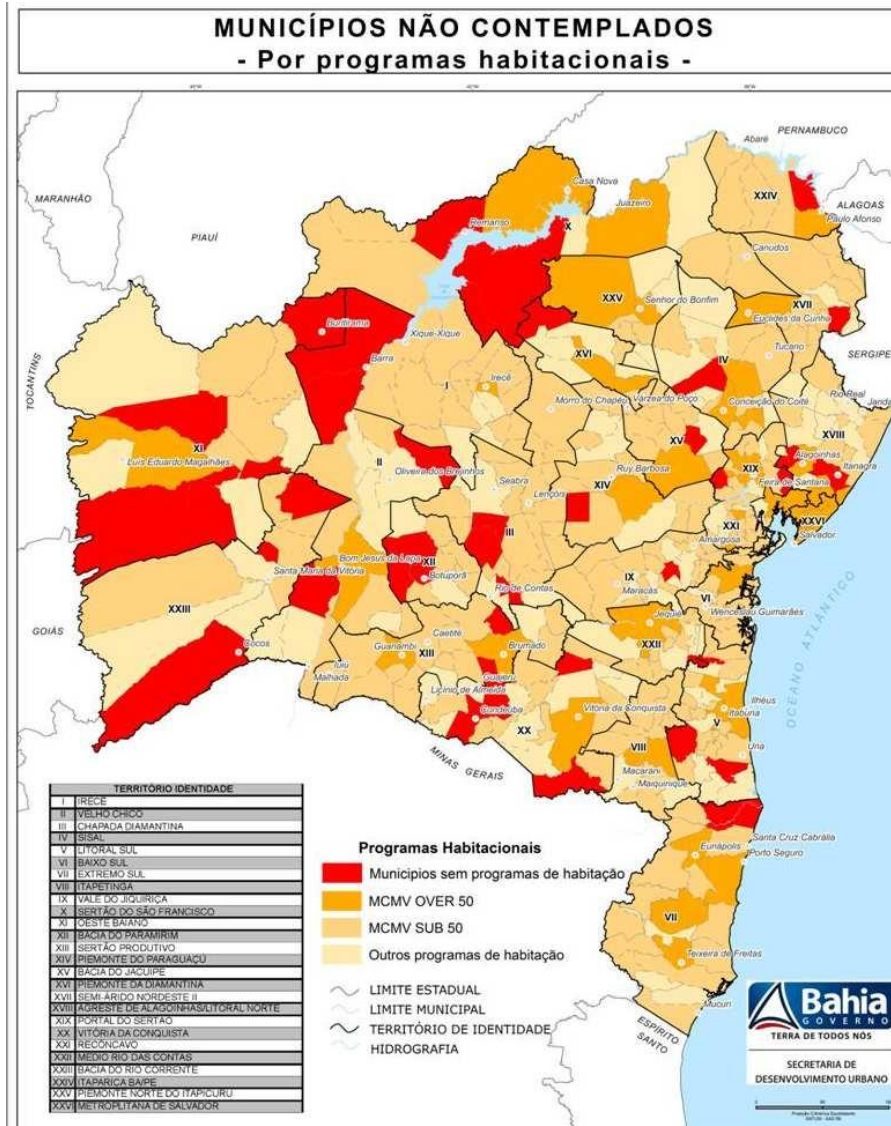
Fonte: MPOG-PAC

Cartograma 13 – Aeródromos beneficiados com recursos do PAC para obras de reforma e ampliação

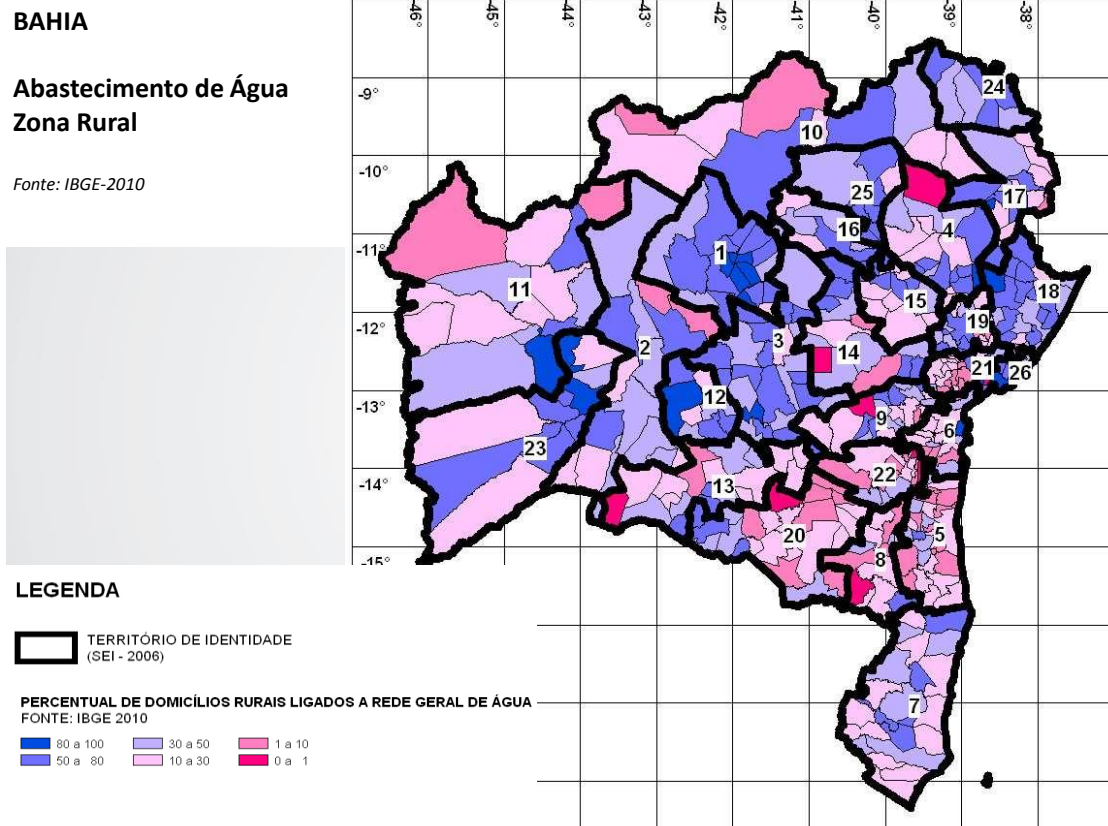


Fonte: MPOG-PAC

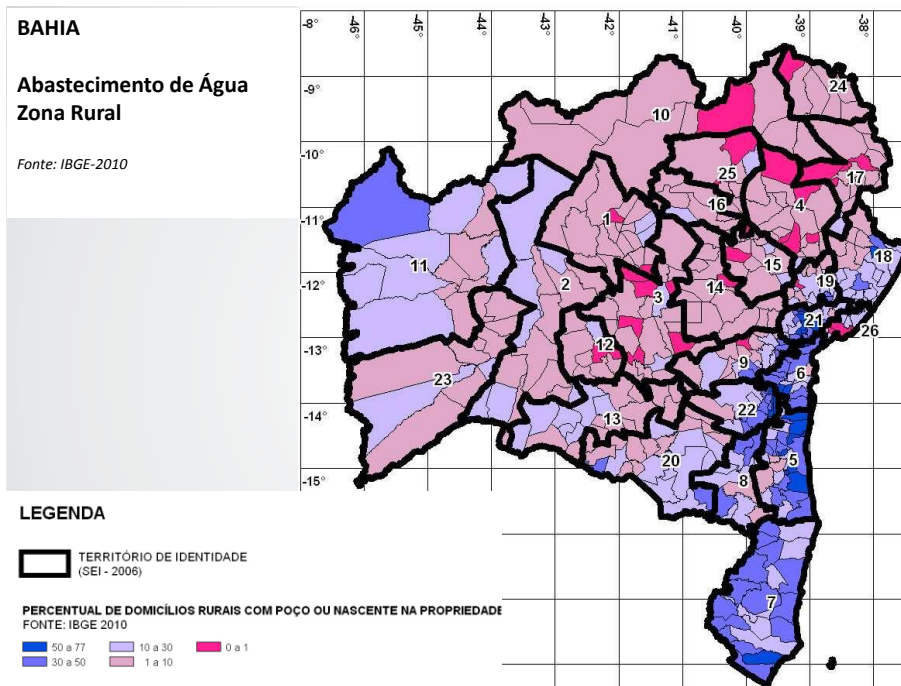
Cartograma 14 – Municípios contemplados por programas habitacionais na Bahia – 2011



Cartograma 15 – Oferta de água na área urbana



Cartograma 16 – Oferta de água na área rural

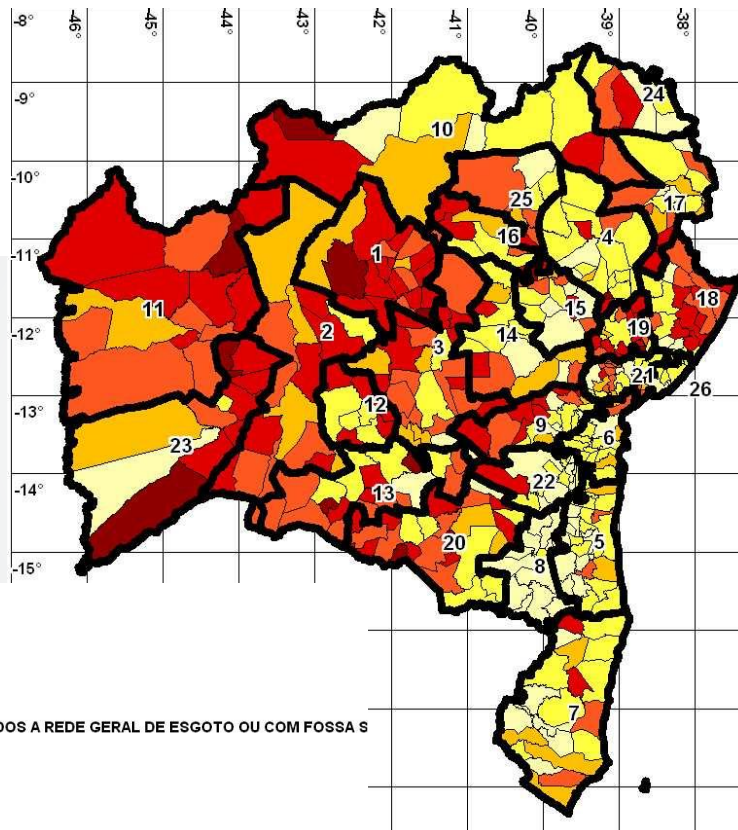


Cartograma 17 – Tratamento de esgoto na área urbana

BAHIA

Esgotamento Sanitário Zona Urbana

Fonte: IBGE-2010



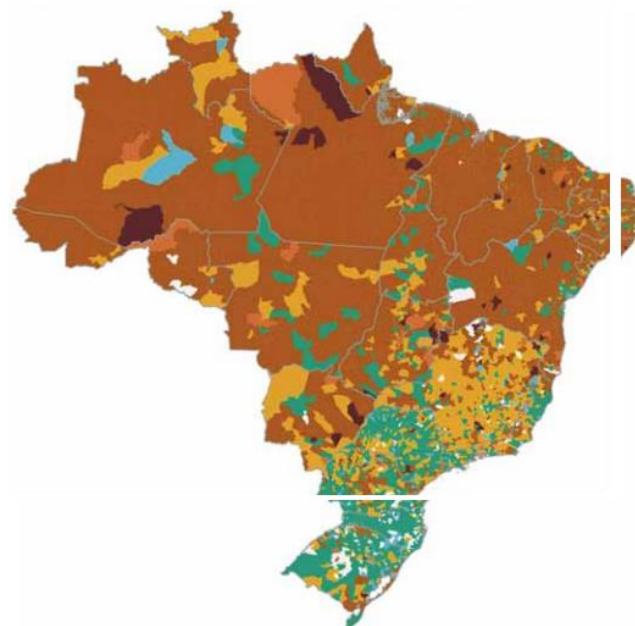
LEGENDA

 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
(SEI - 2006)

PERCENTUAL DE DOMÍLIOS URBANOS LIGADOS A REDE GERAL DE ESGOTO OU COM FOSSA S
FONTE: IBGE 2010

			
0 a 1	1 a 10	10 a 30	30 a 50
			
50 a 80	80 a 98		

Cartograma 18 - DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E/OU PÚBLICOS - BRASIL – 2008

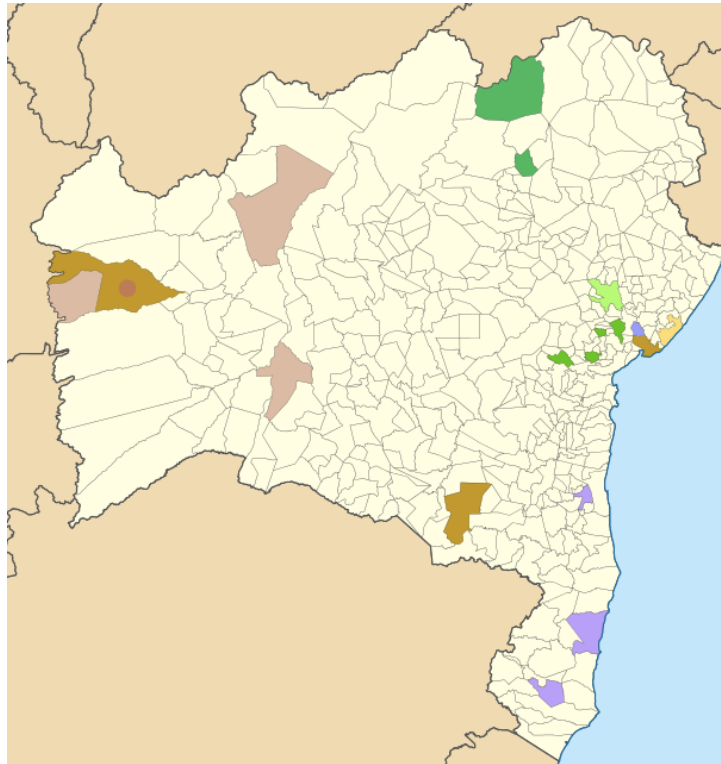


Destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e/ou públicos

- Aterro controlado e aterro sanitário
- Aterro sanitário
- Aterro controlado
- Vazadouro a céu aberto (lixão) e aterro sanitário
- Vazadouro a céu aberto (lixão) e aterro controlado
- Vazadouro a céu aberto (lixão), aterro controlado e aterro sanitário
- Vazadouro a céu aberto (lixão)

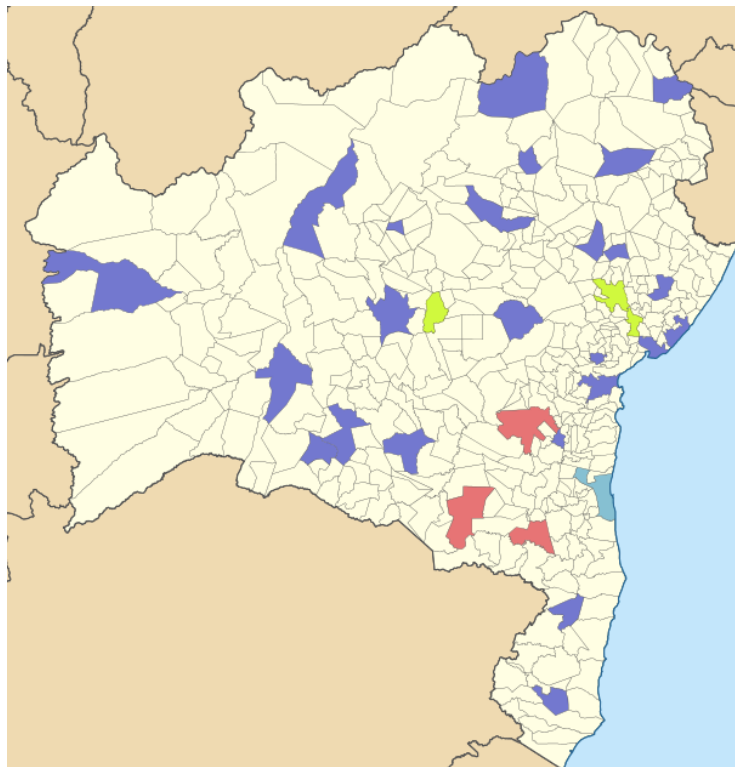
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Cartograma 19 A – Campi federais de ensino universitário



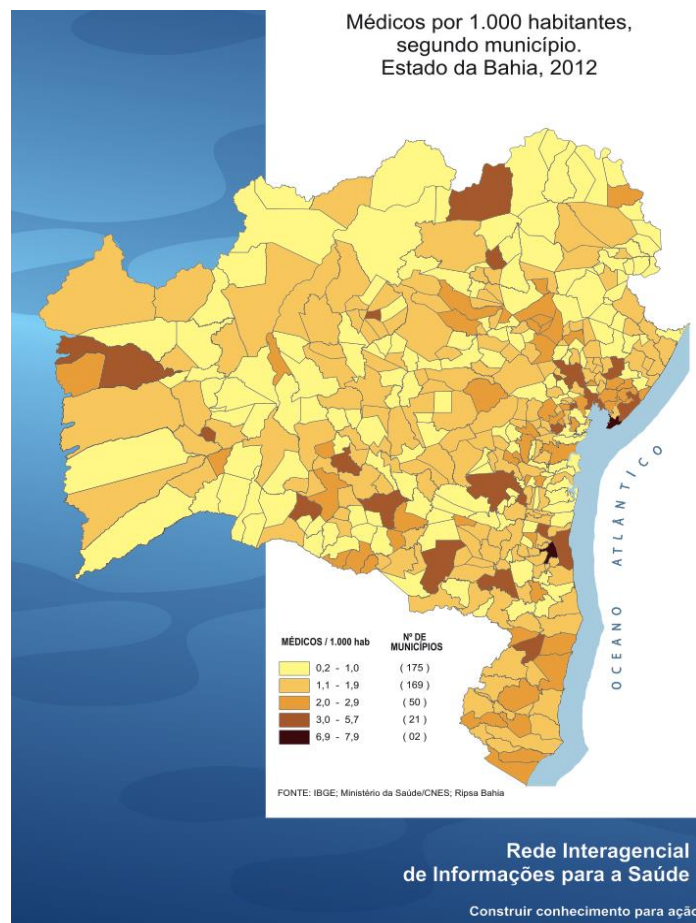
Fonte: MEC

Cartograma 20 – Campi das universidades estaduais da Bahia



Fonte: Secretaria Educação da Bahia

Cartograma 21 – Médicos por habitantes na Bahia



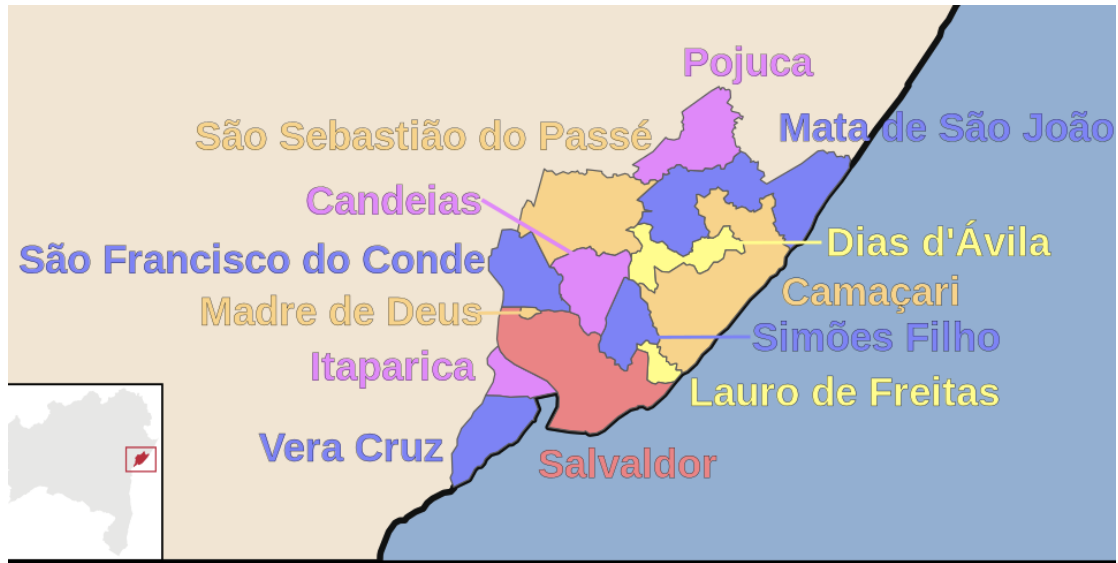
Fonte: SESAB

Cartograma 22 – Batalhões do Corpo de Bombeiros



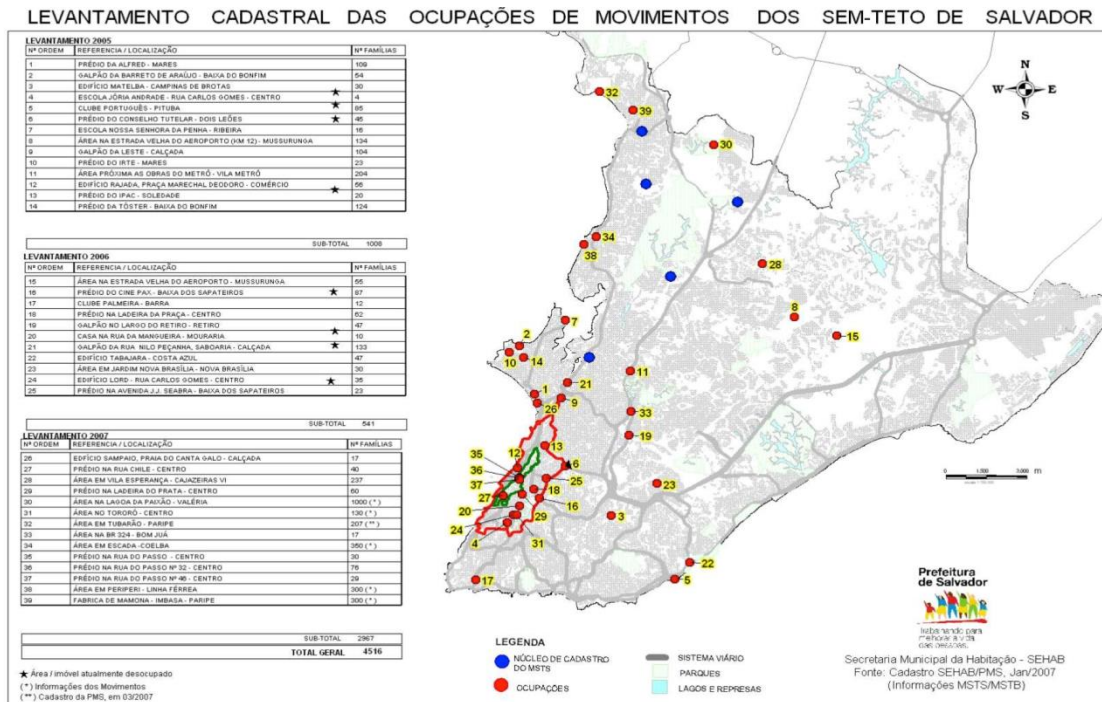
Fonte: SEI/SSP

Cartograma 24- Região Metropolitana de Salvador

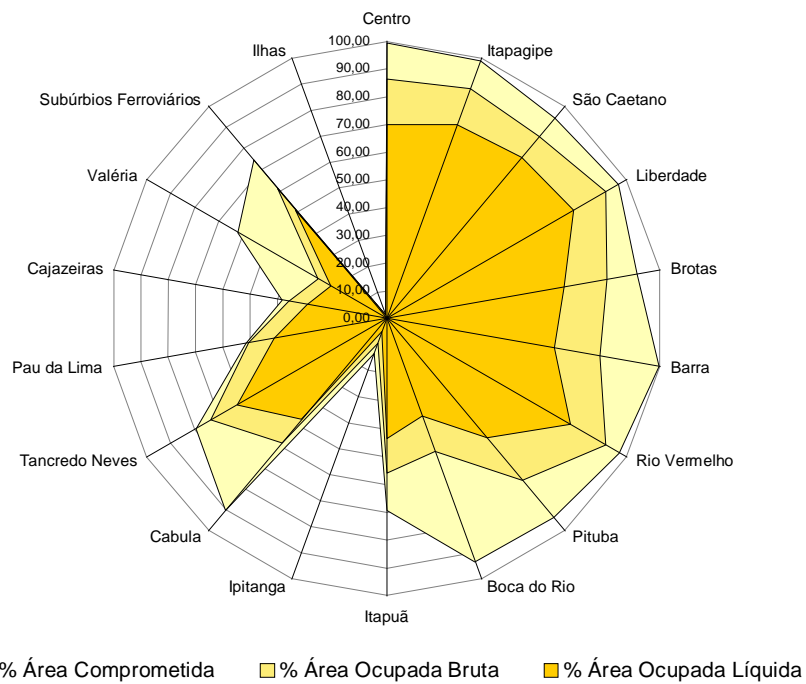


Fonte: CONDER

Cartograma 25- Ocupações e assentamentos precários em Salvador

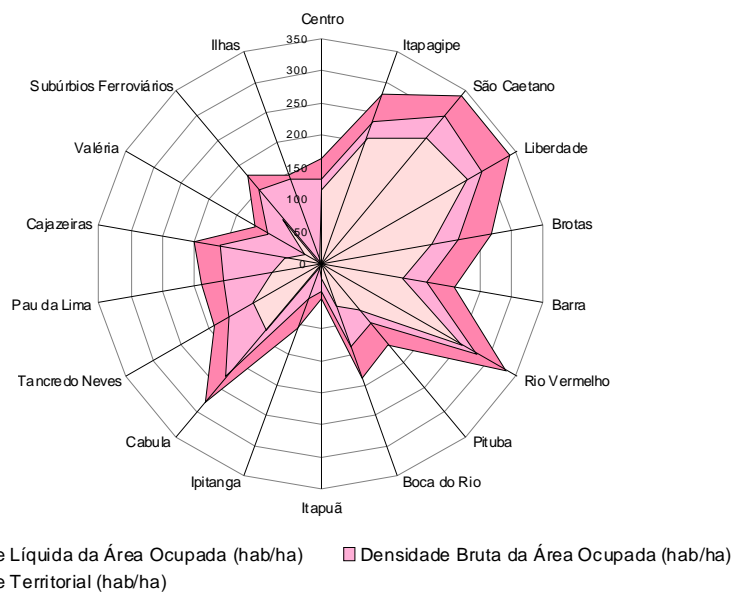


**GRÁFICO 01 – COMPROMETIMENTO DO ESPAÇO
SEGUNDO REGIÕES DE SALVADOR – 1998**



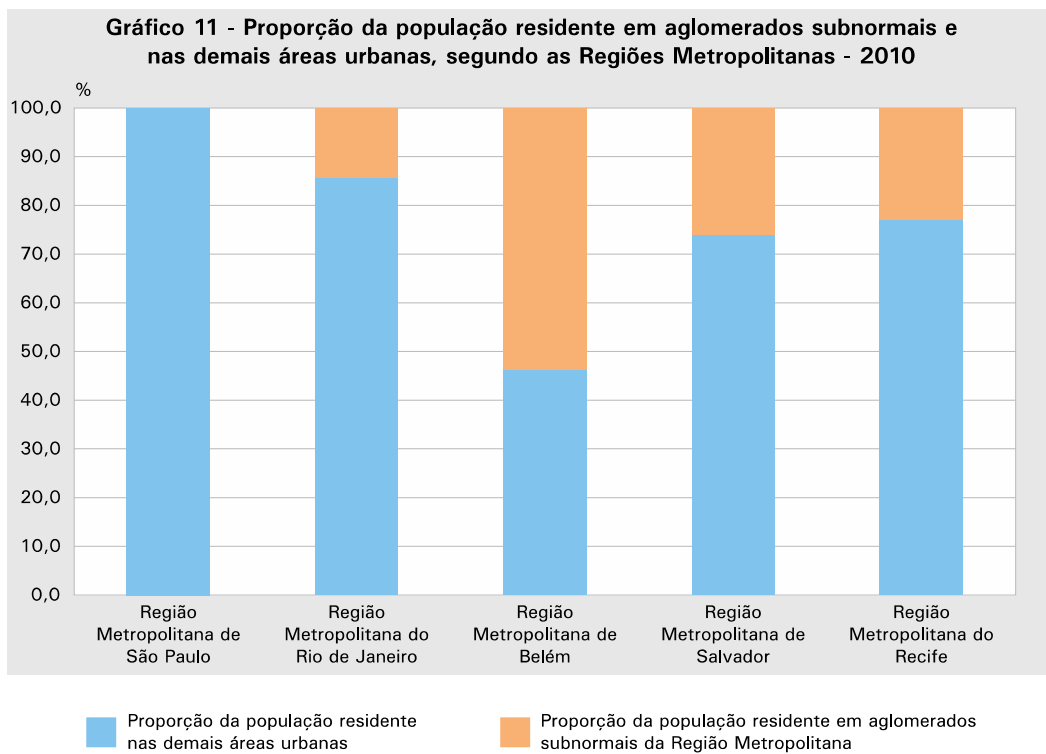
Fonte: Cadernos da Cidade, Vol. I, Uso e ocupação do solo. SEDHAM, 2009

**GRÁFICO 02 – DENSIDADES POPULACIONAIS
SEGUNDO REGIÕES DE SALVADOR – 1998**



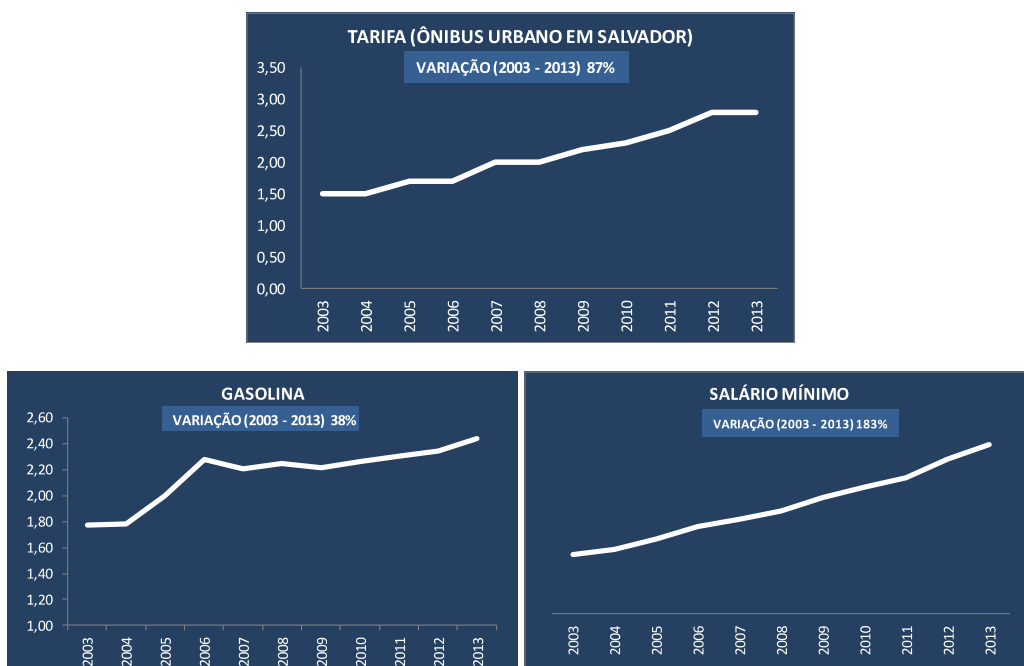
Fonte: Cadernos da Cidade, Vol. I, Uso e ocupação do solo. SEDHAM, 2009

Gráfico 03 – População em aglomerados subnormais em regiões metropolitanas



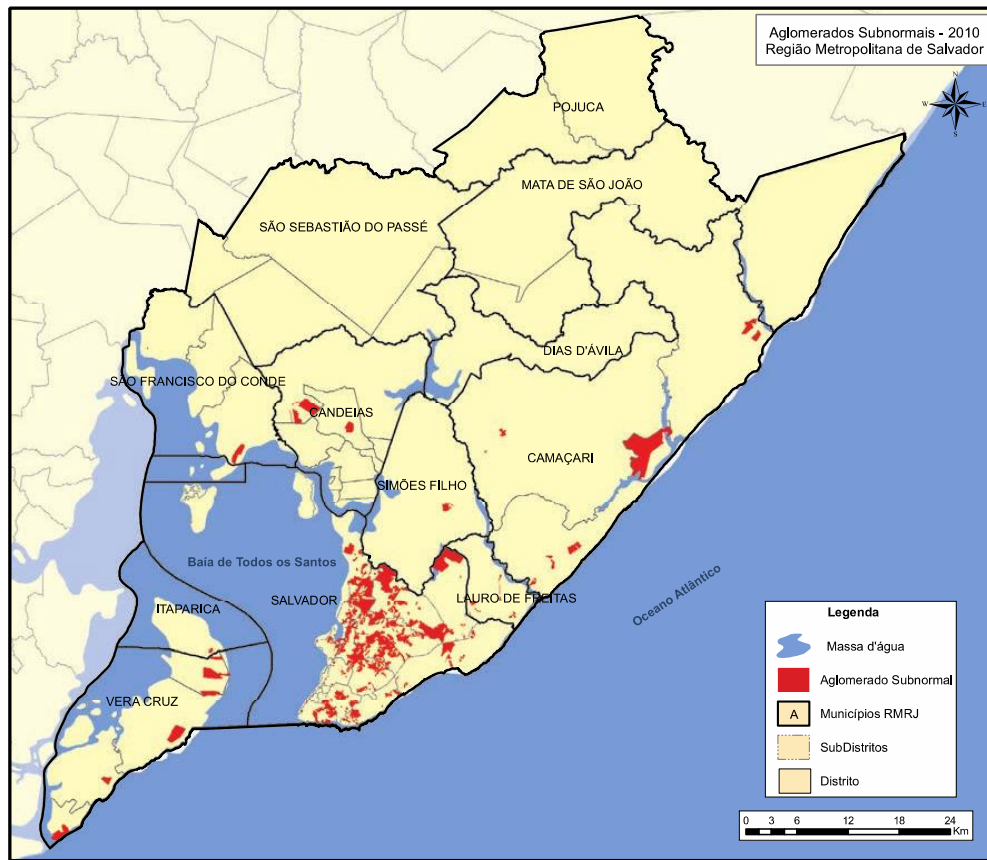
Fonte: IBGE, Censo 2010.

Gráficos 04, 05 e 06 – Evolução nominal da tarifa de ônibus em Salvador, do preço da gasolina e do salário mínimo (2003-2013)



Fonte: SETPS

Cartograma 26 – Aglomerados subnormais na RMS - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

COMO A ECONOMIA ESTÁ SE DESENVOLVENDO

Descrição da condição fiscal do governo estadual e sua capacidade de investimento. PAC e infraestrutura. Descrição e evolução da base produtiva e seus principais setores (agricultura, indústria e serviços). Integração da produção nos territórios do estado e fluxos de comércio com o Nordeste e o Brasil. Exportações e Importações. Identificação dos principais desafios que se colocam para a promoção dos investimentos em território baiano, seja em crédito, tributos, energia, logística, inovação tecnológica, recursos humanos qualificados e sustentabilidade das atividades produtivas.

Sob qualquer prisma que se observe o território do Estado da Bahia o que se vê é uma fragmentação que vai muito além do plano puramente espacial: para falar a verdade o que se vê são 4 Bahias que pouca gente percebe, e que a propaganda do governo tenta esconder. Senão vejamos: sobrepondo os mapas da pobreza e qualidade de vida, do dinamismo econômico e da rede de cidades em condições de oferecer serviços adequados à população, encontramos um quadro assustador.

Partes consideráveis do nosso estado estão sendo tragadas, ao longo da história recente, pela força administrativa, econômica e cultural de estados vizinhos e suas grandes cidades, restando à Bahia apenas o domínio efetivo da sua região metropolitana, com suas vantagens e desafios, e o semiárido, região onde está concentrada a pobreza, de baixo dinamismo econômico, graves problemas de infraestrutura urbana e frequentemente assolada por dificuldades ligadas ao clima, que agravam ainda mais as condições de vida da população.

Conforme o Cartograma 07 apresentado no item referente ao diagnóstico das cidades, a Bahia quadrangular a que nos referimos tem a seguinte configuração: sob influência e coordenação da RMS, temos basicamente o Recôncavo e o semiárido. O nordeste do estado está se voltando para as cidades de Aracaju e Recife, um dos sintomas que comprova a tese é a exportação da produção de Juazeiro pelo porto de Recife, como evidência da sombra pernambucana que se projeta sobre essa faixa do território baiano. O

oeste baiano com seu dinamismo ligado ao agronegócio, escoar sua produção por Tocantins e se relaciona mais intimamente com o distrito federal do que com Salvador, coisa que só a efetiva construção da FIOLE quiçá poderá reverter, caso seja articulada com uma rede de cidades no seu entorno, garantindo a sustentabilidade do projeto. O extremo sul, por sua vez, com graves problemas fundiários e ambientais, ocupado pela produção de commodities exportáveis (celulose), volta-se para o sudeste com Vitória e Rio de Janeiro como centralidades de referência.

Tal situação de fragmentação e desarticulação sócio-espacial expressa em primeiro lugar a perda da unidade política-administrativa real, com consequências funestas para o desenvolvimento integrado da Bahia. Em segundo lugar, resulta em vazamentos da riqueza gerada em nosso território em favor de outros estados. E finalmente esse tipo de dinamismo submisso a outras centralidades acaba expulsando o baiano das áreas estagnadas ou para a RMS ou para outros estados como já visto nos dados de perda populacional por emigração.

Caberia ao planejamento governamental reverter essa desintegração sistemática e contínua, em tudo oposta ao modelo de desenvolvimento sustentável que defendemos. Embora plural, a Bahia não se divide. Nem em uma, nem em duas, nem em três, muito menos em quatro bandas que reproduzem o desenvolvimento regional desigual que baianos e nordestinos ilustres como Rômulo Almeida, Celso Furtado e Ignácio Rangel combateram tenazmente ao longo dos últimos 60 anos.

Três estudos técnicos atualizados e convergentes nas suas descrições e indicadores, realizados pelo Banco Central (Boletim de Conjuntura abril/2014), pela SEI (A Bahia no Nordeste e no Brasil, 2014) e pelo Banco do Nordeste/ETENE (Informações Estaduais Bahia PNAD 2012) fornecem um panorama sobre a economia baiana e sua participação nas economias nordestina e brasileira. Esse panorama, em comum aos três estudos, sugere que o quadro de crescimento econômico seguindo o modelo vigente é marcado

por tormentos e dificuldades que beneficia o grande capital e penaliza duramente o trabalhador e empreendedor baianos.

O PIB estadual em 2012 está estimado em R\$ 186,4 bilhões, com taxa de crescimento em relação a 2011 de 3,1%. No Brasil, a economia baiana ocupa a sexta posição em PIB (3,9%). A participação da Bahia no PIB nordestino, porém, decresceu de 32% em 2004 para 28,8% em 2011. Enquanto isso, o Ceará cresceu sua participação de 14,9% para 15,8% e Pernambuco cresceu de 17,8% para 18,8%. O PIB per capita baiano foi de R\$ 13.150,40 em 2012 (SEI), ocupando o 21º lugar no ranking dos estados. Numa linguagem elegante e impoluta, os técnicos do BACEN afirmam:

A estrutura econômica do estado apresenta relativa concentração espacial e setorial. A atividade industrial se concentra na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a produção de grãos, no oeste; a fruticultura irrigada, no Sertão do São Francisco; e a produção de celulose, no extremo sul do estado – os quatro polos dinâmicos da economia baiana. Por outro lado, aproximadamente 2/3 do território estadual se encontra no semi-árido, cuja base econômica é a agricultura familiar. Quanto à distribuição setorial, a Bahia se caracteriza por produção de bens intermediários e matérias primas, destinados à exportação para o exterior e para a indústria de outras regiões. A Bahia é geradora de divisas para o país e mercado consumidor de produtos finais oriundos, principalmente, do sudeste e do sul, características que condicionam a dinâmica de sua economia a movimentos exógenos.

(BACEN, Boletim Regional jul/2012, p.83)

Traduzindo o trecho citado, e trocando em miúdos seu conteúdo, estamos diante da comprovação da tese da Bahia fragmentada, como mostra o Cartograma 28, submissa, desintegrada territorialmente e setorialmente, com uma tendência de desindustrialização e especialização em setores de baixo valor agregado. O que não é nada bom, óbvio. Ao contrário: a permanecer tal modelo, os baianos e baianas do futuro estarão em condição muito pior do que os baianos de hoje.

A estrutura do PIB baiano tem elevado a participação do setor de serviços, de 58,5% do Valor Agregado em 2004 para 69,9% do VA em 2011. Já a indústria de transformação diminuiu sua participação no VA de 30,7% em 2004 para 26,2% em 2011. A agricultura decaiu de 10,8% do VA em 2004 para 7,4% do VA em 2011. Dentro do setor industrial, a estrutura do PIB (SEI) mostra que a indústria de transformação decresceu sua participação de 55% em 2002 para 49,4% em 2012, enquanto a construção civil cresceu sua participação de 25% em 2002 para 30,5% em 2012; indústria de eletricidade, gás, água etc, caiu de 15,4% em 2002 para 14% em 2012 e, finalmente, a indústria extrativa mineral subiu sua participação de 4,5% em 2002 para 6,1% em 2012.

Comprova-se assim que o modelo adotado pelo governo tem apostado na produção de commodities de baixo valor agregado, como mineração, e obras públicas para estimular a construção civil. O primeiro setor, gerador de divisas pela exportação e o segundo setor gerador de empregos de baixa qualificação.

No setor agropecuário, as principais lavouras temporárias são algodão, soja, milho, mandioca, cana-de-açúcar, feijão. As principais lavouras permanentes são cacau, banana, mamão, café, laranja, maracujá. A produção de leite baiana representa 30,82% do Nordeste com 1.079.097 mil litros. A produção de ovos representa 15,7% do Nordeste, com 82.854 mil dúzias.

Os rebanhos baianos representam para o Nordeste: 36,3% dos bovinos, 25,8% dos suínos, 30,9% dos caprinos, 30,1% dos ovinos, 23,9% das galinhas, 30,1% da pesca extrativa e 12,6% da aquicultura. O total de estabelecimentos agropecuários é de 761.528 ou 31% do Nordeste. Mais uma vez as políticas públicas favoreceram os setores produtores de commodities para exportação (caso da soja no oeste e celulose no extremo sul), deixando ao encargo da agricultura familiar no semiárido o ônus da produção de alimentos sem o correspondente aporte de tecnologia, capacitação e investimentos.

Segundo estudo ETENE/PNAD 2012, os empregos formais estão em 2.256.621 vínculos, sendo 11,78% na indústria, 7,13% na construção civil, 18,96% no comércio, 58,16% na administração pública e 3,97% na

agropecuária. O rendimento dessas pessoas está assim distribuído: 40,69% até 1 salário mínimo, 16,61% entre 1 e 2 salários mínimos. Só 0,68% das pessoas tem rendimento entre 10 e 20 SM e apenas 0,28% tem rendimento acima de 20 SM. Duas constatações se desdobram desses números: a espantosa hipertrofia do setor público e a baixa qualidade dos empregos gerados, diante dos níveis de rendimentos verificados.

Observando o cartograma 28, das regiões exportadoras do Nordeste e da Bahia, pode-se ver, novamente, a segmentação do estado em quatro zonas, tendo como polos dinâmicos exportadores a fruticultura de Juazeiro, os grãos do oeste baiano, a celulose do extremo sul e as commodities petroquímicas da indústria da RMS. A lista dos principais produtos exportados pela Bahia em 2013 é a que segue:

Fuel oil 14% das exportações, seguido por pasta de madeira (12%), soja (9%), automóveis (6,59%), cátodos cobre (5,3%), plataformas de perfuração (4%), além de bagaços, pastas química de madeira, algodão não cardado e propeno. As principais importações referem-se à nafta (18%), sulfeto de cobre (11%), automóveis (9%) e outros veículos (4,7%). O saldo da balança comercial foi positivo em 2013, alcançando US\$ 1,289 bilhões (FOB).

A fonte desses dados foi o BNB/ETENE/MDIC. De acordo com esses números, a Bahia consolida sua posição como exportador de commodities de baixo valor agregado, na contra-mão do sonho dos idealizadores do pólo petroquímico e de todos que pensaram numa saída sustentável ao crescimento do estado.

Observando a Figura 01 que mostra os fluxos de trocas entre Nordeste e Brasil e a Figura 02, com os fluxos da Bahia para o resto do Brasil e estados do Nordeste, ambas extraídas da análise da matriz de insumo-produto de 2004 calculada pelo ETENE a partir das Contas Nacionais do IBGE, pode-se afirmar a condição de submissão da economia baiana ao sudeste/sul e da fraca interação e complementaridade com a economia nordestina. Na figura 01, as cordilheiras que se projetam da superfície produtiva indicam a intensidade dos fluxos de compras e vendas da região Nordeste e o resto do Brasil.

Quanto maiores, mais intensas. Temos cordilheiras quando se trata do Nordeste comprando do resto do Brasil e uma planície no quadrante que mostra as vendas do Nordeste para o resto do país. No quadrante de compras e vendas dentro da própria região, temos uma cordilheira central que indica fluxos entre as três maiores economias regionais: Bahia, Ceará e Pernambuco.

Em relação à Figura 02, os números e as linhas espessas indicam para quem a Bahia vende. É o estado nordestino com maior volume de abertura (cerca de 20%) para o resto do país, e com forte fluxo de vendas para os vizinhos Sergipe e Alagoas e para Pernambuco e Ceará. Mesmo assim, o total das trocas regionais pesa pouco para a economia baiana, indicando perda de mercados regionais e débil integração com o Nordeste. As nossas cadeias produtivas de alimentos, bebidas, movelaria, têxtil e confecção, dentre outras tradicionais não são pensadas regionalmente.

Por fim, cabe a discussão do papel do Estado como promotor do desenvolvimento e responsável, diretamente, pelos investimentos em infraestrutura social e produtiva. Aliás, nas circunstâncias em que a Bahia se encontra, o estado tem papel insubstituível na condução dos investimentos, no direcionamento do capital privado para cadeias produtivas e territórios de grande potencialidade social e econômica, onde pode e deve ter papel proativo na superação da miséria e no combate à desigualdade.

As políticas anticíclicas federais conjunturais de efeito enviesado favorecendo alguns setores ao sabor de entendimentos pouco claros (caso da indústria paulista de veículos e bens duráveis – linha branca), têm que ser substituídas por uma estratégia pactuada de desenvolvimento com enfrentamento das desigualdades regionais. Isso além de fazer bem às pessoas, reforça a expansão do mercado interno, conseqüentemente tendo efeitos duradouros para a conquista da cidadania plena.

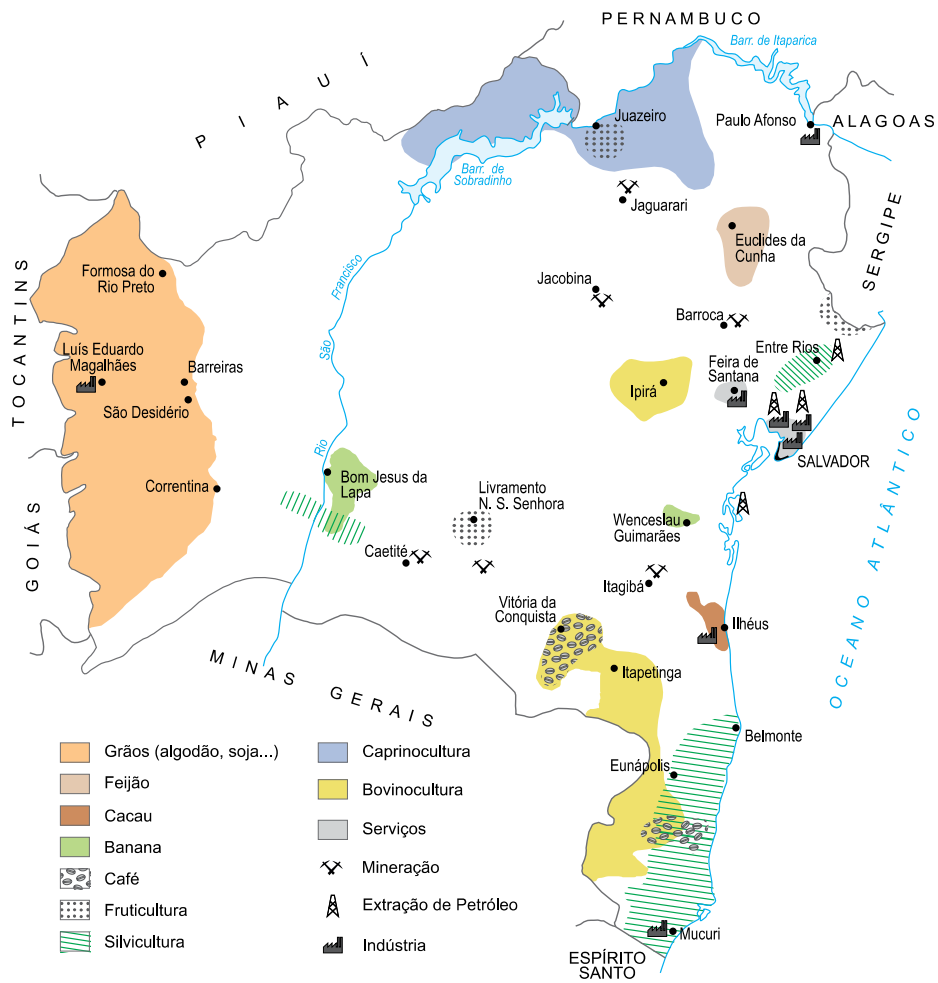
Na Bahia, num quadro de enormes dificuldades e imensos desafios, salta aos olhos a inércia governamental no que se refere à sua capacidade de investimento. Segundo a STN – Secretaria do Tesouro Nacional – em 2013 a dívida consolidada da Bahia alcançava R\$ 10,677 bilhões, o que representava 23% da sua capacidade total de endividamento permitida de R\$ 46 bilhões, pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, de 200% da Receita Corrente Líquida de R\$ 23 bilhões.

No mesmo período, o pequeno estado de Sergipe revelou mais desenvoltura aprovando projetos de investimentos na ordem de 27% da sua capacidade total. Pernambuco, então, destaca-se ainda mais: seus projetos de investimentos alcançaram 52% da sua capacidade de endividamento, viabilizando obras estruturantes com inquestionáveis benefícios para a economia e para a qualidade de vida da população. Das duas, uma: ou o governo baiano não foi capaz de formular projetos de investimento viáveis e submetê-los à aprovação dos agentes financeiros em tempo hábil; ou, então, conformou-se com as transferências federais, fazendo vista grossa às enormes demandas de investimento do povo da Bahia.

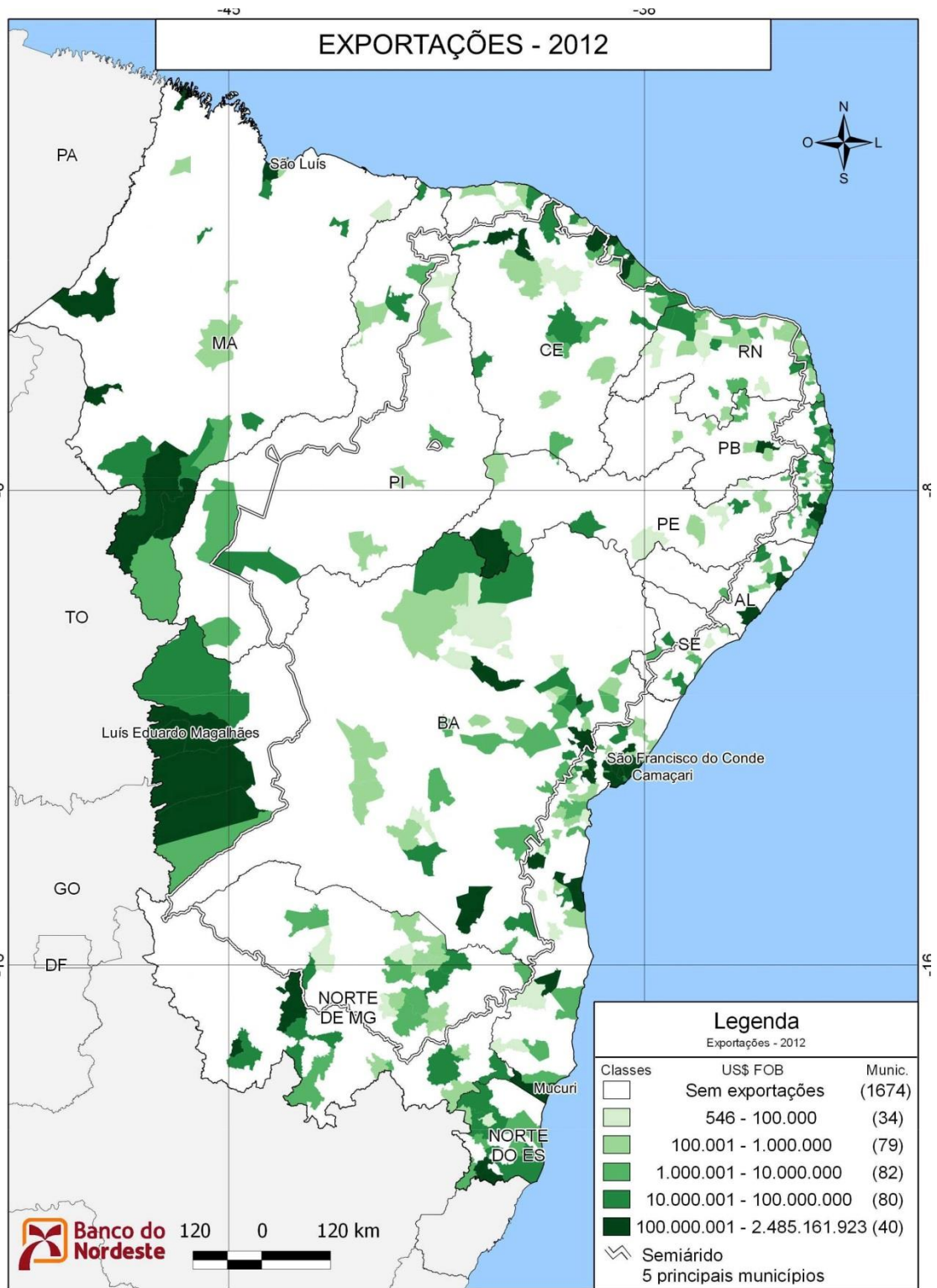
O curioso é que no ano em que se encerra o segundo mandato do atual governador e à poucos meses da eleição, aparecem na lista da STN um total de 8 novas operações de crédito, pleiteadas junto à diversas instituições financeiras, dentre elas Banco do Brasil, Caixa, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), BIRD (Banco Mundial) e FIDA, totalizando cerca de R\$ 4 bilhões para obras ligadas à copa/transportes metropolitanos, contrapartidas ao PAC e saúde, dentre outras. Esse passivo, caso seja contratado, fica para o próximo governo da Bahia.

Cartograma 28:

Principais atividades econômicas – Maiores concentrações Bahia – 2012

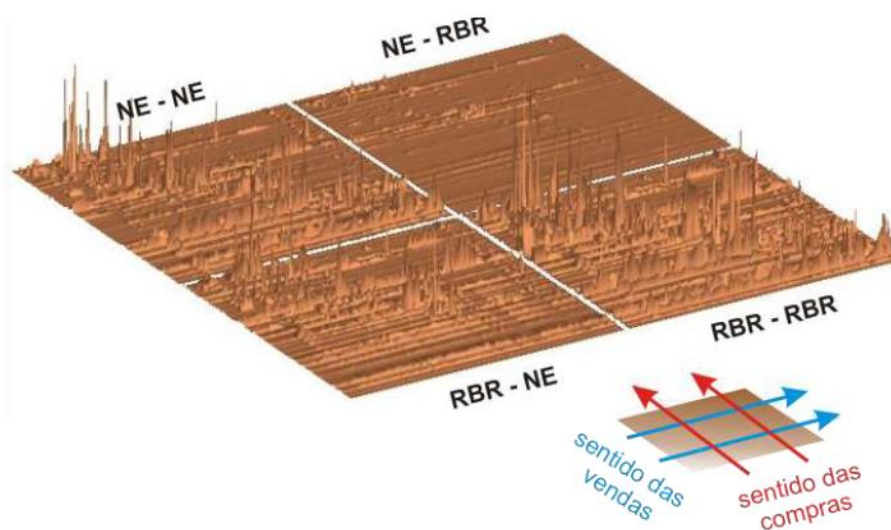


Cartograma 29- Regiões exportadoras Nordeste e Bahia

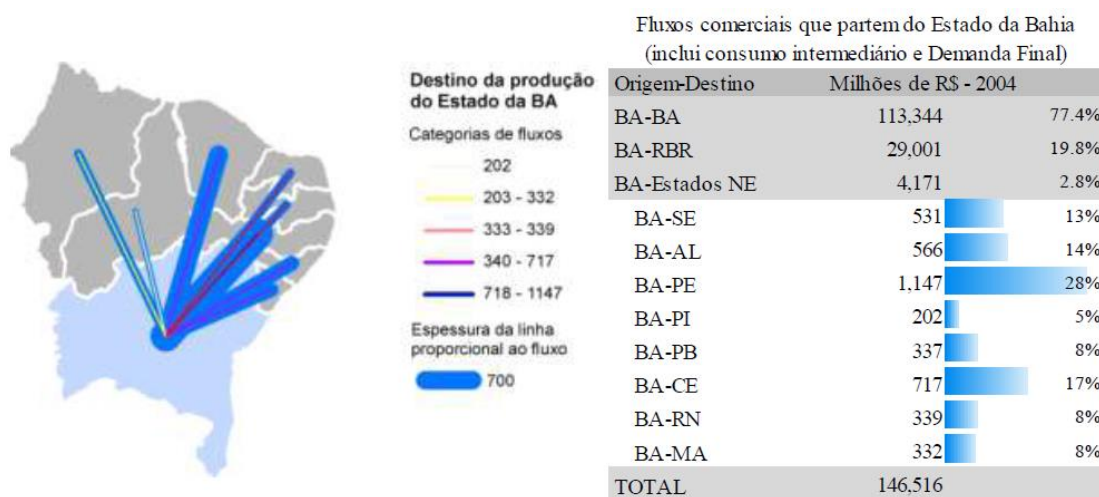


Fonte: IBGE, malha municipal digital 2010 e MDIC 2012.
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Figura 01: Representação Tridimensional dos Coeficientes Técnicos da Matriz NE – RBR, 2004.



Fonte: GUILHOTO *et al.* 2010. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Banco do Nordeste, 2010.



Fonte: GUILHOTO *et al.* 2010. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Banco do Nordeste, 2010

A Bahia que queremos

.....

POR UMA BAHIA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

UMA CONCEPÇÃO SOCIALISTA DE GOVERNO

O conceito de desenvolvimento sustentável, que será o eixo estruturante do Plano de Governo do PSB-Rede para a Bahia, envolve princípios que direcionam os programas, projetos e ações políticas e administrativas de governo para um objetivo comum: o resgate da dívida social e a redução das desigualdades na Bahia.

Através de eixos articuladores, busca-se contemplar a convivência harmoniosa entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que possibilitem o desenvolvimento social integral da população.

No âmbito do PSB-Rede, o desenvolvimento sustentável é entendido como uma nova forma de governar que integra o econômico, o social, o cultural e o meio ambiente, explorando de forma humana e racional os recursos da biodiversidade.

Este novo paradigma de desenvolvimento exige uma ampla reformulação das práticas atuais de incorporação do patrimônio humano e ambiental, através de novos modos de produção e consumo. Deve-se considerar o desenvolvimento e sua sustentabilidade como uma totalidade indissociável geoambiental, mas também econômico-social-cultural, científico-tecnológica e político-institucional.

Desta forma, os resultados a serem gerados como consequência de um processo de desenvolvimento assim concebido devem se apresentar como:

- a- Socialmente inclusivos e equitativamente distribuídos;

- b- Economicamente eficientes e legitimados pela participação organizada da sociedade;
- c- Intensivos em trabalho, ecologicamente integrados e humanamente justos;
- d- Que corrijam os desequilíbrios e reduzam as vulnerabilidades;
- e- Que não esgotem os recursos e meios de produção;
- f- Que valorizem os conhecimentos e a tecnologia apropriados às condições locais; e
- g- Que realizem a convivência harmônica entre o econômico, o social, o cultural e o ambiental.

Diretrizes Gerais

O Plano de Governo do PSB-Rede envolve a articulação de uma rede infraestrutural e de uma rede de cidades estratégicas que possam induzir o desenvolvimento e dinamizar a vida dos baianos, a partir de suas regiões.

A ideia é qualificar os núcleos urbanos, através de uma ação urbanística que incorpore ações educacionais, culturais e o planejamento econômico. Ou seja, intervenções físicas aliadas a ações educacionais e culturais, qualificação profissional, capacitação empresarial e geração de emprego, renda e oportunidades, respeitando os recursos naturais e as vocações regionais.

O plano foi estruturado em torno de cinco princípios, cinco mecanismos de gestão e seis áreas principais de atuação, tendo como eixo central o desenvolvimento social integrado da Bahia, a educação como motor de transformação social e um programa de urbanismo social como alavanca para o desenvolvimento.

No governo do PSB-Rede, a gestão pública será conduzida com base em políticas de Estado e não de governo. Nesse sentido, todos os programas, projetos e ações deverão nortear-se pelos seguintes princípios, mecanismos de gestão e eixos articuladores:

EIXO CENTRAL

Desenvolvimento social integrado

O maior problema da Bahia continua sendo a desigualdade social e o desequilíbrio na distribuição espacial das oportunidades. O primeiro compromisso de um governo assentado numa nova forma de fazer política, portanto, é reverter a exclusão social e promover a igualdade de oportunidades, através de um novo modelo de desenvolvimento de matriz sustentável, articulada entre as esferas administrativas de âmbito municipal,

estadual e federal. Isso exige um volume de investimentos significativo direcionado à inclusão social pela oferta de serviços essenciais de qualidade, acessíveis às pessoas e o mais próximo possível dos seus domicílios.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo PSB-Rede, de Inclusão pela renda com perspectiva sustentável, quebra a submissão da economia baiana à lógica do capital multinacional, que hoje orienta a economia do sudeste brasileiro. Essa nova forma de governar prevê a defesa corajosa e intransigente das oportunidades de investimento de forma sustentável, promovendo a qualificação científica e tecnológica da população e estimulando o empreendedorismo em todos os níveis.

A ação enérgica do governo deve orientar a renovação e ampliação da integração física e logística entre os municípios baianos, da Bahia com o Nordeste, com os demais estados do Brasil e com o mundo. Ao novo governo baiano caberá a elaboração de projetos integrados e consistentes para o desenvolvimento local, reforçando a rede de cidades.

Todos os programas e projetos dos planos de desenvolvimento setoriais serão pensados de forma a cumprir várias dimensões do desenvolvimento humano. As atuações buscarão em si mesmas ou em conjunto, respostas integrais para os problemas multidimensionais. Desta maneira, os órgãos públicos unirão esforços para garantir que as ações resultem em um maior impacto para as populações beneficiadas.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Todos os programas, projetos e ações desenvolvidos no Governo do PSB-Rede estarão sintonizadas com os seguintes princípios de gestão:

Transparência administrativa

Prestação de contas, contratação de servidores por concurso e recursos legais para garantir informações públicas,

Participação política da sociedade

Para que as intervenções sejam legítimas será imprescindível a participação social. Escutar e compreender que necessariamente não é o funcionário público que sabe mais. A comunidade deve ser um ator fundamental na orientação do desenvolvimento, incorporando-se, desde início do processo e em todas as suas fases, participando diretamente da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Setoriais e do Orçamento Participativo. A participação será fundamental para a sustentabilidade social dos equipamentos públicos. A proposta do PSB é firmar *Pactos Cidadãos*, antes da entrega de cada obra, com vistas a reafirmar a presença institucional no Estado e avançar na reconstrução do valor da cidadania.

Sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável, como já mencionado, tem sido definido como: “uma nova forma de governar que integra o econômico, o social e o meio ambiente, explorando de forma humana e racional os recursos da biodiversidade”. Este novo paradigma de desenvolvimento exige uma ampla reformulação das práticas atuais de incorporação do patrimônio humano e ambiental, através de novos modos de produção e consumo. Deve-se considerar o desenvolvimento e sua sustentabilidade como uma totalidade indissociável geoambiental, mas também econômico-social, científico-tecnológica e político-institucional.

Integralidade e Transversalidade

Cada programa ou projeto dos planos de desenvolvimento setoriais deverá ser pensado para cumprir várias dimensões do desenvolvimento humano. As atuações buscam em si mesmas ou em conjunto, respostas integrais para os problemas multidimensionais. Desta maneira, as secretarias e órgãos descentralizados unirão esforços para ganhar mais impacto, a partir dos eixos articuladores principais.

Governabilidade e a política de alianças

As alianças e a base de apoio ao governo do PSB-Rede se formarão a partir da adesão ao programa da coligação, que tem como eixo central o

desenvolvimento social integrado da Bahia. Para garantir a fidelidade dos aliados ao programa, o PSB-Rede adotará uma metodologia própria, para a implantação de programas, projetos e ações, que visam direcionar as propostas para o eixo central da gestão e, ao mesmo tempo, assegurar a transversalidade das ações.

MECANISMOS DE GESTÃO

Os mecanismos de gestão nortearão todas as ações governamentais, além de possibilitar o cumprimento dos compromissos e dos principais objetivos do governo, assegurando também a adoção dos princípios da gestão. São eles:

Planejamento, monitoramento e avaliação

As leis orçamentárias deixarão de ser instrumentos puramente financeiros e passarão a incluir conteúdos operacionais da ação governamental. Ou seja, servirão também ao controle e ao compromisso com a eficiência do uso dos recursos públicos, através de critérios, como a racionalização dos custos e a universalização e qualificação dos benefícios. Toda ação governamental será planejada e passará a ser monitorada e avaliada permanentemente.

Comunicação pública

A comunicação estará a serviço do interesse da coletividade e não dos dirigentes. Sua atuação estará voltada, principalmente para a difusão da informação de interesse geral, à transparência administrativa, à criação de canais de participação popular e a fiscalização da prestação de serviços públicos. Agregar as funções de ouvidoria e de ombudsman.

Qualidade dos serviços públicos

A eficiência da administração pública será aferida pela qualidade dos serviços prestados à população. Os serviços públicos serão avaliados mensalmente através de mecanismos a serem implantados nos primeiros 100 dias de gestão.

Valorização dos servidores públicos

O esvaziamento dos órgãos públicos tem se constituído em entraves para garantir soluções de continuidade. Para garantir a formação de quadros, 50% dos cargos comissionados serão transformados em cargos efetivos a serem preenchidos através de concurso público. A qualificação de servidores será uma ação permanente e contínua.

Estímulo ao conhecimento e tecnologias apropriadas às condições locais

Todas as ações governamentais deverão priorizar o conhecimento e as técnicas e tecnologias mais apropriadas às condições locais. Os materiais locais deverão ser utilizados, prioritariamente, em obras e serviços realizados pelo governo PSB-Rede.

EIXOS ARTICULADORES

As principais áreas de atuação do governo do PSB-Rede privilegiarão programas, projetos e ações que possam contribuir para o objetivo central do Programa de Governo, que é o desenvolvimento social integral da Bahia e dos baianos. Afora as ações emergenciais, não haverá ação isolada no Governo do PSB-Rede. Todas as ações governamentais devem ser concebidas visando os eixos articuladores programáticos. São eles:

Educação como motor da transformação social:

A educação merecerá atenção especial da administração estadual e será entendida como o motor da transformação social da Bahia. Por isso, todas as ações de governo devem prever a transversalidade com esse eixo articulador, seja no nível da educação formal, técnica, alternativa ou em nível de qualificação e capacitação profissional da população a ser beneficiada.

Urbanismo social, espaço público e habitação:

O programa de urbanismo social terá por base o conceito de projetos urbanos integrados, que aliem os projetos arquitetônicos à intervenções sociais, através de três linhas de trabalho: urbanismo, meio ambiente e sociedade (projetos sociais, educativos e culturais). As intervenções serão escolhidas e

estruturadas a partir dos princípios de gestão compartilhada (diálogo permanente entre poder público, iniciativa privada, sociedade civil, comunidades e academia); apropriação dos espaços públicos, priorizando a convivência entre as pessoas de classes sociais distintas; e o protagonismo juvenil. A estética das intervenções urbanísticas desempenhará papel fundamental no processo, tanto por elevar a autoestima da população carente, que passará a se sentir prestigiada pelo governo, quanto para a conservação dos equipamentos.

Saúde e bem-estar:

Ampliar o acesso da população mais vulnerável aos serviços básicos de saúde e melhorar a qualidade e o acesso à atenção secundária (procedimentos especializados) e atenção terciária (setor hospitalar) que se constituem nos gargalos do atendimento à saúde no Brasil. No Governo do PSB-Rede, a saúde será entendida de forma ampla, com foco centrado na prevenção. Nesse sentido, incluem-se também como ações de saúde àquelas voltadas a melhoria das condições de abastecimento de água e o saneamento básico. A transversalidade das ações com a saúde o bem estar da população será obrigatória em cada ação governamental.

Inclusão e igualdade:

Todos os programas e projetos governamentais devem contemplar ações que visem a inclusão social, econômica e cultural das minorias e dos segmentos mais vulneráveis da população bem como a igualdade de oportunidades para todos a população.

Arte e cultura cidadã:

A arte e a cultura serão entendidas no Governo do PSB-Rede como atividades econômicas inclusivas. Aliadas aos demais eixos articuladores, deverá estar articulada com as ações de comunicação e, sobretudo, servir de apoio às ações de segurança e ao protagonismo juvenil.

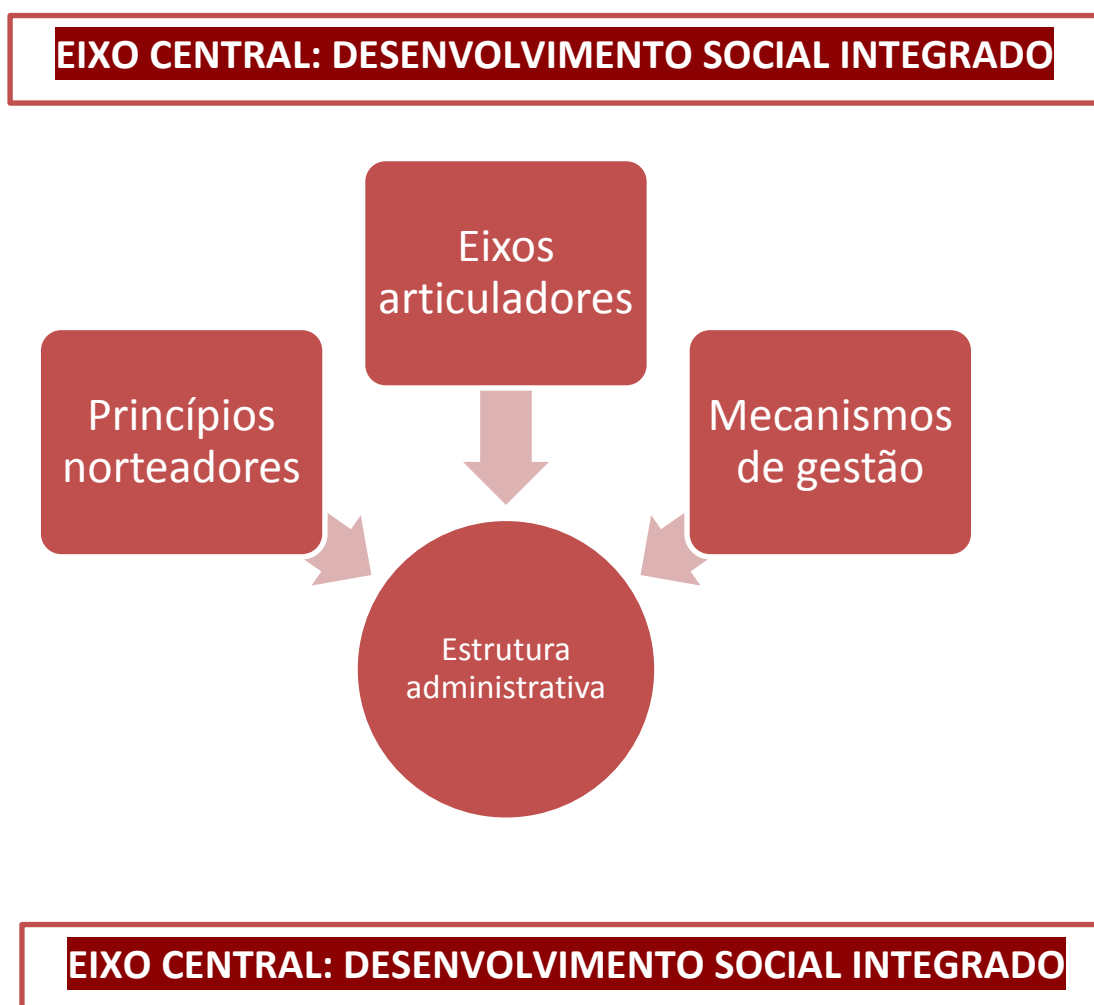
Segurança, convivência e cultura da paz:

As ações de segurança no Governo do PSB-Rede são serão adotadas de forma isolada. Estarão sempre vinculadas as ações de educação, urbanismo, cultura e comunicação e difundidas através do conceito de cultura da paz.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- **Gestão democrática**
- **Desenvolvimento social integrado**
- **Desenvolvimento econômico sustentável**
- **Proteção e direitos humanos**

Figura 10 – Desenho esquemático da articulação das diretrizes gerais



Diretrizes setoriais

No Governo do PSB-Rede, a administração pública estadual será entendida como uma peça única, regulada por quatro áreas que se tangenciam e se complementam, através dos seis eixos articuladores, visando alcançar o objetivo maior do governo que é o desenvolvimento social e integral da Bahia e dos baianos. São elas:

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trata-se do núcleo que vai assegurar o cumprimento do programa de governo e a gestão democrática do Estado. Composto pelas ações coordenadas pelas secretárias da Casa Civil; Planejamento; Administração; Fazenda; Procuradoria Geral do Estado e Comunicação, esse núcleo responderá pelo cumprimento do orçamento e dos demais instrumentos de planejamento, pelo diálogo com a população, pelo relacionamento com os demais poderes e entes federativos, pela prestação de contas a sociedade e pela efetivação das políticas públicas, entre outras atribuições.

Planejamento

O Planejamento retomará as funções de planejamento, monitoramento e avaliação das ações de governo e vai liderar o processo de composição dos Planos Plurianuais, dos planos setoriais e do orçamento colaborativo através de uma metodologia que impeça a execução de ações que não contribuam para o alcance dos objetivos principais do governo. Essa metodologia se caracterizará pelo uso sistemático de indicadores estatísticos, de medições precisas das condições de vida no Estado, através de dois instrumentos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Qualidade de Vida (IQV). O resultado desses indicadores proporcionará um mapa do território que permitirá definir quais cidades e regiões requerem maiores intervenções e possibilitará também estabelecer e definir metas, matriz de gestão e matriz de

resultados. Com isso, todos os programas e projetos propostos pela administração pública estarão vinculados ao eixo central e aos eixos articuladores do programa de governo.

Diretrizes

- Instituir o orçamento social colaborativo através de mecanismos que possibilitem a participação popular
- Adotar leis orçamentárias do Estado como instrumentos puramente financeiros para incluir conteúdos operacionais da ação governamental e mecanismos de controle e acompanhamento dos compromissos de governo e da eficiência do uso dos recursos públicos, através de critérios que possam avaliar a racionalização dos custos e a universalização e qualificação dos benefícios.

Administração

A Administração será responsável pela política de pessoal. No governo do PSB-Rede, os cargos de confiança serão reduzidos em 50%, para que sejam criados cargos efetivos, a serem contratados por concurso público. Nos primeiros 100 dias, o novo governo vai apresentar um novo Plano de Cargos e Salários para o funcionalismo, e lançará os concursos públicos para o preenchimento do corpo funcional das secretarias e órgãos vinculados, priorizando aqueles órgãos que não contam ou possuem poucos funcionários efetivos.

Diretrizes

- Implantar programas, projetos e ações que, aliados ao novo Plano de Carreira do Servidor Público Estadual, proporcionem gratificações para os servidores que atingirem máxima produtividade no desempenho das suas funções, com destaque para as categorias dos professores, médicos e policiais civis e militares.
- Modernizar estruturas organizacionais departamentalizadas, transformando-as em matriciais e orgânicas.

- Massificar o uso de tecnologias da informação e comunicação.
- Mudar o foco dos procedimentos para os resultados, ampliar a dimensão dos controles ex post frente à primazia dos controles ex ante.
- Modernizar o sistema de compras públicas de modo a racionalizá-lo e aproveitar seu potencial como instrumento de indução do desenvolvimento sustentável.
- Remodelar o sistema de controle para que cumpra de forma mais eficaz o objetivo de impedir o desvio de recursos públicos.
- Inculcar o princípio da transparência em toda gestão pública, tendo na sociedade uma aliada no controle social.
- Assegurar o acesso irrestrito a todos os dados pessoais mantidos por governos e instituições privadas.

Casa Civil

A Casa Civil terá como função principal a articulação com os demais poderes da República e também com os municípios. Será responsável ainda por acompanhar e apoiar a política de alianças do governo e suas principais premissas, além das atribuições de praxe. Essa área coordenará os projetos especiais, o controle da transversalidade das ações de governo e o cumprimento das responsabilidades de cada órgão na execução dos programas, projetos e ações.

Diretrizes:

- Criar a Controladoria Geral do Estado para acompanhar a aplicação de recursos estaduais no âmbito dos órgãos da administração estadual e também dos contratos e convênios firmados com os municípios e as instituições do terceiro setor.
- Implantar um núcleo de controle da transversalidade para assegurar a transversalidade das ações governamentais e o cumprimento das responsabilidades de cada um dos órgãos envolvidos nos programas e projetos. Além disso, vai garantir o cumprimento rigoroso da legislação de

caráter transversal, como a Lei de Acesso à Informação e o decreto de Participação Social, entre outras.

- Implantar um núcleo de projetos especiais para coordenar os projetos especiais que serão executados pelos órgãos de governo com ampla transversalidade de objetivos.

Fazenda

A Fazenda deverá entregar nos primeiros 100 dias de governo um Plano de Modernização que incluirá as estratégias de arrecadação e combate à sonegação e de qualificação dos serviços prestados ao público, incluindo a incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação que descentralizem e melhorem o atendimento ao público, incluindo entre as ferramentas de atendimento, aplicativos para dispositivos móveis.

Diretrizes:

- Criação de um programa **de** resgate da dívida social e recuperação econômica do Estado com vistas à adequação das finanças públicas à transformação do orçamento, que terá a área social no eixo do desenvolvimento do Estado, e o controle e equacionamento da dívida pública.
- Instituição do ICMS Social para incentivo ao esporte social e educação

Comunicação

No governo do PSB-Rede, a Comunicação deixará de ser uma atividade meio, voltada apenas para a promoção do governo e dos seus dirigentes, para se constituir em atividade finalística, dirigida aos interesses da população. Essa área será responsável pela difusão das informações de interesse coletivo e pelo estabelecimento de canais de diálogo com a sociedade e de participação da população nas decisões políticas. A Ouvidoria Geral do Estado será incorporada a essa pasta, que terá as seguintes como atribuições:

Diretrizes

- Difundir prioritariamente as ações de governo e dos serviços públicos:
- Implantar canais e formatos para a difusão da prestação de contas de todos os órgãos governamentais para transparência administrativa as ações de governo.
- Fomentar à participação social através de formas e meios que possibilitem a colaboração da sociedade nas decisões de governo.
- Assegurar, através da OGE um rápido retorno das demandas da população e garantir a qualidade dos serviços públicos.
- Democratizar os canais de interlocução, promovendo canais de informação e interlocução com a sociedade, incluindo as minorias e os segmentos mais vulneráveis da população, além dos segmentos tradicionais, como a população indígena e as comunidades quilombolas.
- Estimular o debate dos grandes temas da atualidade
- Promover a cidadania e a consciência política e cívica da população

DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTEGRADO

Trata-se do coração da administração estadual, responsável pelas ações prioritárias de governo. Será composto pelas ações das áreas de Educação; Saúde; Cultura; Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Regional; Trabalho e Renda; Ação Social e Combate à Pobreza; Promoção da Igualdade; e de Proteção à Mulher.

Educação

Considerada como o motor da transformação social da Bahia no Governo do PSB-Rede, a educação será prioridade absoluta. Como um dos eixos articuladores do programa de governo, as ações de Educação deverão ser transversais e estar presente em todas as ações governamentais, sejam elas formais, alternativas ou de qualificação e capacitação profissional e empresarial. Junto com a cultura, a educação será um viés de inclusão, de combate à pobreza, de redução de desigualdade e de resgate da dívida social. O programa de educação formal será executado em cinco grandes linhas de atuação: *Da creche ao ensino fundamental; Educação profissional e ensino médio; Educação para a diversidade; Gestão e orçamento; e Ensino Superior*, além, é claro, dos projetos transversais a serem implantados juntamente com outras ações governamentais. A área de educação receberá um grande reforço orçamentário no governo do PSB-Rede. O desenho das ações aqui propostas levou em consideração a retomada do protagonismo baiano na área de educação, vinculado, principalmente, aos ideais do grande educador Anísio Teixeira, a começar pela adoção da escola de tempo integral.

Diretrizes

- Implantar a escola de tempo integral
- Priorizar a educação infantil e a alfabetização, por constituírem a base da formação do indivíduo.
- Promover a universalização do acesso às creches.
- Garantir a segurança alimentar das crianças

- Adotar um calendário de acompanhamento médico dos alunos.
- Promover o fortalecimento parental, através do resgate dos laços familiares de cada criança.
- Formar equipes colaborativas que acompanhem o trabalho realizado pela escola.
- Criar e respeitar espaços públicos voltados para a infância.
- Cuidar dos arredores da creche/escola, dando-lhes um aspecto digno.
- Fortalecer os marcos legais já existentes sobre da infância e criar um marco legal da infância para o estado da Bahia.
- Universalizar o acesso à tecnologia nas escolas.
- Criar um Comitê Gestor para a educação que se articule com as demais secretarias para assessorar as escolas.
- Criar um Fundo Estadual de Educação regionalizado.
- Resgatar a Educação Física nas escolas.
- Avaliar a absorção dos programas pelos professores, respeitando as singularidades do educador e da comunidade.
- Melhorar a formação dos professores, com enfoque numa educação que promova visão crítica e transformadora da sociedade.
- Desenvolver um sistema de ensino médio articulado com o ensino superior, focando no Programa Universidade para Todos (ProUni).
- Introduzir psicólogos nas equipes multidisciplinares das escolas.
- Fortalecer o ensino de artes e de inglês.
- Melhorar a infraestrutura das escolas, incluindo a criação e manutenção das salas multimídia.
- Promover a capacitação dos professores e a valorização do corpo docente.
- Equiparar o calendário escolar do ensino médio da rede pública ao da rede privada, permitindo que os alunos das escolas públicas tenham o mesmo tempo de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).
- Garantir que a preparação para o Enem, com foco na interdisciplinaridade exigida pela prova, comece antecipadamente (a partir do 9º ano).
- Aumentar para seis o número de horas-aula do 3º ano.
- Capacitar os monitores e coordenadores.

- Estabelecer o diálogo com líderes comunitários, desenvolver parcerias com associações de bairros e envolver as comunidades nos programas.
- Fazer um levantamento das demandas de cada comunidade, de forma que os cursos oferecidos estejam de acordo com a realidade local.
- Direcionar os cursos para o desenvolvimento de pequenos negócios.
- Consolidar a educação profissionalizante na Bahia.
- Oferecer aos alunos as modalidades de ensino regular ou profissionalizante, ficando a critério de cada um a escolha da modalidade desejada.
- Proporcionar cursos profissionalizantes às pessoas com necessidades especiais.
- Promover a especialização e a formação continuada dos alfabetizadores não licenciados que trabalham com jovens e adultos.
- Realizar especialização em alfabetização de jovens e adultos para os professores da carreira.
- Garantir ao professor a reserva de jornada para formação e planejamento.
- Reestruturar as unidades escolares.
- Aumentar a remuneração dos alfabetizadores de jovens e adultos.
- Ampliar as jornadas pedagógicas para discutir com profundidade os indicadores da educação.
- Interligar e permitir o fluxo de informações entre o Sistema de Gestão Escolar Estadual e o Sistema de Educação dos Municípios.
- Combater o racismo institucional.
- Realizar capacitação continuada dos professores e trabalhadores em educação sobre temáticas de gênero.
- Criar o “Observatório da Lei Federal 10.639/2003” (instrumento normativo que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira")
- Criar e distribuir material didático específico, bem como acompanhar a sua circulação.
- Realizar concurso público para professores e especialistas nas temáticas de gênero, raça e diversidade.

- Realizar convênios com universidades estrangeiras para a formação de docentes e estudantes.
- Constituir uma Comissão Mista para a construção do Plano Estadual de Educação das relações Étnico-Raciais e do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.
- Promover a articulação com universidades para o incentivo à pesquisa sobre temas raciais e questões de gênero.
- Reestruturar o currículo das escolas e universidades para atender às temáticas de gênero.
- Investir na educação das populações tradicionais, com índios e quilombola, incluindo a construção de escolas para essas comunidades.
- Criar, na Secretaria de Educação, a Superintendência da Diversidade, com dotação orçamentária própria.
- Formar pessoas surdas em Libras e em Língua Portuguesa para serem professores bilíngües.
- Trabalhar em rede, envolvendo ONGs, Centros de Educação Especial, sociedade civil e poder público.
- Reformar o Estatuto do Magistério para regulamentar as profissões de intérprete, instrutor de Libras, revisor de braile, brailista e professor de LIBRAS.
- Implantar escolas bilíngües, tendo a Libras como língua de instrução e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.
- Incluir pessoas com necessidades especiais em cargos públicos de coordenação, gestão e outros.
- Criar creches específicas para crianças com deficiência.
- Criar classes de Educação Especial para Jovens, Adultos e Idosos.
- Criar os cargos de orientador (a) educacional e auxiliar de disciplina.
- Realizar levantamento na rede estadual sobre o número de pessoas com deficiência nas unidades escolares.
- Ampliar o número de Centros de Educação Especial.
- Apoiar os municípios por meio dos Centros de Educação Especial.
- Fortalecer o Fórum de Educação Especial e demais fóruns.
- .

- Articular, na concepção e na ação, as políticas nacionais, estaduais e municipais de educação.
- Promover o entrelaçamento entre a política educacional (leis, normas, programas), o planejamento (plano plurianual, plano nacional, plano de metas) e a gestão da educação (procedimentos, metas, mecanismos).
- Reduzir a terceirização, sobretudo nos setores administrativos.
- Massificar o conhecimento do Plano Nacional de Educação e do Plano de Educação Estadual por parte das escolas.
- Rever o papel das Diretorias Regionais de Educação (DIRECs), que devem ser substituídas por mecanismos isentos.
- Criar um Fundo Estadual voltado para os municípios, que receberiam os repasses de acordo com o cumprimento de determinadas metas (alfabetização na idade certa, por exemplo).

Saúde

Embora sejam notórios os avanços trazidos pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos problemas ainda permanecem no setor de saúde. A expansão do setor privado e a subserviência aos interesses do capital aparecem como um dos principais entraves à consolidação de um sistema de saúde pública verdadeiramente eficaz e universal. O SUS é irreversível, mas hoje, encontra-se ameaçado pelo alargamento do setor privado em detrimento do setor público. Cabe destacar que, entre 1981 e 1998, o volume de atendimentos financiados por planos de saúde privados cresceu 466%.

Apesar de a atenção básica ser majoritariamente pública, a grande maioria dos hospitais e dos equipamentos são privados, deixando a sociedade refém dos planos de saúde e dos hospitais e clínicas particulares quando se trata de internação, realização de exames, atendimento de média e alta complexidade.

Como exemplo, observa-se que apenas 35,4% dos leitos hospitalares e 6,4% dos atendimentos do Serviço de Apoio, Diagnóstico e Terapêutica são públicos.

Outra questão preocupante é a redução do número de leitos hospitalares por habitante (3,3 leitos / 1000 hab. em 1993 contra 1,9 leitos / 1000 hab. em 2009), além da escassez e da distribuição desigual de médicos e enfermeiros.

Apesar dos problemas enfrentados pelos usuários do SUS, é importante ressaltar que houve um significativo aumento do acesso aos serviços de saúde após a sua implantação. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 98% das pessoas que buscaram atendimento de saúde nos anos de 1998, 2003 e 2008 conseguiram ser atendidas.

Algumas desigualdades, no entanto, ainda permanecem, sobretudo, na área de odontologia. Evidenciando as contradições existentes no modelo atual, outros gargalos continuam caminhando ao lado dos avanços promovidos após a Constituição Federal de 1988, uma vez que aumento do acesso não significa acesso universal e atendimento digno. No que diz respeito à atenção básica, o Brasil é referência mundial com o Programa de Saúde da Família (PSF), que representa uma importante conquista.

Por outro lado, a atenção secundária (procedimentos especializados) e a atenção terciária (setor hospitalar) são enormes gargalos quando se trata de saúde pública brasileira, pois esses setores encontram-se, em grande medida, dominados pela iniciativa privada. No caso da atenção terciária, por exemplo, os procedimentos de alto custo são realizados predominantemente pelo setor privado e por hospitais de ensino, pagos a preço de mercado.

Além disso, a regulação encontra-se excessivamente influenciada por grupos de interesse e vários obstáculos políticos dificultam a implantação de redes de atenção à saúde, tais como a alta rotatividade de gestores por questões partidárias e a descontinuidade administrativa.

Outro aspecto crítico fica por conta das desigualdades. Hoje, 25,9% da população brasileira possui plano de saúde privado. O restante divide-se entre aqueles que têm acesso ao SUS através das equipes do Programa de Saúde da Família, representando 42,2% da população, e aqueles que não têm acesso

ao PSF, cujo percentual chega a 31,9% (estes últimos estão concentrados principalmente na região norte do país).

Ao analisarmos mais detidamente determinadas matérias, tais como a saúde bucal e os índices de mortalidade infantil e de mortalidade materna, fica evidente que ainda há um longo caminho a percorrer na busca por um sistema de saúde universal e digno. Existe, portanto, uma espécie de *apartheid* no acesso a certos serviços de saúde e as iniquidades sociais e raciais são notórias. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, é maior entre negros do que entre brancos. A população indígena, por sua vez, apresenta uma taxa de mortalidade infantil ainda pior que a dos dois primeiros grupos.

Outro ponto crucial na saúde pública na Bahia e no Brasil é a situação de subfinanciamento em que se encontra o setor. Tomando como exemplo o Orçamento Geral da União de 2010, chama a atenção o percentual de 44,93% destinado ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida, enquanto para a saúde foi destinado o percentual de 3,91% - o ideal seria algo em torno de 10%. O subfinanciamento da saúde pública torna-se, então, um obstáculo à ampliação da infraestrutura e da operação dos serviços. Para completar o quadro, a despesa da União com saúde vem sendo reduzida desde 2003, o que demonstra a falta de compromisso do governo federal com o SUS.

A iniciativa privada, por sua vez, está se expandindo e sendo pouco regulada. Isso representa grande preocupação para os especialistas, pois um setor que lida com vidas humanas não deve ser regido exclusivamente pelas leis de mercado. A área da saúde precisa de fortes mecanismos de regulação e isso vem sendo negligenciado atualmente.

Outra questão essencial diz respeito a ausência de carreira pública para os profissionais da saúde, o que acarreta precarização e alta rotatividade da força de trabalho. A gestão fatiada por partidos políticos e a quantidade excessiva de cargos de confiança promovem o aparelhamento do Estado, impedindo o desenvolvimento de uma gestão profissional e técnica para a área da saúde.

Para ilustrar esse quadro, pode-se citar dados do Sindicato dos Servidores Públicos de Salvador, que apontam a distribuição partidária dos Distritos Sanitários da capital baiana, cujos dirigentes estão ligados a interesses alheios à implementação eficiente do SUS nesses locais.

Além da quantidade de recursos destinados à saúde ser insuficiente, existem graves problemas no que diz respeito à gestão desses recursos. Há falta de leitos nos hospitais e também uma má gestão dos leitos. Nesse contexto, muitos pacientes voltam para o interior do estado após a internação e não são encaminhados para uma continuidade do tratamento, retornando, posteriormente, e novamente precisando ocupar leitos.

Outro exemplo de má gestão da saúde na Bahia é o Sistema de Informatização de Ambiente Hospitalar, o e-SUS Hospitalar. Fruto da parceria entre o Ministério da Saúde e o Hospital Sírio-Libanês, o projeto visa à implementação dos prontuários eletrônicos e requer, portanto, a capacitação dos funcionários para a plena operação do sistema. Tal necessidade, contudo, vem sendo negligenciada, impedindo o êxito da implementação do e-SUS no nosso estado.

Diretrizes

- Fortalecer a rede pública de saúde, através de um conjunto de ações, a começar pela ampliação do percentual orçamentário do Estado destinado à saúde para cerca de 13%.
- Adotar um plano de carreira para a saúde pública e uma política de pessoal, que ofereça oportunidade de carreira para os profissionais de saúde, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados, incluindo a substituição de 50% dos cargos de confiança por funcionários efetivos concursados.
- Elaborar um planejamento regionalizado com vistas a descentralizar os recursos e racionalizar a distribuição territorial dos equipamentos
- Implantar o prontuário eletrônico do paciente em toda a rede pública estadual.

- Instituir políticas de saúde para determinados segmentos da população, como as pessoas portadoras de deficiência, os negros e as mulheres.
- Fortalecer e expandir o PSF na Bahia nas principais cidades do interior e principalmente em Salvador
- Implantar o Prontuário Eletrônico do paciente em toda a rede pública estadual.
- Recuperar fisicamente da rede pública hospitalar com aumento do número de leitos.
- Ampliar o número de Unidades de Pronto Atendimento, incluindo unidades especializadas em determinados tipos de doenças recorrentes na população baiana, a exemplo da anemia falciforme e em segmentos específicos da população, como pessoas com deficiência mental, auditiva, visual e motora.
- Aumentar a regulação do setor privado, oferecendo a proteção indispensável ao paciente e fortalecendo o setor de saúde como um todo.

Política de combate às drogas

O fenômeno das drogas em geral atingiu uma proporção que pode ser considerada epidêmica, particularmente nas cidades e grandes centros urbanos. A política de saúde precisa ser estruturada para atender a este segmento na proporção de sua importância quantitativa e dos desafios que implica, visto que de um modo geral esses casos requerem abordagem multidisciplinar.

Diretrizes

- Articular as políticas de saúde, de assistência social, de educação e de segurança pública, com vistas a desenvolver ações integradas de atenção integral aos usuários.
- Criar um programa de orientação e proteção aos usuários de drogas e combate à violência institucional.

Cultura

O principal problema historicamente enfrentado pela área cultural são os baixos percentuais orçamentários e que, muitas vezes, ainda sofrem contingenciamento. Com isso, a Lei Rouanet acaba tornando-se o mecanismo central de financiamento da cultura, gerando concentração de recursos nas mãos de poucos captadores, geralmente do eixo Rio - São Paulo, além de deixar o setor cultural à mercê das decisões dos departamentos de marketing das grandes empresas.

A insuficiência da política de editais para o campo da cultura, visto que muitas demandas não cabem nos editais, a excessiva burocratização e controle na prestação de contas, dificultando a execução dos projetos e gerando uma espécie de criminalização dos agentes culturais aliados à inadequação de determinados marcos legais aplicados à cultura são os principais entraves para a realização e expansão das atividades culturais atualmente na Bahia.

A cultura tem sido pensada de forma isolada das demais ações governamentais, principalmente das áreas de educação e comunicação. Isso levou à dispersão de recursos e também ao engessamento dos programas que acabam não funcionando justamente por não dialogarem com as demandas de cada localidade, além do distanciamento da cultura com a educação pública.

O envolvimento político no setor de cultura tem levado à distorções como a transferência do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, o Irdeb, para a Secretaria de Comunicação, cujo planejamento inicial previa transformá-lo no grande impulsionador das políticas voltadas para o audiovisual no nosso estado.

No que se refere à patrimônio artístico e cultural, observa-se o deslocamento das funções do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia, o IPAC, para a Conder responsável pela execução de obras, sobretudo nas intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador, reproduzindo o

modelo adotado nos anos 90 e que mostrou-se ineficiente para resolver os problemas recorrentes do local.

Gestão do carnaval voltada apenas para o entretenimento, negligenciando sua importância cultural.

A ausência de vínculos com a educação formal produziu o distanciamento das bibliotecas com as escolas públicas e com o programa direcionado às bibliotecas móveis e a outros eventos culturais de finalidade educativa.

Eventos tradicionais, como a *Caminhada Axé*, que marcava a abertura das festas populares e contava com a participação de diversos segmentos culturais, *Julho em Salvador* e o *Terça da Boa Música* foram extintos e não houve nenhum movimento para a criação de outros que substituíssem suas funções.

A dívida do governo atual com a cultura abrange várias vertentes. Entre elas, pode-se citar a defasagem do *Faz Cultura* - a parceria da cultura com a Fazenda para incentivar ações culturais, através da renúncia fiscal, que beneficia majoritariamente aqueles que produzem entretenimento, em prejuízo dos produtores e artistas independentes; a falta de acessibilidade à cultura para pessoas com deficiência; poucos investimentos nos segmentos de teatro, dança, produções cinematográficas, a capoeira e a formação de plateia.

Diretrizes

- Ampliar para 3% o orçamento do Estado destinado a cultura
- Transversalizar as ações culturais, sobretudo com as áreas de educação, comunicação e turismo.
- Consolidar os planos estadual, setoriais e municipais
- Repensar o carnaval em sua dimensão cultural e dialogar com os artistas.
- Revitalizar as escolas de samba da Bahia, valorizar o afoxé e criar espaços para apresentação, preservar as expressões tradicionais e prestar especial atenção às políticas para o patrimônio imaterial.

- Desenvolver um polo audiovisual
- Promover a qualificação e a formação continuada dos gestores e dirigentes da cultura.
- Promover a participação social através do debate qualitativo com a sociedade civil e do diálogo sistemático com artistas, produtores e agentes culturais.
- Promover a articulação entre o sistema de ensino e as atividades artísticas e culturais. Essa proposta traduz um dos objetivos estabelecidos na lei do Plano Nacional de Cultura: estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional.
- Preservar os conjuntos históricos, artísticos e naturais do estado.
- Promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no campo da cultura. O acesso não deve ser pensado apenas em termos de rampas e estrutura arquitetônica, e sim de forma integral e abrangente.
- Fomentar as manifestações culturais de matriz africana.
- Fomentar o intercâmbio artístico-cultural através do apoio à circulação de artistas e grupos que ainda não têm seus trabalhos amplamente divulgados.
- Criar um circuito artístico-cultural entre Salvador e as principais cidades da Bahia.
- Promover o intercâmbio cultural a partir da atração de maior número de artistas e grupos estrangeiros para a Bahia.
- Fortalecer os eventos e festivais já existentes.
- Promover a criação de festivais culturais nas áreas periféricas da capital e em cidades do interior.
- Implantar novos equipamentos culturais nas principais cidades do Estado e nos bairros mais populosos de Salvador.
- Replicar o modelo exitoso do Núcleo de Orquestras Juvenis da Bahia em outras linguagens, a exemplo da dança, do teatro e da capoeira.
- Construir um planetário em Salvador, com visita gratuita para alunos da rede pública.
- Ampliar os investimentos em teatro e suas vinculações com a educação e a formação de plateias
- Promover a instalação de bibliotecas nas escolas públicas e de bibliotecas móveis.

- Transferir o Parque de Exposições da Bahia para o Parque João Martins, em Feira de Santana, transformando a cidade num polo de cultura e turismo agropecuários.
- Implantar, no atual Parque de Exposições em Salvador, da 'Cidade da Música Dorival Caymmi', espaço para grandes shows nacionais e internacionais e também para a música baiana em suas mais variadas expressões. A 'Cidade da Música Dorival Caymmi' contemplaria ainda uma escola de música, oficinas de lutheria, cursos de sonoplastia, contra-regragem, iluminação e outros.
- Criar o Museu Alma da Bahia, num espaço de 1500 m² em plena Praça Castro Alves (antigo prédio da Embasa), que será um lugar de interpretação não apenas da história, mas da identidade cultural e do jeito de ser baiano em toda sua subjetividade.
- Estabelecer uma política de criação de museus em todo o estado
- Retomar projetos e eventos culturais que foram extintos.
- Levar a sede do futuro governo para o Palácio Rio Branco, atitude simbólica que denotaria expressiva mudança nos rumos da gestão e valorização do Centro Histórico de Salvador.

Desenvolvimento Urbano

O programa de urbanismo social terá por base o conceito de projetos urbanos integrados, que além dos projetos arquitetônicos à intervenções sociais, através de três linhas de trabalho: urbanismo, meio ambiente e sociedade (projetos sociais, educativos e culturais). As intervenções serão escolhidas e estruturadas a partir dos princípios de gestão compartilhada (diálogo permanente entre poder público, iniciativa privada, sociedade civil, comunidades e academia); apropriação dos espaços públicos, priorizando a convivência entre as pessoas de classes sociais distintas; e o protagonismo juvenil. A estética das intervenções urbanísticas desempenhará papel fundamental no processo, tanto por elevar a autoestima da população carente, que passará a se sentir prestigiada pelo governo, quanto para a conservação dos equipamentos. A primeira providência será conectar as áreas pobres aos centros das cidades indutoras de desenvolvimento regional.

Política habitacional

Apesar dos esforços dos últimos sete anos, persiste um significativo déficit habitacional na Bahia e ele se concentra, essencialmente, na população de baixa renda. Os programas existentes não foram suficientes para mudar de forma expressiva a realidade existente.

Diretrizes

- Desenvolver linhas de ações que reduzam o déficit habitacional, de forma integrada com as demais políticas públicas, de que são exemplo transporte e mobilidade urbana, saneamento ambiental, saúde, educação, esporte, lazer e cultura.

Saneamento e resíduos sólidos

Os indicadores de saneamento ainda demonstram haver no conjunto do estado uma realidade assombrosa, que reproduz muitos dos velhos ranços de nossa história. Em primeiro lugar é necessário observar que há uma assimetria entre renda e prestação do serviço pelo poder público. Habitações subnormais se associam à quase ausência de saneamento, infraestruturas de micro e macrodrenagem urbana etc.; potencializando o conjunto do problema. Persiste, ainda, uma distribuição não equitativa dos serviços, com o registro de índices de cobertura muito piores nas regiões nordeste, comparativamente às demais regiões do país e, especialmente, do sudeste.

Diretrizes

- Ampliar os investimentos em saneamento e manter um ritmo constante, progressivo e melhor distribuído no território estadual, visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos.

- Melhorar com determinação os indicadores de saneamento no Bahia, obedecendo-se o princípio de equidade e de articulação com os municípios e com outras políticas públicas.
- Desenvolver ações articuladas com os municípios para extinguir os “lixões” no território estadual, como determina a lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e promover a inclusão dos catadores de material reciclável nesta cadeia produtiva, associada a um programa de melhoria das condições de trabalho e seguridade social.
- Adotar ações para aumentar expressivamente a reciclagem de resíduos nos principais segmentos e introduzir a logística reversa, estabelecendo a devida responsabilidade a cada setor ao longo da cadeia produtiva, inclusive no que se refere às embalagens.

Mobilidade urbana

Para enfrentar o desafio da mobilidade é preciso pensar o desenvolvimento recente das cidades na Bahia, que as segmentou em periferias distantes – mal providas de serviços públicos – e regiões nobres, mais ou menos centrais, mas de grande presença do Estado. Propõe-se integrar e articular a cidade territorialmente e facilitar o acesso aos equipamentos existentes, inclusive e muito particularmente, aqueles destinados à cultura, ao esporte e ao lazer.

Diretrizes

- Apoiar os municípios na elaboração e implementação dos Planos de Mobilidade, inclusive com a proposição de mecanismos que incentivem a participação da sociedade em consultas públicas eficazes que garantam a transparência nos investimentos realizados pelo Poder Público em obras de mobilidade urbana.
- Priorizar o transporte público, privilegiando o financiamento de projetos que associem os diversos modais, como ônibus, trens, metros e veículos leves sobre trilhos.
- Apoiar a implantação de ciclovias e de melhoria de passeios públicos, que podem atender diferentes segmentos sociais.

Questão metropolitana

As regiões metropolitanas enfrentam por certo todos os problemas inerentes aos grandes aglomerados urbanos. Há um tema, contudo, que diz respeito às regiões metropolitanas de forma estrita, ou seja, o da governança complexa e não adequadamente institucionalizada desse território. Maior que o município, mas menor que o estado, as regiões metropolitanas não conseguem regular muitas das políticas públicas por insuficiência de articulação, agências específicas de planejamento e gestão etc.

Diretrizes

- Estruturar estratégias de governança nos territórios metropolitanos e mecanismos de cooperação interfederativo, como condição sine qua non de melhoria de qualidade de vida de seus habitantes.

Ação Social e combate à pobreza

O Brasil deu um salto nos últimos anos ao retirar da extrema pobreza milhões de pessoas por meio de programas de transferência de renda direta às famílias com contrapartidas dos beneficiários. No entanto, as desigualdades sociais e regionais ainda permanecem e é preciso avançar para programas sociais de terceira geração, cujo objetivo seja ampliar a qualidade de vida da população e o bem-estar essenciais à construção de uma sociedade fraterna e justa. A superação da pobreza é de fundamental importância para que possamos alcançar desempenho mais adequado nos indicadores de saúde, educação e filiação social.

Combate à pobreza

Assegurar maior eficácia, eficiência e efetividade às políticas e aos programas sociais já disponíveis nos vários níveis de governo, consolidando-os, integrando-os e orientando-os para o atendimento das famílias mais pobres do

país, enfatizando de modo específico o atendimento das principais necessidades, bem como a realização de suas melhores habilidades.

Diretrizes

- Adequar as políticas sociais às diferentes realidades regionais, municipais, assim como, ao tamanho e perfil das famílias de modo a diferenciar suas necessidades e potencialidades.
- Estimular o protagonismo dos beneficiários na escolha das oportunidades oferecidas e na superação das dificuldades, com vistas a consolidar sua emancipação.
- Assegurar a integração orçamentária e a transversalidade das políticas sociais orientadas para previdência, assistência social e saúde, educação, cultura e trabalho, por meio de ações matriciais e territoriais, com ênfase na promoção da emancipação social, econômica e cultural dos beneficiários.
- Assegurar a transparência, a participação e o controle social das políticas e implementação dos programas, baseando-se no uso adequado dos recursos e em resultados alcançados.

Desenvolvimento familiar

É preciso integrar o funcionamento de diferentes sistemas de oferta de programas sociais já existentes nos entes federados em uma única rede descentralizada, voltada para o atendimento prioritário das famílias mais pobres do país, constantes do Cadastro Único para Programas Sociais.

Diretrizes

- Garantir que programas educacionais e de formação básica profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia nacional de erradicação da pobreza.
- Estimular a elaboração de estudos, pesquisas, concursos, prêmios e tecnologias sociais que contribuam para o avanço da diferenciação das políticas sociais de acordo com as diversidades regionais e culturais.

- Estimular estágios para estudantes das áreas afins em territórios de alta vulnerabilidade social.
- Criação e implantação dos Centros da Cidadania com a finalidade de oferecer um espaço de atendimento de referência ao cidadão. Serão oferecidos à comunidade serviços como o da Agência de Cidadania, com profissionais das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, e atividades culturais e esportivas, em articulação com a comunidade e integrando os setores de educação, saúde e assistência social.
- Criação e articulação da Rede de Atendimento à Família com a iniciativa privada e todo o Terceiro Setor de uma Rede de Atendimento à Família, na qual serão otimizados os serviços oferecidos por instituições comunitárias envolvidas no atendimento integral de todos os segmentos em situação de risco da sociedade, como idosos, crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais, desempregados e outros.
- Criação de Centros Comunitários de Defesa da Cidadania que vão permitir a qualificação profissional de jovens e adultos desempregados e abrigará postos dos SAC para a retirada de documentos.

Criança e Adolescente

Diretrizes

- Implantação do Projeto Cidade Mãe em todas as regiões do Estado
- Centro de Referência e Atendimento à Criança e ao Adolescente
- Projeto De bem com a vida, que visa realizar um trabalho de combate às drogas nas escolas e comunidades.

Juventude

Diretrizes

- Criação do Espaço da Juventude, centros dirigidos aos jovens das periferias das grandes cidades do Estado para que possam ser promovidos eventos culturais e técnico-científicos.
- Consolidação do Conselho da Juventude para efetivar a discussão de políticas públicas e privadas para o segmento.

- Criação do projeto Agentes Jovens de Cidadania que visa despertar o desenvolvimento da responsabilidade social nos jovens, através de uma metodologia baseada no protagonismo juvenil.
- Criação do Projeto Extensão Universitária que visa promover o desenvolvimento de diversas atividades científicas em áreas de risco da cidade, oferecendo estágios para alunos universitários prestarem serviço em setores como habitação, alimentação, higiene e pesquisa, como parte de sua formação.

Terceira Idade

Diretrizes

- Implantação do Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso que consiste no atendimento desse segmento por equipes do Programa de Saúde da Família.
- Criação do Disque-Melhor Idade, serviço que funcionará através de uma central telefônica e fornecerá informações aos idosos e seus familiares sobre os mais diversos tipos de atendimento.
- Implantação do Programa de Reintegração da Melhor Idade que tem o objetivo de reintegrar o idoso no mercado de trabalho, através dos Centros de Cidadania.

Pessoas com deficiência

Diretrizes

- Implantação de programa de Inserção no mercado de trabalho, a ser incentivado pelo governo socialista. Para dar o exemplo, a governadora vai cumprir o disposto na Lei 9.630 que estabelece que as empresas com mais de 100 funcionários devem destinar de 2 e 5% do seu quadro para portadores de deficiência.

Promoção da Igualdade:

Além das ações articuladas com os demais órgãos governamentais, serão adotadas as seguintes diretrizes:

Diretrizes

- Adoção do sistema de cotas nos concursos públicos para afrodescendentes
- Elaboração de campanhas permanentes de combate ao preconceito racial
- Criação de Centros de Cultura Negra para a preservação e difusão da cultura afrodescendente.

Proteção à Mulher:

Além das ações articuladas com os demais órgãos governamentais, serão adotadas as seguintes diretrizes:

Diretrizes

- Implantação dos Centros de Atendimento à Mulher que visa proporcionar um atendimento integral à mulher, em um mesmo local. Esses centros vão reunir a prestação de serviços de saúde, qualificação profissional, assistência psicológica e na área de segurança.

Trabalho e renda

Avançar para além do Estado considerado unicamente provedor, para mobilizador, de modo a implementar ações que estimulem a coesão social, o empreendedorismo e as parcerias público-privado para idealização e execução de programas sociais integrados à economia do Estado.

Negócios sociais e economia solidária

Para que a Bahia possa realmente diminuir suas desigualdades apresenta-se como ação prioritária o fortalecimento das atividades relacionadas à economia solidária. Os estudos sobre a condição de pobreza e sua replicação demonstram que os pobres são especialmente carentes de laços, conexões e relações que obstam o ganho de autonomia, inscrevendo-os em circuitos de dependência de diferentes ordens de iniciativas, muitas delas de caráter assistencialista.

Diretrizes

- Preparar segmentos que se encontram em condição de pobreza para os requerimentos das economias em que preponderam as relações monetárias.
- Fomentar os pequenos negócios rurais e urbanos, como estratégia para estimular o desenvolvimento local.
- Fortalecer a economia solidária aprofundando seus laços com a sustentabilidade e a inserção dos empreendimentos da economia solidária no mercado justo e sua articulação com os movimentos e redes de consumo consciente e sustentável.
- Criar um Sistema Nacional de Economia Solidária, em bases sustentáveis, e fomentar os empreendimentos solidários, tais como cooperativas, associações, empresas autogestionárias, bancos solidários, feiras e lojas de economia solidária, clubes de trocas e programas de incentivo ao consumo responsável, incubadoras de empreendimentos solidários e tecnologias sociais.
- Estabelecer espaços articuladores da economia solidária (Secretarias, Conselhos, etc.) nas duas esferas governamentais (Estado e município)
- Expansão de Linhas de Crédito
- Implantação de programa de Qualificação Profissional através de cursos, seminários, workshops, etc. permanentes, visando à formação e à qualificação profissional da população mais carente. Os cursos serão promovidos de acordo com as necessidades do mercado.
- Financiamento de Equipamentos, através da abertura de linhas de crédito para financiamento de equipamentos para pequenas e microempresas.
- Implantação do programa *Primeiro Emprego* destinado à população jovem, na busca pelo primeiro emprego. Serão definidas as áreas de atuação, e suas ações vão abranger os jovens universitários e também aqueles que não tiveram oportunidade de ingressar em um curso de nível superior.
- Criação do programa Empregos Sustentáveis para:

- Pesca Artesanal
- Sistemas agroflorestais
- Agroindústrias
- Viveiros Comunitários
- Tecnologia de Alimentos
- Polo Moveleiro

Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional pode ser concebido em diferentes escalas, sendo que a mais evidente, no caso da Bahia, se aplica a reverter as desigualdades existentes entre as grandes regiões do país. Nesse sentido, apresenta-se a necessidade de se explicitar o combate à desigualdade regional como prioridade nacional.

Diretrizes

- Articular os esforços sob a lógica de um modelo de desenvolvimento que tenha como pressuposto o combate às desigualdades regionais e o aproveitamento econômico, de forma sustentável, do potencial dos recursos naturais.
- Priorizar a alocação de recursos orçamentários e financeiros públicos e desenvolver instrumentos que estimulem o setor privado a também alocarem recursos nas regiões menos desenvolvidas.
- Concluir as obras de infraestrutura em andamento e adotar medidas complementares para a realização de obras que consolidem o projeto de desenvolvimento regional, fator fundamental para a atração de investimentos privados.
- Estimular as tecnologias sociais apropriadas, que permitam consolidar polos regionais de desenvolvimento, em que se articulem diferentes cadeias produtivas que possam gerar sinergias e ganhos de escala para o conjunto das atividades a serem empreendidas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Quase 30% da população baiana habitam nas maiores cidades da macrorregião de Salvador. Destas, apenas a metrópole concentra 18%. A macrorregião de Salvador centraliza cerca de 70% do PIB da Bahia. Somente Salvador concentra 85% dos depósitos bancários do estado. Observando o volume dos depósitos bancários na Bahia, podemos verificar que as cidades localizadas na macrorregião de Salvador concentram quase 85% do movimento bancário no estado, onde somente a metrópole arca com 80%. Outras 17 maiores cidades da Bahia respondem por apenas 7%.

Por outro lado, há mais de 370 municípios na Bahia, em sua maioria localizada na região semiárida, cujo conjunto tem uma participação de apenas 15% no total da produção baiana. O que tem sustentado a população desses municípios é a circulação de valores provenientes de aposentadorias do INSS, dos benefícios sociais do Bolsa Família, e de salários públicos.

Os investimentos industriais no Estado mostram que essa tendência de concentração regional deve persistir, assim como a oferta de empregos, pois quase 60% dos investimentos estão na Macrorregião de Salvador, território que já era responsável por quase 90% do faturamento do setor industrial no Estado. A instalação de centros industriais na região de Salvador e na região do extremo sul, bem como do turismo em toda a zona costeira e na região cacauieira, resultaram num adensamento econômico e populacional, que praticamente abarcou todo o território litorâneo.

O restante do interior do estado apresenta uma espacialidade econômica e de concentração populacional em forma de manchas isoladas, todas elas lideradas por algum município, notadamente pela concentração de fluxos de mercadorias e de pessoas na sua sede urbana. Pode-se ressaltar a presença dessas manchas no entorno das cidades de Juazeiro, Barreiras, Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus/Itabuna, Feira de Santana, e na Macrorregião de Salvador.

Na Bahia, historicamente, destacam-se a ocupação da região de Salvador e posteriormente a região do cacau e a do extremo sul. Criou-se assim quase que uma massa homogênea espacial de economia, limitada pela BR 116 e o litoral. Embora seja a área mais desenvolvida do estado, essa mancha é uma espécie de periferia da economia do Sudeste, com baixa densidade de fluxos.

Outro movimento, que ocorreu mais recentemente, pouco depois do início do processo de industrialização, foi o crescimento econômico das regiões de Juazeiro e Barreiras. O movimento de ocupação do centro-oeste brasileiro trouxe repercussões para o oeste e o norte do estado da Bahia, criando as condições favoráveis para um desenvolvimento significativo respectivamente da produção de grãos e de frutas. Trata-se de novas atividades, com tecnologias agrícolas modernas.

Dentro ainda do setor primário, a mineração tem adquirido recentemente cada vez mais significado econômico para o estado, com a descoberta de jazidas importantes e a instalação de grandes empreendimentos de extração e beneficiamento. Ao mesmo tempo, ocorreu um fenômeno de desqualificação de culturas alimentares de pequeno porte e de cunho familiar (feijão, milho e mandioca), que passaram a reduzir sua importância relativa na economia baiana.

A despeito de a Bahia ter apresentando, de um modo geral, uma melhoria na distribuição da renda, e de os rendimentos reais terem evoluído, as médias estaduais ainda continuam refletindo um descompasso entre o dinamismo da economia baiana e seus respectivos impactos sociais, principalmente sobre os níveis de rendimento da maioria da população.

Se considerarmos os espaços da produção baiana, podemos distinguir três territórios distintos que respondem pela espacialidade da economia na Bahia: o espaço da indústria e dos serviços, o espaço da agricultura e agroindústria moderna, e o espaço da agricultura tradicional e de subsistência. No setor primário há uma razoável concentração espacial do valor da produção agrícola, onde somente cerca de 10% dos municípios concentram mais de 40% do Valor

Bruto da Produção estadual. Entretanto, há uma coexistência de uma agricultura dual: de um lado, grandes produtores utilizando tecnologia moderna, e de outro lado pequenos e médios produtores trabalhando com uma agricultura tradicional ou de subsistência.

Essa dualidade se expressa também de forma espacial, podendo ser identificadas três manchas de agricultura de porte moderno nas regiões de Barreiras, de Juazeiro e no extremo sul da Bahia. As culturas tradicionais e de subsistência se desenvolvem no restante do território estadual. Vale destacar que na região oeste da Bahia, que teve um aumento de riqueza de 245%, de 1991 a 2000, a diferença social existente entre os moradores é um desafio. Com uma população aproximada de 800 mil habitantes, 72% são classificados como indigentes, com renda menor que meio salário mínimo por mês.

A região é reconhecida no Brasil pelas sucessivas safras recordes, que dão a falsa ideia de um eldorado, porém apresenta este número absurdo de pessoas vivendo em condições miseráveis. Só para comparação, a média de indigentes da Bahia é de 55% e do Brasil de 32%.

A microrregião de Juazeiro também experimentou um grande crescimento. As lavouras dessa microrregião correspondem a uma atividade de elevado valor, concentrada na produção irrigada de horti-frutícolas para exportação, principalmente de uva/vinho, com competitividade a nível regional, nacional e internacional.

A microrregião de Porto Seguro manteve-se estável na participação do VBP estadual. As atividades mais expressivas são a produção de silvicultura e a pecuária. Além disso, verifica-se o incremento na produção de culturas permanentes, a exemplo de café e frutas.

A microrregião de Ilhéus/Itabuna experimenta a maior queda na participação do VBP estadual, caindo de 31% para 11%, notadamente por causa da crise enfrentada pela economia cacaueteira. Além do cacau, outras lavouras permanentes são importantes na região, como manga e banana.

No geral, o setor primário representa 12% do PIB baiano e desse valor, em média, pouco mais de 40% da produção estão localizados nas microrregiões descritas. Isto ocorre a despeito destes espaços representarem uma parcela relativamente pequena do território baiano, indicando uma considerável concentração das atividades mais relevantes e com maior potencial de valorização.

Se considerarmos a participação relativa do setor primário na estrutura do PIB estadual, constata-se que vem ocorrendo há décadas uma queda sistemática, em função principalmente do crescimento do setor terciário.

Os espaços das atividades agrícolas tradicionais da Bahia se apresentam hoje como uma forma de ocupação econômica extensiva na região central do estado, identificada com parte do semi-árido baiano, que é responsável por cerca de quase 70% do seu território e 80% do pessoal ocupado nesse setor, e que pode ser dividido em duas partes.

A primeira caracterizada por áreas de menor intensidade que as manchas dinâmicas, constituindo uma espécie de arquipélago de produção, onde uma cidade de porte médio estadual funciona como centro comercial e de serviço de apoio a cada mancha.

A segunda, formada por uma grande área de baixa densidade populacional, com uma produção de subsistência ou com a ocorrência de atividades isoladas de mineração, sustentada por uma escassa rede de cidades de pequeno porte.

A Bahia concentra o maior contingente da agricultura familiar do País, com 665 mil famílias e, além disso, 30% da população do Estado está no campo. Com essa dimensão, a agropecuária desenvolvida por pequenos produtores, por assentados em áreas de reforma agrária, por remanescentes de quilombolas e povos indígenas, entre outros camponeses merece prioridade e atenção especial.

As ações desenvolvidas pelos órgãos que comporão este núcleo estarão integradas ao desenvolvimento social integral e, além de seguir as diretrizes previstas nos eixos articuladores, deverão oferecer também suporte para as ações sociais. Farão parte desse núcleo, ações das áreas de Indústria, Comércio e Mineração; Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; Turismo; e Infraestrutura.

Esse núcleo da estrutura administrativa no Governo do PSB-Rede será composto pelas ações das áreas de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; Indústria, Comércio e Mineração; Turismo; Infraestrutura; Meio ambiente; e Ciência e Tecnologia.

Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Diretrizes

- Contribuir para o promoção do desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, viabilizando as condições necessárias para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos(as) agricultores(as).
- Assegurar aos agricultores familiares o acesso à pesquisa agropecuária, à assistência técnica e extensão rural, bem como aos serviços de apoio à atividade agropecuária, públicos e de qualidade.
- Enfatizar a implementação de novos paradigmas tecnológicos que permitam a inclusão social e a participação, não necessariamente subordinadas, no mercado globalizado;
- Orientar os serviços da EBDA, da ADAB, da Bahiapesca, da CDA, e dos departamentos da Secretaria, com o enfoque interdisciplinar necessário para a consecução de encaminhamentos economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis;
- Buscar e apoiar as iniciativas de interação entre o local, o municipal e o regional com enfoque na territorialidade e com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, considerando, prioritariamente, a região do semiárido;

- Estabelecer uma relação de participação e gestão compartilhada, pautadas na co-responsabilidade entre todos os agentes do processo.
- Integrar-se com outras estruturas governamentais, e não-governamentais no sentido de conceber e executar políticas que promovam a melhoria da competitividade da agricultura familiar
- Promover ações que proporcionem a redução da fome e da pobreza, a inclusão social, apoiando o crescimento equitativo e solidário lastreado na distribuição de renda, geração de empregos e de ocupações produtivas, em consonância com programas nacionais e estaduais
- Reconhecer a pluralidade e lidar com as diferenças regionais/territoriais, as diversidades e especificidades étnicas, de gênero, raça, gerações, e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais existentes no meio rural baiano;
- Focar na sustentabilidade das unidades produtivas familiares e das comunidades;
- Considerar a unidade familiar como um todo, de forma holística, garantindo que o sistema de interações homem-natureza não seja desvinculado das interações entre os seres humanos;
- Assegurar o foco na família rural, considerando-a, na dimensão da cidadania, como agente de desenvolvimento, e na dimensão profissional, como gestora da unidade de produção;
- Considerar a unidade produtiva familiar como um sistema complexo e dinâmico;
- Coordenar e desenvolver esforços para melhoria de renda das famílias, através da melhoria das atividades agrícolas, apoio às atividades rurais não agrícolas e da agroindústria familiar, e na viabilização de infraestrutura familiar e comunitária;
- Orientar o desenvolvimento de sistemas de produção norteados pelos princípios da agroecologia e da abordagem metodológica participativa e multidisciplinar;
- Garantir o desenvolvimento de ações de conservação e recuperação dos recursos naturais, dos ecossistemas naturais e dos agroecossistemas, e da biodiversidade, reconhecendo e respeitando suas especificidades;

- Assegurar serviços de assistência técnica e extensão rural e de pesquisa agrícola de forma permanente e contínua aos agricultores familiares do Estado;
- Estimular, com a participação efetiva, a formação e fortalecimento de redes solidárias de cooperação que viabilizem parcerias entre instituições públicas, organizações de agricultores e organizações não-governamentais;
- Promover processos permanentes de integração com programas e instituições de geração de tecnologia e de produção de inovações técnicas e organizacionais para a agricultura familiar.
- Apoiar, estimular iniciativas de desenvolvimento sustentável, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida da população.
- Desenvolver ações, junto aos e com os agricultores familiares e a população dos municípios, com o intuito de:
 - a- Alcançar e manter níveis de produção e produtividade compatíveis com as condições desejáveis de equilíbrio ambiental e com os valores culturais dos grupos sociais.
 - b- Estimular e promover processos capazes de assegurar a melhoria da renda e a segurança alimentar das unidades familiares de produção e da população dos municípios rurais.
 - c- Desenvolver sistemas de produção de produtos limpos e de melhor qualidade biológica, a partir da escolha e manejo de tecnologias de produção que otimizem o uso e manejo sustentável dos recursos internos das unidades de produção.
 - d- Orientar a conservação dos ecossistemas e o manejo sustentável dos agroecossistemas, visando assegurar que os processos produtivos agrícolas e não-agrícolas evitem danos ao meio ambiente e riscos à saúde humana e animal.
 - e- Estimular e apoiar mecanismos de ação social coletiva, mediante formas de cooperação que fortaleçam laços de solidariedade e propiciem a busca de maior renda e competitividade.

- f- Apoiar o resgate dos conhecimentos locais e saberes capazes de servir como pontos de partida para ações transformadoras da realidade.

Meio ambiente

A política ambiental terá como principal diretriz o desenvolvimento sustentável, discutindo com a sociedade, parlamento e os municípios, um conjunto de metas socioambientais de curto, médio e longo prazos para o Estado. Essas metas deverão incorporar os limites ecossistêmicos, de um lado, e o potencial estratégico da nossa biodiversidade e dos recursos naturais renováveis, de outro, bem como as seguintes diretrizes específicas:

Planejamento para a sustentabilidade

Um dos grandes desafios para o Bahia é encontrar as bases para um desenvolvimento sustentável, o que implica rever a noção de progresso, agregando-lhe um sentido mais humano, justo, solidário e respeitoso com as pessoas e com o planeta. A transição para esse novo modelo precisa ser planejado e o governo precisa lançar mão de políticas públicas adequadas a esse objetivo.

Diretrizes

- Usar os instrumentos de planejamento e gestão territorial como referências fundamentais para definição das políticas públicas setoriais e decisões sobre alocação de infraestrutura, bem como para a simplificação do processo de licenciamento ambiental.
- Produzir o relatório de qualidade ambiental do estado, para monitorar e reorientar nosso desenvolvimento e nossas metas.
- Aprofundar os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima, contribuindo assim para ajudar o Brasil a atingir as metas de redução de carbono a que se comprometeu junto à Convenção Internacional.

- Desenvolver pesquisas, análises e estudos sobre sustentabilidade, para orientar as ações estratégicas do governo e indicadores que incorporem conceitos de sustentabilidade e de bem-estar às contas nacionais.
- Incentivar as empresas, privadas e estatais, a produzirem relatórios de responsabilidade socioambiental e desenvolverem estratégias de gestão ambiental.

Incentivo às atividades sustentáveis

A transição para a economia de baixo carbono precisa ser estimulada, fomentada e induzida por meio de instrumentos econômicos que incidam sobre os processos de tomada de decisão na economia.

Diretrizes

- Propor incentivos econômicos (tributários, fiscais, creditícios) para atividades econômicas sustentáveis e serviços socioambientais estratégicos como agroecologia, biotecnologia, energias renováveis, mobilidade urbana, concessões e manejo florestal sustentável, ecoturismo.
- Estabelecer critério de sustentabilidade para a avaliação dos financiamentos pelas instituições financeiras do Estado e compras públicas.
- Incentivar a incorporação da análise do ciclo de vida dos produtos à tomada de decisão empresarial.
- Criar programa público de compensação financeira a comunidades tradicionais e agricultores familiares por serviços de preservação de recursos naturais e conservação da biodiversidade.
- Estruturar um programa de educação ambiental, componente essencial e permanente da educação, que efetivamente amplie a consciência da sociedade sobre as múltiplas questões que envolvem nossa relação com o meio ambiente e com o processo econômico, para difundir hábitos de vida mais sustentáveis e padrões de consumo que sinalizem preferências por produtos que tenham melhor desempenho ambiental.

Estímulo à geração de empregos verdes

São os empregos calcados em uma economia sustentável, proporcionando trabalho decente com baixo consumo e emissão de carbono.

Diretrizes

- Estimular, por meio de instrumentos fiscais, tributários e creditícios, a geração de empregos verdes, principalmente na construção civil, na indústria, no turismo, na geração de energias limpas, seguras e renováveis, no transporte, na agropecuária e no uso sustentável dos diferentes biomas.
- Inserir os jovens no mundo do trabalho por meio de várias estratégias, com prioridade para as atividades sustentáveis e empreendimentos solidários.

Preservação da biodiversidade

Entre todos os países, o Brasil é o que possui a maior diversidade de espécies animais e vegetais, a maior quantidade de biomassa e a segunda maior área florestal. Na Bahia não é diferente. Esses recursos, juntamente com a diversidade social, constituem provavelmente nossa maior riqueza. A gestão estratégica desses recursos deve estar na base de todo processo de desenvolvimento do estado.

Diretrizes

- Complementar o Zoneamento Ecológico Econômico, os Planos Estratégicos de Gestão de Bacias Hidrográficas e os Mapas de Áreas Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e estabelecê-los como referências para compor os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Biomas Baianos e o planejamento das políticas públicas setoriais.
- Equilibrar a conversão de áreas nativas para uso do solo e a recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas em todos os biomas (desmatamento líquido zero).
- Promoção da recuperação das Áreas de Preservação Permanente em todos os biomas como estratégia de geração de atividade econômica.

- Fortalecimento do cadastro ambiental rural como mecanismos de gestão do desenvolvimento rural sustentável.
- Estimular e fomentar o uso sustentável da água, da biodiversidade e da floresta e estabelecer um amplo programa de pagamento pelos serviços ambientais.
- Implementar estratégia de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade marinha, com o objetivo de melhoria permanente de indicadores de qualidade e saúde ambiental deste bioma, por meio do monitoramento e controle de processos erosivos, descargas de poluentes e extração de recursos vivos e não vivos dos ambientes marinhos e costeiros.
- Articular as universidades públicas e os centros de pesquisa, alocando os recursos orçamentários, humanos e técnicos necessários, para desenvolver pesquisa, inovação e tecnologia para o uso sustentável da biodiversidade.
- Cumprir as metas estabelecidas em acordos internacionais para a criação de Unidades de Conservação em todos os biomas.
- Estabelecer e implantar os planos de manejo nas Unidades de Conservação já criadas, principalmente no que se refere às condições para visitação, para ampliação do turismo sustentável nos Parques Nacionais e para a promoção da pesquisa nas unidades de proteção integral.

Recursos hídricos

A disponibilidade de água doce de qualidade é condição essencial para o desenvolvimento das atividades econômicas e para assegurar o bem-estar de qualquer sociedade. A Bahia possui uma grande quantidade de água doce, mas esta não está distribuída de forma equitativa no território estadual, havendo regiões de grande escassez, além de não conseguirmos garantir sua qualidade nas regiões mais populosas.

Diretrizes

- Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da

água e o uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento.

- Ampliar significativamente o número de comitês de bacia nos rios estaduais e implementar os instrumentos de gestão compartilhada das águas, inclusive a cobrança pelo seu uso.
- Implementar ações efetivas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, com programas de construção de cisternas e dessalinizadores comunitários, bem como restabelecer o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Infraestrutura e logística

A infraestrutura é a base fundamental para sustentação do crescimento econômico. A forma como é planejada e constituída tem enorme impacto na distribuição geográfica do desenvolvimento, na qualidade de vida da população e nos impactos ambientais. Na transição para uma economia de baixo carbono, o planejamento da infraestrutura deve ter foco em uma infraestrutura que seja eficiente e sustentável no uso dos recursos naturais.

Energia

Temos uma matriz energética limpa, de fontes renováveis. Mas a sua geração está concentrada em fontes hídricas, o que tem comprometido a segurança energética e apresentado desafios socioambientais importantes, a serem superados.

Diretrizes

- Ampliar a participação de energia renovável na matriz energética baiana e diversificar com outras fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa (principalmente da cana-de-açúcar).
- Acelerar a implementação de sistemas distribuídos de geração de energia, o que propicia maior autonomia ao consumidor final, empresarial ou familiar, e estimular os investimentos mediante incentivos tributários e tarifários.

- Realizar avaliação ambiental estratégica e integrada para os novos aproveitamentos hidroelétricos, particularmente os localizados na bacia do São Francisco, com ampla divulgação e participação social.
- Realizar avaliação ambiental estratégica e integrada para os novos aproveitamentos hidroelétricos, particularmente os localizados na bacia do São Francisco, com ampla divulgação e participação social.

Transporte e logística

A questão dos transportes tem vínculos imediatos com a produtividade da economia baiana, sua competitividade em termos nacionais, além de envolver formação de preços de todas as mercadorias do país. Trata-se, portanto, de política absolutamente estratégica e deve ser pensada com o conjunto de nossas condições infraestruturais.

Diretrizes

- Planejar o desenvolvimento de outros modais que não o rodoviário, investindo-se na qualificação e integração de todos eles, com ênfase às ferrovias, às hidrovias e aos sistemas híbridos, combinando biocombustíveis e eletricidade.
- Simplificar e reduzir custos relacionados ao desembarço de mercadorias, especialmente nos portos e aeroportos, sem que isso implique relaxar a fiscalização sanitária e aduaneira.
- Defender nacionalmente a criação de um marco regulatório estável, resultado de um amplo diálogo com a sociedade e o mercado, que crie um ambiente favorável à ampliação de investimentos privados, à prestação de serviços de qualidade e a custos compatíveis.

Economia para o desenvolvimento sustentável

A perda de competitividade e de dinamismo na economia, inclusive do ritmo de evolução dos indicadores sociais é uma realidade que contrasta com o enorme potencial de uma sociedade criativa e com espírito empreendedor. Temos uma

economia pujante, que se dissipa no emaranhado burocrático, e uma grande disponibilidade de recursos naturais, que é dilapidada pela ausência de políticas que incentivem seu uso sustentável. A política econômica deve ter como diretrizes a simplificação, transição para a economia de baixo carbono, redução das desigualdades sociais e a incorporação da inovação tecnológica nos processos produtivos.

Indústria

A apreciação cambial tem trazido impacto expressivo sobre o desempenho da indústria brasileira, que tem reduzido sua participação tanto no produto, quanto nas exportações. Para que se possa reverter este quadro é fundamental ganhar produtividade por meio de uma vigorosa política industrial, compensando tanto quanto possível a desvantagem cambial.

Por outro lado, o governo baiano fomentará a implantação de indústrias de bens de consumo, com vistas a gerar interdependência com o eixo Rio-São Paulo.

Diretrizes

- Criar condições, em parceria com o setor privado, para que se promovam investimentos prioritariamente em áreas estratégicas e que tenham grande efeito multiplicador sobre o parque industrial instalado.
- Estimular o desenvolvimento tecnológico em geral, de forma a aumentar a complexidade da produção industrial e, por este meio, seu valor.
- Articular as agências de financiamento e fomento à pesquisa e à inovação, os centros de pesquisa, as universidades e as empresas, com objetivo de criar uma vigorosa cultura de inovação.
- Reforçar e conceber programas que aumentem a autonomia tecnológica da Bahia.
- Incentivar o aprimoramento da performance ambiental do parque industrial.

Ciência, Tecnologia e Inovação

É consenso o estabelecimento de uma relação direta entre o desenvolvimento econômico de um estado e sua capacidade de gerar inovação. A articulação entre política de desenvolvimento e acesso à inovação passa, necessariamente, pelas estruturas regionais que possam dar sustentação a um movimento de modernização, baseado na capacidade de aprendizagem, geração e assimilação de tecnologia de ponta.

Diretrizes

- Investir no desenvolvimento de um ambiente e de uma infraestrutura que possibilitem à sociedade gerar inovação, estimulando a criação, disseminação e comercialização de novos conhecimentos e tecnologias inovadoras, a consolidação de cadeias produtivas ligadas à alta tecnologia e a utilização plena de conhecimentos e soluções tecnológicas produzidas no âmbito global.

Pesquisa pura e inovação tecnológica

A Bahia precisa estabelecer conexões mais imediatas entre a pesquisa pura e suas aplicações, o que requer revisitar tanto a cultura dos centros de pesquisa e universidades, quanto a empresarial. É fundamental, ainda, que os investimentos em ciência e tecnologia sejam compreendidos em uma perspectiva estratégica, que habilite a Bahia dar o mesmo salto que outros estados deram *nos* últimos vinte anos.

Diretrizes

- Articular essa política com a educação em geral, que deve ter mais unidades escolares em tempo integral.
- Reter os jovens que se evadem ao atingir o Ensino Médio.
- Massificar as carreiras técnicas e formar profissionais para as necessidades da produção e prestação de serviços de alta complexidade tecnológica.

Turismo

Promoção turística: mercados nacional e internacional

No que diz respeito à promoção do turismo, pode-se destacar diversos avanços importantes ocorridos nos últimos anos, como a criação de novos produtos para o mercado interno (Espicha Verão, São João da Bahia, GP Bahia de Stock Car, Festival Dois de Julho, Festival do Chocolate e Enoturismo); a atração de novos vãos da Europa, América do Sul e Estados Unidos; a promoção do turismo étnico-afro; a criação das caravanas do turismo com agentes e operadores; a realização de oficinas de capacitação; o incentivo à malha aérea regional; a criação do Salão Baiano de Turismo (maior operação de marketing e vendas do destino Bahia); e as ações que tornaram o São João da Bahia conhecido em todo o Brasil, aumentando o número de pacotes para o estado no mês de junho de 12 mil para quase 50 mil em cinco anos.

Diretrizes

- Ampliar o orçamento para promoção e divulgação do destino Bahia nos mercados regional, nacional e internacional, visando a um crescimento de 10% ao ano do fluxo turístico. Dentro deste escopo, é preciso também garantir que os recursos para promoção não sofram cortes quando houver contingenciamento.
- Cumprimento da Lei Estadual do Turismo no que se refere ao Calendário Turístico Estadual, no intuito de assegurar um melhor aproveitamento dos eventos pelos operadores e agências.
- Incrementar a parceria público-privada para promoção turística, com editais de chamamento público e viabilização com operadoras nacionais, internacionais e regionais para a realização de ações e eventos promocionais.

Receptivo, serviços e qualificação

No campo do turismo, o receptivo tem a função de minimizar os impactos da atividade turística na estrutura da cidade e maximizar a renda que os turistas injetam na economia local.

As questões relativas ao receptivo do destino Bahia foram aprimoradas ao longo da primeira metade do Terceiro Salto do Turismo, através, por exemplo, da criação dos projetos 'Guias e Monitores do Carnaval' e 'Disque Bahia Turismo', do desenvolvimento dos aplicativos 'Guia Bahia Turismo' e 'Reclame Turismo', além da reestruturação do Serviço de Atendimento ao Turista (SAT) no aeroporto, rodoviária e Litoral Norte.

Os problemas referentes à segurança pública, entretanto, foram apontados como os principais entraves ao turismo atualmente. Com vistas a melhorar os diversos fatores que envolvem o receptivo, foram propostos os seguintes itens:

Diretrizes

- Ampliar e transformar o 'Programa Guias e Monitores' em atividade permanente para os eventos do Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado da Bahia, assegurando prioridade à contratação de guias profissionais de turismo.
- Estender o serviço de guias e monitores para os principais pólos turísticos, inclusive para os portões de entrada aéreos, rodoviários e marítimos.
- Consolidar e ampliar o Qualiturismo (programa de qualificação profissional e capacitação empresarial), tendo como objetivo a qualificação de 20 mil profissionais nos próximos quatro anos.
- Implantar a Escola de Qualificação Profissional para o Turismo na Estrada do Coco, em Imbassahy.
- Implantar a Escola de Qualificação Profissional Náutica, para atender aos programas de turismo náutico da Baía de Todos os Santos, Baía de Camamu e Costa do Cacaú.
- Consolidar e ampliar a Escola de Gestores Municipais do Turismo.
- Instituir o Programa de Qualificação Profissional e Empresarial para Produção Associada ao Turismo (arranjos produtivos locais e outros).

- Criar a Deltur Itinerante (utilizando vans ou sprinters), para atuar de forma mais célere no atendimento ao turista.

Segmentação

Ao longo dos últimos sete anos, a gestão estadual do turismo apoiou fortemente o movimento de segmentação do setor. O Enoturismo, presente no Vale do São Francisco, contou com ações de promoção nacional e regional (*press trips, fantours, etc*), enquanto o Turismo Étnico-afro foi trabalhado no mercado norte-americano (a iniciativa foi fundamental para a implantação dos vôos Miami-Salvador, da American Air Lines). O Turismo Rural também contou com um trabalho de promoção (aumentando de 12 para 112 o número de empreendimentos ligados ao segmento), assim como o Turismo LGBT, que foi promovido através da ampla divulgação da Parada Gay de Salvador.

Durante o período 2007-2013, o Turismo Esportivo teve um crescimento expressivo, com centenas de eventos realizados em todas as regiões do estado (o principal deles foi o GP Bahia de Stock Car, que teve o Governo do Estado como principal apoiador). Os produtos e destinos relacionados ao Turismo Religioso, por sua vez, foram divulgados em todas as feiras e eventos nacionais.

Os segmentos de negócios, comunitário, gastronômico e de aventura também foram apoiados pela Bahiatursa, através de patrocínios, isenções de cobranças e realização de eventos especializados. Cabe destacar ainda o Turismo Náutico, um dos mais valorizados na atual gestão, com um grande programa de desenvolvimento voltado para o segmento (serão investidos R\$ 200 milhões para transformar a Baía de Todos os Santos num distrito náutico-cultural).

Diretrizes

- Divulgar e promover cada segmento turístico através da mídia especializada e dos ambientes digitais.

- Realizar *famtours* e *press trips* para cada segmento e/ou região ligada a um tema (Turismo de Aventura em Paulo Afonso, Enoturismo em Juazeiro e Casa Nova, etc).
- Estimular e apoiar a produção editorial, artística e artesanal relacionada a cada segmento/destino (Guia da Chapada Diamantina, Guia Capoeira da Bahia, etc).
- Promover roteiros de Turismo Náutico que atualmente são sub-explorados: Contracosta da Ilha de Itaparica (hoje, os roteiros da ilha são restritos à Itaparica e Ponta de Areia); São Francisco do Conde (estabelecendo uma base em Madre de Deus e, em seguida, distribuindo os turistas em embarcações menores); Loreto; Rio Paraguaçu (Cachoeira e São Félix); Maragogipe; Candeias; Simões Filhos (Baía de Aratu) e Saubara.
- Promover a utilização de equipamentos mais rápidos, seguros e confortáveis, pois as escunas já são consideradas obsoletas.
- Utilizar os catamarãs, hoje restritos a Morro de São Paulo, para navegar dentro de baías (trajeto Salvador-Maragogipe, por exemplo).
- Promover a segurança do Turismo Náutico (capacitação da Polícia Militar para atuar nesse segmento).
- Ampliar e recuperar a quantidade de píeres de atracação e de poitas de fundeio.
- Dar manutenção e reformar os píeres fixos e flutuantes.
- Incentivar os eventos náuticos e o transporte intermodal.
- Oferecer aos navegadores condições mínimas de trabalho: pontos de energia e água potável, abastecimento de gelo, central de rádio VHF, internet wifi e Central Náutica da BTS (serviços, cadastramento, parcerias).
- Implementar o SAC Náutico (serviços e informações aos usuários).
- Gerir os R\$ 200 milhões do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) da BTS, aplicando os recursos em infraestrutura, qualificação profissional e promoção do Turismo Náutico.

Infraestrutura turística e logística

Nos últimos anos, foram investidos mais de R\$ 260 milhões em infraestrutura para o turismo, com ênfase nas seguintes obras: estrada Itacaré-Camamu;

sinalização turística do Litoral Sul, Costa das Baleias e Chapada Diamantina; recuperação do patrimônio histórico de Salvador (Igreja do Pilar, Boqueirão, Casa das Sete Mortes, Igreja do Rosário dos Pretos e Palácio Rio Branco) e requalificação da Feira de São Joaquim. Os desafios para esta área a serem enfrentados pela próxima gestão estadual estão descritos nos itens abaixo:

Diretrizes

- Transferir o Parque de Exposições Agropecuárias da Bahia para o Parque João Martins, em Feira de Santana, transformando a cidade em pólo de turismo agropecuário.
- Implantar a 'Cidade da Música Dorival Caymmi' no atual Parque de Exposições, em Salvador, incluindo a cidade no roteiro dos grandes shows internacionais e aumentando a receita turística, a ocupação hoteleira e a geração de empregos na hotelaria e no setor de entretenimento.
- Promover a sinalização turístico-rodoviária de pelo menos mais cinco zonas turísticas.
- Planejar a execução de um Prodetur para a Baía de Camamu, com vistas ao desenvolvimento turístico integrado da região.
- Implementar o Prodetur da Baía de Todos os Santos (R\$ 200 milhões).
- Construir a Estrada Via Cênica em torno da Baía de Todos os Santos.

Adensamento da cadeia produtiva

Potencial gerador de emprego e renda, a cadeia produtiva do turismo demanda um redirecionamento estratégico, de forma a poder articulá-la com os programas e projetos das áreas de educação e cultura, visando explorar com eficácia as potencialidades econômicas da nossa história, das nossas manifestações culturais, da nossa geografia e da hospitalidade do nosso povo.

O desenvolvimento contínuo desta cadeia não se restringe apenas à atração dos grandes investimentos, mas complementa sua atuação com o foco no desenvolvimento sustentável, estimulando e induzindo a reorganização dos processos econômicos e preparando e qualificando a mão de obra, fazendo

dos agentes locais os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional da atividade turística.

Embora o turismo apresente enorme capacidade de articulação com diversas atividades econômicas, essa integração representa o desafio mais difícil de ser superado pela próxima gestão estadual. Agenciar a articulação dos parques hoteleiros com as cadeias produtivas locais constitui, portanto, elemento fundamental nesse contexto. Um exemplo que ilustra claramente a situação atual é a cidade de Porto Seguro, que possui um enorme parque hoteleiro, mas não produz nada localmente, tendo que comprar de fora todos os insumos relacionados à atividade.

Diretrizes

- Estimular a capacitação permanente de mão de obra para a atividade turística.
- Incrementar a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando gerar novos negócios e rotas turísticas locais.
- Fomentar programas de divulgação interna e externa de destinos turísticos.
- Criar parcerias com as municipalidades para conservação e melhorias em equipamentos turísticos.

Salvador: principal porta de entrada da Bahia

Em se tratando de turismo na Bahia, é mais do que necessário pensar a cidade de Salvador como elemento essencial e estratégico para o desenvolvimento do setor. Principal porta de entrada do nosso estado, Salvador representou recentemente um grande obstáculo para o turismo. Hoje, as feições da cidade já começam a mudar, indicando melhores perspectivas para o futuro.

Diretrizes

- Implementar uma nova política de segurança pública, que deve ser o pilar de sustentação do turismo em Salvador nos próximos anos.
- Utilizar os símbolos culturais da Bahia para desenvolver o setor turístico.

- Ter ousadia e maior flexibilidade na gestão da BTS, sem deixar de levar em conta os aspectos técnicos e ambientais necessários.
- Fomentar a implantação de novas marinas e novos portos.
- Estruturar os pontos de apoio e abastecimento da Baía de Todos os Santos.
- Pensar a Região Metropolitana de Salvador como Região Metropolitana de fato, e não apenas teórica. Isso inclui promover uma maior articulação entre Salvador e a Ilha de Itaparica.
- Transformar o Centro da Cidade de Salvador (poligonal Barra – Santo Antônio Além do Carmo), através de aportes financeiros públicos e da pressão sobre os proprietários dos imóveis para que invistam na recuperação dos mesmos.
- Atrair investimentos de pequenos e médios empresários para o Centro de Salvador, uma vez que não há interesse por parte das grandes empreiteiras.
- Concluir a reforma da Barra e iniciar a requalificação dos seguintes pontos da cidade: Rio Vermelho, Praça Cairú (Mercado Modelo), Igreja do Bonfim, Ribeira e Itapuã.
- Submeter o Centro de Convenções da Bahia a um processo de privatização ou concessão, eliminando um grande ônus para o estado.

PROTEÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Apesar de integrar as ações desenvolvimento social integral, esse núcleo responde diretamente a ações das áreas de Justiça; Segurança; e Administração Prisional, que, no Governo do PSB-Rede, serão norteadas pela cultura da paz e vinculadas ao eixo articulador correspondente.

Segurança

A ausência de um pacto federativo que estabeleça as atribuições e os limites de cada instância da segurança pública em relação ao exercício do poder de polícia é um dos principais entraves da segurança pública na Bahia. Esse quadro acarreta diversos problemas, como a insegurança dos policiais nas suas tomadas de decisão, conflitos de competência, ilegalidade no processo decisório, informalidade das práticas, baixa institucionalização dos procedimentos, insegurança política, falta de transparência (dificultando os controles interno e externo, bem como o controle social), apropriações privatistas e particularistas do poder de polícia.

Por outro lado, mudanças meramente incrementais, deixam de lado a busca por uma transformação substancial na segurança pública. Pensa-se apenas nos problemas imediatos, descolados da estrutura e mantêm o enfoque excessivo no policiamento ostensivo (efetivo, armas, viaturas), que deve ser encarado como um dos elementos da política de segurança.

O aparelhamento das ações sociais, condicionando certos direitos universais (lazer, educação, cultura) à prática de delitos representa uma espécie de cidadania sob tutela, prática conservadora que tem o controle como finalidade.

A falta de participação da sociedade civil organizada nos debates sobre segurança pública na Bahia acaba por gerar diagnósticos parciais e precários. As altas taxas de homicídio no Estado, principalmente entre a população jovem e negra das periferias evidencia que a política de segurança não pode se limitar a ações puramente repressivas de policiamento ostensivo.

É preciso implantar um conjunto de ações envolvendo várias áreas do governo, como educação, saúde, cultura, esporte e lazer, trabalho e renda, que possam oferecer outras oportunidades para a juventude.

Os cursos de capacitação realizados atualmente são restritos e abrangem conteúdos defasados e unificados de tal forma que pasteuriza a ação policial. É preciso formatar um programa de educação continuada que estabeleça conteúdos variados, mas específicos, que possam ser realizados de forma segmentada e direcionada.

Os investimentos prioritários das polícias precisam ser revisto e redimensionados. Enquanto equipamentos e armamentos recebem grande volume de verbas, a capacitação dos efetivos vem sendo preterida na alocação orçamentária.

Outro problema de envergadura diz respeito ao combate às drogas. Apesar dos investimentos na área de inteligência, os mercados de armas e de receptação de produtos roubados ainda são bastante desconhecidos.

No que se refere à distribuição espacial do efetivo da PM, existem graves distorções. Dos 12 mil policiais militares contratados nos últimos anos, oito mil encontram-se afastados. Além de inchaço na área administrativa, cerca de dois policiais estão em desvio de função.

Por outro lado, o atual comando da PM privilegia o policiamento nos bairros mais elitizados em detrimento dos periféricos que, além de mais populosos, registram o maior número de crime e de índices de violência. O mesmo ocorre com o policiamento feito a pé, em motocicletas e durante à noite, que é quase inexistente.

A sobreposição de funções e a indefinição dos limites das atribuições tem gerado uma rivalidade entre as duas polícias que acaba por atrapalhar a

condução dos inquéritos que, aliado à precariedade do sistema prisional e a falta de celeridade da justiça têm produzido retrabalho das corporações.

Diretrizes

- A concepção de segurança pública no âmbito estadual não pode desvincular-se dos princípios e normas internacionais e nacionais assumidos pelo Brasil no que se refere ao respeito aos direitos humanos e à consolidação de uma cultura de paz.
- A Bahia figura atualmente no cenário nacional como um dos estados mais violentos do Brasil e cidades mais violentas do mundo, especialmente no que se refere aos índices de homicídios.
- A política de segurança pública não se limita as instituições, mecanismos e ações policiais. A efetividade da política de segurança, como direito de cidadania, requer sua integração com as políticas de saúde, educação e cultura, assistência, justiça e direitos humanos.
- O Pacto pela Vida, iniciativa do Governo de Pernambuco, acompanhada pelo Governo da Bahia deve ser fortalecido para se constituir em efetivo mecanismo de articulação entre Poderes e instituições do Estado da Bahia, voltando-se prioritariamente para redução da violência em todas as suas dimensões, com ênfase para redução dos homicídios que vitimam preferencialmente adolescentes e jovens, negros e pobres.
- O investimento no desarmamento é fundamental para redução da violência especialmente para redução dos homicídios acima referidos.
- As Unidades de Polícia Pacificadora, também inspiradas em iniciativa de Pernambuco, devem ser aperfeiçoadas e ampliadas de modo a configurar uma política de policiamento comunitário presente em todos os municípios;
- A implantação de Controladoria para as atividades policiais e a reformulação da Ouvidoria e da Corregedoria, de modo a atender as necessidades da cidadania.
- O aperfeiçoamento e a integração das Polícias Civil e Militar devem se constituir em prioridade de Governo e, dentre as medidas a serem adotadas, destacam-se:

- Revisão dos critérios e métodos de seleção, de modo a garantir compatibilidade de perfis com a responsabilidade policial;
 - Investimento na formação humanística e técnica dos policiais;
 - Investimento nas técnicas de investigação, com prioridade para inteligência;
 - Estímulo ao desempenho legal das atividades policiais;
 - Punição pelo descumprimento da lei no exercício da função policial;
 - Distribuição equitativa dos serviços de segurança, nos municípios e no Estado.
- O investimento no desarmamento é fundamental para redução da violência especialmente para redução dos homicídios.

Justiça e Direitos Humanos

A competência do Estado, no que diz respeito às atividades de justiça, corresponde às políticas de efetivação dos direitos humanos, o que implica em reordenamento institucional, capaz de configurar um sistema racional de garantia de direitos, cumprindo as funções de defesa, promoção e controle social. Isto de forma a garantir a realização das políticas específicas, baseadas na igualdade e na diversidade como princípios complementares.

São ainda compromissos específicos, na área da justiça, de um Governo comprometido com a garantia dos direitos humanos:

Diretrizes

- Implementação de sistemas, programas e projetos de garantia dos direitos dos segmentos mais excluídos como população de rua, sem teto, sem terra; vítimas de todas as formas de violações;
- Ampliação da Defensoria Pública, de modo a garantir assistência jurídica e judicial aos necessitados em todos os municípios do Estado
- Fortalecimento das instâncias de representação social – conselhos setoriais - no controle das políticas de interesse dos direitos humanos;

- Humanização e descentralização dos estabelecimentos penais, garantindo o cumprimento das normas internacionais e nacionais relativas à privação e restrição da liberdade, através de construções e reformas, investimento na formação dos operadores e garantia da assistência jurídica e social aos presos, egressos e às suas famílias.
- Ampliação e aperfeiçoamento dos meios necessários à execução de penas e medidas alternativas, de modo a contribuir para a redução da população carcerária;
- Construção de política de mediação e de práticas restaurativas, como formas de prevenção e reparação da violência;
- Garantia do cumprimento da Lei 12 594 que prevê o sistema socioeducativo dos estados, para cumprimento das medidas de internação e semiliberdade aplicadas a adolescentes que cometeram atos infracionais
- Apoio aos municípios para implantação dos sistemas municipais de execução de medidas socioeducativas em meio aberto.